



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DEÍSE SANTOS DO NASCIMENTO

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: estudo das práticas na Colônia de Pescadores
“Benjamin Constant” Z5 em Lucena-PB.



JOÃO PESSOA
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DEÍSE SANTOS DO NASCIMENTO

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: estudo das práticas na Colônia de Pescadores
“Benjamin Constant” Z5 em Lucena-PB.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Ética, Gestão e Tecnologia da Informação.

Orientador: Professor Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire

JOÃO PESSOA
2017

N244m

Nascimento, Deise Santos do.

Mediação da informação: estudo das práticas na Colônia de Pescadores “Benjamin Constant” Z5, em Lucena-PB/ Deise Santos do Nascimento. – João Pessoa, 2017.

177 f.: il.col.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2017.

Referências

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire.

1. Mediação. 2. Pesca Artesanal. 3. Informação. 4. Ciência da Informação. 5. Regime de informação. 6. Política de informação. I. Título.

CDU 02: 394

DEÍSE SANTOS DO NASCIMENTO

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: estudo das práticas na Colônia de Pescadores
“Benjamin Constant” Z5 em Lucena-PB.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Ética, Gestão e Tecnologia da Informação.

Aprovada em: 24/02/2017.

Profº Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire
Orientador – PPGCI/UFPB

Profº Dr. Fábio Mascarenhas e Silva
Examinador Externo – PPGCI/UFPE

Profº Dr. Antonio Giovanni Boas Gonçalves
Examinador Externo – PPGS/UFPB

Profª Drª. Bernardina Mª Juvenal Freire de Oliveira
Examinador Interno – PPGCI/UFPB

Profº Dr. Henry Pôncio Cruz de Oliveira
Examinador Interno – PPGCI/UFPB

Profº Dr. Guilherme Ataíde Dias
Suplente Examinador Interno – PPGCI/UFPB

Profª Drª. Edna Gomes Pinheiro
Suplente Examinador Externo – PPGCI/UFPB

*As duas Marias (Maria Cândida e Rosa Maria) **in memoriam**, que me ensinaram que com coragem, honestidade e fé, é possível sonhar, acreditar e realizar. E ao meu pai David, **in memoriam**, DEDICO.*

AGRADECIMENTOS

Na caminhada nesta estrada, nunca estive sozinha, por mais solitário que parecesse ser o momento da escrita. Muitos companheiros estavam comigo, e cada um, à sua maneira, me ajudou a dar um passo adiante, cada vez que me sentia cansada. Agora que finda esse momento é hora de agradecer, muito embora eu tenha consciência de que pela dívida que tenho com alguns deles, um agradecimento é muito pouco. Assim...

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as possibilidades que me foram e são dadas e, por permitir que eu consiga aproveitá-las e realizar coisas boas para mim e pelos meus;

Ao Professor Dr. Gustavo Henrique de Araujo Freire, por sua orientação neste trabalho, mas, acima de tudo, pela amizade, carinho e respeito a mim;

À Professora Dr^a Isa Freire, com respeito, carinho e admiração, pelas orientações iniciais, desde antes do meu ingresso no curso de doutorado;

Aos Professores Fábio Mascarenhas, Giovanni Boas, Bernardina Freire, Henry Pôncio, Edna Pinheiro e Guilherme Dias pela disponibilidade e pelas contribuições dadas ao nosso trabalho;

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FUNCAP, pelo apoio financeiro nos dois primeiros anos de pesquisa;

Aos professores do PPGCI, pelos momentos de construção de conhecimento;

A Franklin Kobayashi, secretário do PPGCI, que sempre me atendeu de forma muito carinhosa e prestativa;

Aos meus filhos Maria Tereza e João Pedro, meus incentivadores e razão maior da minha vontade de continuar buscando;

A Emerson Dornelas, que há dez anos compartilha comigo uma vida em comum, sempre com paciência nos meus momentos de angústias acadêmicas;

À minha mãe Terezinha e, meus irmãos (Denise, Dário, Dárcio, Erivan, César e Sérgio) e, especialmente, a Deilde, por assumirem o lugar de mãe/pai, na vida dos meus filhos durante minhas ausências;

À minha tia Cândida, grande torcedora pelo meu sucesso;

Às crianças (Jéssica Chicletinho, Gabrielle Glenda, Júlia, Laís, Lis, Paulo e Pedro), que na inocência de criança, percebem a hora exata de dizer: “tia Deise é doidinha” e me encher de abraços e beijos;

A Boris (meu negão), companheiro de muitas noites, sempre deitado ao pé da minha mesa, ou no meu colo, tentando me separar do computador, olhando como quem queria dizer: “pare, vá deitar”;

A Joyce e a João Pedro (Peu) por partilharem comigo e com os meus, um pouco dessa aventura;

À Universidade Federal do Cariri – UFCA e aos meus colegas do Colegiado do Curso de Biblioteconomia, pelo precioso apoio e colaboração, para meu afastamento das atividades docentes;

A meu amigo/irmão Clodemir e à amiga Genoveva, pelo apoio e a torcida constante pelo meu sucesso;

À amiga Gracila, pela ajuda na hora de angústia e pelas palavras de incentivo;

À minha amiga Nadja Cristina e sua família, pelas orações e por sempre me acolherem nas horas de fuga;

À minha turma de doutorado (Fellipe Brasileiro, Adriana Carla, Raquel Rosário e Hamilton Tabosa), pelos momentos compartilhados nessa nossa caminhada. Cada um de vocês de alguma maneira fez esse processo ser um pouco mais leve e divertido;

A Sérgio (coração), pela valiosa ajuda e pela amizade sempre carinhosa;

A Rosa Pinto, Marcos Dias e Emy Porto, pelos momentos de alegria e boas risadas que ajudaram a relaxar;

A todos os amigos doutorandos e mestrandos que conquistei nos quatro anos de doutorado;

E por fim, a todos os pescadores da praia de Lucena que contribuíram para que um desejo se tornasse realidade. Sou grata pelo respeito ao meu trabalho e pela confiança em dividir comigo um pouco de suas histórias.

A pesca

O anil
o anzol
o azul

o silêncio
o tempo
o peixe

a agulha
vertical
mergulha

a água
a linha
a espuma

o tempo
o peixe
o silêncio

a garganta
a âncora
o peixe

a boca
o arranco
o rasgão

aberta a água
aberta a chaga
aberto o anzol

aquilíneo
ágil-claro
estabanado

o peixe
a areia
o sol.

(Affonso Romano de Sant'Anna)

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa etnográfica realizada com pescadores artesanais no município de Lucena-Pb e teve como objetivo geral analisar as práticas de mediação da informação desenvolvida pela Colônia de Pescadores “Benjamin Constant, Z-5” para os pescadores artesanais e, como objetivos específicos: fazer o mapeamento dos pescadores em atividade na praia de Lucena; caracterizar o perfil socioeconômico dos pescadores e dos gestores da Colônia de pesca; observar como se constitui a relação estabelecida entre a Colônia de pesca e os pescadores; compreender nas narrativas orais dos gestores da Colônia de Pesca e, dos pescadores, os aspectos que possam se constituir como barreiras no processo de comunicação da informação; apresentar diretrizes para a construção de um regime de informação e uma política de informação que promova o diálogo entre a Colônia de pescadores, os pescadores locais e demais instituições que atuam no segmento da pesca. Teve como base teórica a literatura da área Ciência da Informação e da Sociologia, pelo olhar da teoria sociológica do segredo de George Simmel, abordando especificamente os três aspectos desta teoria: o segredo, o silêncio e o conflito, pautando-se na informação como um fenômeno social, com respaldo no paradigma social de Capurro, do regime e política de informação e dos estudos de mediação da informação. Do ponto de vista metodológico, a abordagem é etnográfica e qualitativa, a partir da utilização da pesquisa-ação, da observação participante e da história oral para a coleta dos dados, os quais foram analisados priorizando-se o significado dos fatos e das falas, como preza o método de análise de conteúdo. A apresentação da análise dos dados foi realizada em dois momentos: inicialmente coletou-se os dados através do cadastramento efetivado com os pescadores e gestores da colônia de pescadores e, em seguida, apresentou-se a análise feita a partir das narrativas da história oral, com a exposição das falas e representação gráfica, para melhor visualização de relações constituídas e dos aspectos de sociabilidade. As considerações finais abordam as impressões acerca do campo da pesquisa e do objeto investigado apresentando, conforme proposto num dos objetivos específicos, direcionamentos para que os futuros gestores possam fazer uma administração mais participativa, priorizando a realização de práticas de informação que atendam as necessidades dos pescadores artesanais, associados à Colônia de pescadores “Benjamin Constant”, Z5.

Palavras-chave: Mediação. Pesca artesanal. Regime de informação. Política de informação. Ciência da Informação.

ABSTRACT

This is an ethnographic research of artisanal fisheries in the municipality of Lucena-Pb and aimed to analyze the practices of information of mediation developed by the Fishery Community "Benjamin Constant, Z-5" for artisanal fisheries, and aims specifically to map the activities of fishermen on the beach of Lucena; to characterize the socioeconomic profile of fishermen and managers from the fishery community; to observe in what is based the relationship established between fishery community and fishermen; to understand aspects present in oral narratives of managers and fishermen from fishery community that can constitute as barriers in the process of information of communication; to present guidelines for the construction of an information regime and an information policy which promotes conversation between the fishermen from fishery community, the local fishermen and other institutions operating in the fisheries sector. This paper has as theoretical reference the literature from the fields of Science of Information and Sociology, through the point of view of sociological theory of secret from George Simmel, specifically addressing the three aspects of this theory: the secret, silence and conflict, and based on information as a social phenomenon, with support in the social paradigm from Capurro, regime and policy of information and studies from mediation of information. From the methodological point of view, the approach is ethnographic and qualitative, in which it was used the action research, the participant observation and the oral history to collect data, which were analyzed, emphasizing the significance of the facts and speeches as values the method of content analysis. The presentation of the analysis of the data was performed in two stages: initially the data collected through the registration effected with the fishermen and managers of the colony of fishermen and then performed the analysis made from the oral history narratives, with the lines and graphical representation, for best viewing set up relations and aspects of sociability. The final considerations present our impressions about the research field and the investigated object, and displays directions for future managers to make a more participative management, prioritizing the implementation of information practices that meets the needs of artisanal fisheries from the fishery community "Benjamin Constant", Z5.

Keywords: Mediation. Artisanal fishing. Information regime. Information policy. Science of Information.

RÉSUMÉ

Il s'agit d'une recherche ethnographique menée avec des pêcheurs artisanaux dans la ville de Lucena - PB et qui a eu comme but général d'analyser les pratiques de médiation de l'information développée par la Colonie de Pêcheurs « Benjamin Constant, Z-5 » pour les pêcheurs artisanaux, et comme objectifs spécifiques: faire la cartographie des pêcheurs en activité dans la plage de Lucena; caractériser le profil socio-économique des pêcheurs et des gestionnaires de la colonie de pêche; observer comment la relation est établie entre la colonie de pêche et les pêcheurs; comprendre dans les récits oraux des gestionnaires de la colonie de pêche et des pêcheurs, les aspects qui puissent se constituer comme des obstacles dans le processus de communication de l'information; présenter lignes directrices pour la construction d'un système d'information et une politique de l'information qui encourage le dialogue entre la colonie des pêcheurs, les pêcheurs locaux et les autres institutions qui agissent dans le domaine de la pêche. Ceci a eu comme base théorique la littérature du domaine de la Science de l'information et de la Sociologie, par le regard de la théorie sociologique du secret George Simmel s'adressant spécifiquement les trois aspects de cette théorie: le secret, le silence et le conflit, en mettant l'accent sur l'information comme un phénomène social, avec l'appui dans le paradigme social de Capurro, du système et politique de l'information et des études de la médiation de l'information. Du point de vue méthodologique, ce travail est d'une approche ethnographique et qualitative, de l'utilisation de la recherche-action, l'observation participante et l'histoire orale pour la collecte des données qui ont été analysées tout en donnant la priorité du significat des faits et des paroles, comme apprécie la méthode d'analyse de contenu. La présentation de l'analyse des données, et faite à deux moments: à commencer par les données recueillies par le biais de l'enregistrement effectué avec les pêcheurs et les gestionnaires de la colonie de pêcheurs, qui s'est tenue avec les pêcheurs et les gestionnaires de la colonie de pêcheurs et, par la suite, se présente l'analyse faite à partir des récits de l'histoire orale, avec l'exposition des paroles et une représentation graphique, pour une meilleure visualisation des relations constituées et des aspects de la sociabilité. Les considérations finales présentent nos impressions sur le champ de recherche et de l'objet étudié et présente, comme le propose l'un des objectifs spécifiques, le ciblage pour que les futurs gestionnaires puissent faire une gestion plus participative, tout en donnant la priorité à l'achèvement de la pratique de l'information qui tienne compte aux besoins des pêcheurs artisanaux, associés à la Colonie des pêcheurs « Benjamin Constant, Z5 ».

Mots-clés: Médiation. Pêche artisanale. Régime d'information. Politique de l'information. Sciences de l'information.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Websites do MPA.....	53
Figura 2 -	Site do MAPA.....	54
Figura 3 -	Site da Embrapa Pesca e Aquicultura.....	58
Figura 4 -	Site do IBAMA.....	59
Figura 5 -	Site da CEPENE-INCIBIO.....	59
Figura 6 -	Websites de Colônia de Pescadores.....	60
Figura 7 -	Caiçaras: um lugar de memória.....	63
Figura 8 -	Regime de informação da Colônia de Pescadores “Benjamin Constant” Z5...	69
Figura 9 -	Vista aérea do Município de Lucena-Pb.....	71
Figura 10 -	Mapa com a localização geográfica do Município de Lucena-Pb.....	74
Figura 11 -	Balsa que faz a travessia de veículos e pedestres para Lucena-Pb.....	75
Figura 12	“Barcônibus”, fazendo a travessia de Costinha a Cabedelo-Pb.....	76
Figura 13 -	Terminal de embarque/desembarque do ferryboat em Costinha-Lucena/Pb....	77
Figura 14 -	Transporte coletivo em Lucena-Pb.....	77
Figura 15 -	Casa de pescador e casa de veraneio.....	78
Figura 16 -	Localização da Comunidade Carrapeta.....	79
Figura 17 -	Festa do Coco em Lucena-Pb.....	81
Figura 18 -	Festa de Emancipação política da cidade de Lucena-Pb.....	81
Figura 19 -	Festa de Carnaval em Lucena-Pb.....	82
Figura 20 -	Festa de São Pedro Pescador em Lucena-Pb.....	82
Figura 21 -	Igreja de Nossa Senhora da Guia em Lucena-Pb.....	83
Figura 22 -	Romaria e missa campal no Santuário de N. S. da Guia em Lucena-Pb.....	83
Figura 23 -	Apresentação dos “Cambindas Brilhantes” da cidade de Lucena-Pb.....	84
Figura 24 -	Turismo ecológico em Lucena-Pb.....	85
Figura 25 -	Ruínas da Igreja de Bom Sucesso em Lucena-Pb.....	85
Figura 26 -	Piscinas naturais em Lucena-Pb.....	86
Figura 27 -	Suportes materiais utilizados na pesquisa de campo.....	91
Figura 28 -	Demonstrativo dos tipos de pesca praticados em Lucena-Pb.....	98
Figura 29 -	Familiares dos pescadores /pessoas da comunidade.....	99
Figura 30 -	Equipamentos utilizados na pesca de arrasto.....	100
Figura 31 -	Concentração de redes de arrasto na praia de Lucena-Pb.....	101
Figura 32 -	Pescador fazendo entalhe de redes de pesca.....	102
Figura 33 -	Redes para serem lançadas ao mar.....	103
Figura 34 -	Adolescentes pescando na rede de arrasto.....	104
Figura 35 -	Localização da puxadeira no corpo do pescador.....	104
Figura 36 -	Estrutura da pesca de arrasto.....	105
Figura 37 -	Curral na praia de Lucena-Pb.....	106
Figura 38 -	Descrição da pesca de curral.....	107
Figura 39 -	Pescadores praticando a pesca em Rede de Sauneiro em Lucena-Pb.....	109
Figura 40 -	Embarcações usadas na pesca de Rede Sauneiro.....	109
Figura 41 -	Estrutura da pesca em rede sauneiro/rede de espera.....	109
Figura 42 -	Botes pesqueiros na praia de Lucena-Pb.....	110
Figura 43 -	Demonstrativo da pesca de bote.....	111
Figura 44 -	Faixa litorânea do município de Lucena-Pb.....	113
Figura 45 -	Mapa da área de concentração da pesquisa.....	113
Figura 46 -	Caiçaras dos pescadores na praia de Lucena-Pb.....	114
Figura 47 -	Colônia de Pescadores “Benjamin Constant Z5” na praia de Lucena-Pb.....	118

Figura 48 - Entrevista informal com sujeitos da pesquisa.....	125
Figura 49 - Pescador tomando café da manhã na praia durante a pesca.....	127
Figura 50 - Pescador puxando a rede na praia durante a pesca.....	127
Figura 51 - Pescadores indo em direção aos currais na praia de Lucena-Pb.....	129
Figura 52 - Representação gráfica da primeira categoria.....	152
Figura 53 - Regime de informação a partir das narrativas.....	157
Figura 54 - Representação gráfica da segunda categoria.....	159
Figura 55 - Representação gráfica da terceira categoria.....	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Autores da Ciência da Informação.....	29
Quadro 2 - Teorias e seus respectivos conceitos de informação.....	30
Quadro 3 - Fonte de informação sobre pesca.....	58
Quadro 4 - Impacto negativo do turismo ecológico.....	87
Quadro 5 - Regulamentação das Colônias de Pesca no Brasil.....	116
Quadro 6 - Número de pescadores cadastrados pela pesquisa.....	121
Quadro 7 - Demonstrativo do universo da pesquisa.....	122
Quadro 8 - Perfil dos informantes da pesquisa.....	124
Quadro 9 - Sinais utilizados na transcrição dos dados.....	133
Quadro 10 - Narrativas dos pescadores.....	138
Quadro 11 - Justificativa dos pescadores sobre o nível de escolaridade.....	140
Quadro 12 - Fala dos pescadores expressando insatisfação com os gestores.....	141
Quadro 13 - Justificativa dos pescadores sobre a complementação da renda.....	144
Quadro 14 - Categoria 1: Narrativa dos gestores.....	147
Quadro 15 - Categoria 1: Narrativa dos pescadores.....	148
Quadro 16 - Categoria 2: Narrativa dos gestores.....	153
Quadro 17 - Categoria 2: Narrativa dos pescadores.....	154
Quadro 18 - Categoria 3: Narrativa dos gestores.....	160
Quadro 19 - Categoria 3: Narrativa dos pescadores.....	161

LISTA DE SIGLAS

CEPENE	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste.
COPESBRA	Companhia de Pesca Norte do Brasil
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEPESCA-PB	Federação dos Pescadores e Aquicultores da Paraíba
GPS	Sistema de Posicionamento Global / Global Positioning System
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IFPB	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba
INCIBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
PGI	Projeto de Gestão Integrada
PML	Prefeitura Municipal de Lucena
PRÓ-ÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRODEMA	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PSF	Programa Saúde da Família
SAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SFPAs	Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDEVEA	Superintendência do Desenvolvimento da Borracha
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA.....	26
2.1	PERSPECTIVA SOCIAL DA INFORMAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	26
2.1.1	A Sociedade Contemporânea.....	35
2.2	TEORIA SIMMELIANA: conflito, silêncio e segredo.	38
2.3	MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: investigando as práticas.....	43
2.4	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA PESCA.....	50
2.4.1	Fontes de informação para a pesca.....	55
2.5	REGIME E POLITICA DE INFORMAÇÃO NA COLÔNA DE PESCADORES.....	64
3	ETNOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE LUCENA - PB: ORIGEM HISTÓRICA..	71
3.1	A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO.....	78
3.2	A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL.....	80
4	ROTA METODOLÓGICA: UMA ETNOGRAFIA DA PESQUISA.....	89
4.1	PREPARANDO O LANCE: SUPORTES TÉCNICOS DA PESQUISA DE CAMPO	89
4.2	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	91
4.3	IÇANDO AS VELAS, COMEÇANDO A NAVEGAR: explorando o campo da pesquisa.....	95
4.4	CAMINHANDO ENTRE TERRA E MAR: delimitação do campo da pesquisa.....	112
4.4.1	Colônia de Pescadores Z5 “Benjamin Constant”.....	114
4.5	SELEÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA: do cadastro à escolha final.....	120
4.6	COLETA DE DADOS.....	125
4.7	ORGANIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS.....	133
5	PUXANDO A REDE: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	136
5.1	ANÁLISE DO CADASTRO DOS PESCADORES.....	137
5.2	ANÁLISE DAS CATEGORIAS ESTABELECIDAS.....	146
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
	REFERÊNCIAS.....	169

1 INTRODUÇÃO

A presente tese traz as impressões de um olhar mais profundo para um setor específico da sociedade, talvez, nunca antes discutido na Ciência da Informação, mas, perfeitamente possível de se fazer, uma vez que, essa ciência mostra-se aberta a dialogar com outras áreas de conhecimento e, abriga profissionais de diferentes segmentos. O que no entendimento da autora reforça um pressuposto já anunciado no paradigma social da informação (CAPURRO, 2003) e, justificado por uma crescente base literária com indícios interdisciplinar.

Na tese, segue-se o viés da interdisciplinaridade e, o diálogo com outras ciências foi possível, sobretudo, porque a informação, objeto de estudo da Ciência da Informação, é um elemento de grande força e um “direito elementar” (KOBASHI; TÁLAMO, 2003) na sociedade contemporânea, aqui, entendida na perspectiva teórica de Castells (2000), o qual compreende essa sociedade, como uma sociedade global, pautada no desenvolvimento informacional e tecnológico, capaz de promover mudanças nas estruturas sociais e nos sistemas políticos e econômicos.

Muitos foram os desafios vencidos, posto que, tratou-se de temáticas relevantes não apenas para a tese, na condição de pesquisadora quanto de sujeito participante, mas, principalmente para as demais pessoas envolvidas. Procurou-se aproximar a academia às questões práticas de um cotidiano diferente do que está acostumada, com a intenção de agregar valor às realidades distintas – a realidade vivida na comunidade pesqueira e a realidade vivida na academia –, o que se configurou como uma oportunidade ímpar para a troca de informações, possibilitando a construção de novos conhecimentos.

Antecedendo a esta pesquisa, a dissertação de mestrado anteriormente apresentada no programa Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no ano de 2009, ajudou a descobrir na autora, inquietações em relação às pessoas que, de certo modo, fazem parte de grupos considerados excluídos, ou que se inserem em uma trajetória histórica de ausências de bens, serviços e direitos sociais. Portanto, é mais uma incursão que se faz, nesse universo da exclusão, com a responsabilidade de dar voz aos sujeitos participantes.

Lembrando que, como se vive numa sociedade com características pontuadas pela informação e pelas tecnologias, não se pode mais fugir a tais questões, considerando-se porquanto, o processo de escuta que adviria, em face de pessoas carentes de informação, e

que, talvez, não tenham o conhecimento e as habilidades necessárias para manusear os suportes tecnológicos através dos quais a informação tem sido veiculada com mais frequência e rapidez.

Assim, convém considerar que, sendo uma das marcas dessa sociedade, as tecnologias têm provocado mudanças em todos os sentidos, principalmente em relação ao modo como as pessoas interagem, umas com as outras, no campo profissional e social. Diversidade é a palavra da vez nessa sociedade e, a cada dia, vê-se surgir novos instrumentos tecnológicos que praticamente obrigam os sujeitos, a viver em constante movimento de adequação ou, usando uma palavra mais do momento, de reciclagem.

Sabe-se que, não são todas as pessoas as quais conseguem acompanhar em tempo real, esse movimento, tanto em relação à evolução tecnológica, quanto em relação à atualização dos estoques de informação, uma vez que, na sociedade ainda predominam pessoas em condição de “diferentes, desiguais e desconectados”. (GARCIA CANCLINI, 2007). Esse cenário reforça a importância de se organizarem em grupos e buscar o empoderamento, para desta maneira, pleitear uma maior participação na sociedade.

E é isso que elas estão buscando quando procuram caminhos alternativos para acessar as tecnologias e, assim, alcançar a informação necessária ao seu desenvolvimento. Percebe-se que o nível de consciência é crescente e que elas estão entendendo mais, bem como, vê-se que há uma relação entre a produção de bens e serviços, através do acesso e uso de informação, a geração de conhecimento e a ampliação do potencial competitivo de cada um deles. Sobre isso, Varela (2007, p. 29) explica que:

pode-se considerar que a melhoria da qualidade de vida de uma sociedade implica na capacidade de gerar conhecimento e/ou aproveitar conhecimentos já existentes, a fim de promover o desenvolvimento científico e social, implicando, também, na capacidade da sociedade, como um todo, de se beneficiar de produtos e serviços oriundos desse desenvolvimento.

Nessa perspectiva, os grupos considerados minoritários têm conseguido espaços na sociedade. Assim, vê-se um novo desenho societário formando-se, a partir da união de esforços, na tentativa de conseguir respostas para suas necessidades e angústias sociais.

Muitas categorias de profissionais também lutam para se estabelecer nessa sociedade, dentre estes, estão os pescadores artesanais, que de acordo com o Registro Geral da Pesca (RGP) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em 2011 passavam de 600 (seiscentos) mil profissionais, inseridos num setor produtivo com boa expressão de crescimento e oportunidades, no momento em que o Brasil ocupa a 12ª posição na produção aquícola em

nível mundial. (MPA, 2015).

Os investimentos governamentais feitos no setor começaram a se refletir a partir da década de 1980 com o propósito de ampliar o potencial competitivo do país (VALENTIM et al, 2012), buscando para tal fim, parcerias entre empresas privadas atuantes no segmento e as instituições públicas de ensino superior.

Muitas pesquisas desenvolvidas no âmbito das universidades contam com financiamento de organizações que atuam no setor da pesca e, essa parceria resultou em inovações tecnológicas para o segmento. (ABRANTES; SEIXAS FILHO, 2007).

O desenvolvimento de tecnologias no setor pesqueiro e o incentivo dado à indústria da pesca mudaram radicalmente os modos de produção e captura do pescado e as relações entre os grupos sociais envolvidos e o poder público, principalmente no tocante à pesca artesanal, que ainda permanece sem uma legislação que a regule, o que acarreta sérios problemas às pequenas comunidades de pescadores. (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Em contrapartida, o setor pesqueiro passou a ter uma maior visibilidade, uma vez que, mais pesquisas acadêmicas como esta, ora desenvolvida apresenta resultados que expõem algumas demandas e particularidades do segmento.

Pareceu claro à pesquisadora, a possibilidade de concretizar esta pesquisa e, conforme os ventos sopraram, aprofundou-se o interesse em investigar, com foco na perspectiva informacional, os pescadores artesanais, e a organização que os representa – a Colônia de Pescadores. Tais organizações exercem importantes papéis a cumprir com seus associados e devem estar alinhadas aos novos tempos.

São organizações de poder, com a responsabilidade de dar encaminhamento às demandas dos pescadores (MORAES, 2015), dentre as quais se destaca o compartilhamento de forma igualitária, de informações que possam suprir suas necessidades, bem como, orientá-los, de modo que, aqueles venham a ter uma participação mais efetiva nas decisões dentro da comunidade, da colônia que os representa e da sociedade.

Nesse direcionamento, a tese se constituiu como uma proposta de análise das práticas de mediação da informação entre a Colônia de Pescadores “Benjamin Constant Z-5” e os pescadores artesanais, no município de Lucena, Estado da Paraíba. Foi especificamente, uma análise da realidade de um grupo social, fundamentada na literatura da Ciência da Informação, em diálogo com as categorias sociológicas das formas de socição de *George Simmel*.

De fato, analisou-se o processo de compartilhamento de informação, considerando a

possibilidade ou não, de identificar aspectos de sociabilidade, que pudessem vir a interferir nas práticas de mediação da informação no espaço da colônia de pescadores, haja vista que, a informação empodera as pessoas e, de posse dela, algumas subjagam outras, sobretudo, se a outra pessoa estiver numa condição educacional, social e econômica inferior, não tendo como reagir, pois, falta-lhe o acesso à informação e ao conhecimento.

Um desenho que reflete muito bem a realidade encontrada em comunidades e populações menos assistidas e que reporta aos textos de *George Simmel*. Conforme Maldonado (1993, p. 21) “As teorias de Simmel sobre a distribuição social da informação como fundamento da sociedade e sobre o segredo como noção mais importante desse processo estão embutidas na sua teoria da sociedade, a *teoria do segredo*”.

Maldonado (1993, 2011) – uma estudiosa de *Simmel* – na perspectiva antropológica, também se dedicou a investigar uma comunidade de pescadores –, instigou a presente pesquisadora a eleger a teoria do segredo, como a teoria norteadora deste estudo, focando especificamente em três aspectos desta teoria: *o silêncio, o conflito e o segredo*.

Nesse sentido, pareceu importante considerar a possibilidade de que tais aspectos possam influenciar no regime de informação e na política de informação em voga na Colônia de Pescadores, “porque embora possa não haver uma consciência quanto à existência de um regime e de uma política de informação, por parte dos que ali estão não se pode deixar de reconhecer que todos os espaços estão sob um regime de informação” (Informação verbal)¹ e a colônia de pescadores não foge a isso, também, tem seu regime de informação.

Outro ponto importante considerado diz respeito às relações na comunidade, as quais são constituídas de diversas formas (por grau de parentesco, afinidades políticas, mercadológicas, profissional, entre outras) e, muitas vezes são fragmentadas por interferências e ruídos que podem ou não intervir no modo como ocorrem as práticas de mediação da informação adotadas pela gestão da colônia de pescadores, uma vez que, são as mesmas pessoas envolvidas, pares que por vezes assumem uma posição que, de certo modo, os empodera, como no caso dos pescadores que também são gestores.

É tendência os pescadores assumirem um comportamento que se adequa perfeitamente à dinâmica de funcionamento dessa sociedade, ou seja: se fundamenta a partir da ideia de concentrar poder, limitar participação e manter o nível de desigualdade nas esferas sociais. (SORJ, 2003).

¹ Informação dada por Gustavo Henrique de A. Freire, durante a qualificação do projeto de tese de Deise Santos do Nascimento, em 21 de Agosto de 2015.

No caso dessa categoria, muitos pescadores artesanais já vivem numa situação informacional de marginalidade, posto, a informação que é uma prerrogativa e um direito social, não é compartilhada, ou é, mas, de forma fragmentada chegando ao alcance de uns e de outros não.

No contexto da pesca (como em outros), a falta de informação pode representar perdas significantes, pois, sem informação, os pescadores podem deixar de ter acesso a bens e serviços criados para atender às suas necessidades e, assim, acabar perdendo benefícios importantes.

É preciso que a informação circule homogeneamente entre a categoria e, para que isto ocorra, as práticas de mediação de informação devem levar em conta todas as peculiaridades e implicações sociais que permeiam o cenário e as pessoas que fazem parte desse contexto.

Assim, o conjunto de elementos aqui destacados, até então, constitui o ponto alto para se pensar a questão-problema desta tese e construí-la partindo da realidade da população de pescadores, do regime de informação e das políticas de informação, que devem regular o compartilhamento de informação para esta categoria profissional.

Portanto, o contexto de produção e circulação de informação imediatista que se vivencia, instigou, a saber, como ocorrem as práticas de mediação de informação entre a organização Colônia de Pescadores “Benjamin Constant Z-5”, na praia de Lucena e os pescadores desta localidade, considerando-se o processo constitutivo das relações estabelecidas na comunidade.

Partiu dessa inquietação nossa reflexão sobre essas práticas, por entendermos que dentro de um espaço social menor, como a colônia de pescadores, há nas relações sociais estabelecidas, elementos que tanto podem ser de dominação, como de empoderamento dos sujeitos, portanto, “[...] o espaço social é estruturado pelo conjunto de ações, representações e interações sociais que os sujeitos enfrentam, mas, também, gera e estrutura as características sociais dos atores que produzem as práticas sociais [...]”, como afirmam Nascimento; Marteleto (2004, p. 1). Ou seja; nesses espaços, são constituídos os elementos de poder que dá ao sujeito uma posição diferenciada. Para Arendt (1997, p. 212) “o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam”. É o que se acredita que ocorre quando um pescador se une a outros, e passam a ser um corpo gestor.

Nesse sentido, a tese formulada parte da seguinte suposição: os pescadores quando

passam a pertencer ao grupo gestor da Colônia de Pesca, na posição que ocupam perante seus pares, utilizam-se dos aspectos sociais “segredo, silêncio e conflito”, para interferir nas práticas de mediação das informações, comprometendo desta forma, a atuação da organização, enquanto instituição de representatividade.

Como já afirmado, a informação oferece possibilidades concretas de mudanças e, promove inquietações na consciência das pessoas, podendo conduzi-las, a outra condição menos periférica. (BARRETO, 1994).

No caso dos sujeitos desta pesquisa, o acesso à informação, sobretudo a informação voltada para o labor diário, chamada de informação utilitária, deve ser facilitado pela colônia de pescadores através das práticas de mediação da informação, o que reforçaria seu compromisso para com os associados e a comunidade em geral.

Cada vez mais, a Ciência da Informação tem sido um celeiro para a produção de trabalhos que investigam a realidade informacional de determinadas populações. Isso demonstra que enquanto Ciência Social, ela está seguindo perfilada às questões do mundo contemporâneo, as quais necessitam de debates e, como ciência aplicável seu objeto tem características pragmáticas sociais. (FREIRE; SILVA, 2012). Corroborando com esse entendimento, Aquino (2007, p. 11), afirma que:

A Ciência da Informação, como ciência social inter, multi e transdisciplinar, que se preocupa com os princípios e as práticas da criação, organização e distribuição da informação e com o estudo dos seus fluxos, transmissão e apropriação pelo usuário dessa informação, usando múltiplas formas de disseminação e múltiplos canais, tem sido convocada para assumir significativo papel na sociedade contemporânea: repensar sua responsabilidade social.

A responsabilidade social da Ciência da Informação (CI) orienta possíveis encaminhamentos para a construção de espaços sociais mais democráticos, mais justos e mais igualitários, uma vez que, a informação, permite uma reflexão sobre determinados contextos de modo mais amplo e plural.

Segundo Freire (2004), essa responsabilidade social é fortalecida pelo trabalho dos profissionais da informação que devem procurar os mecanismos e os meios para a inclusão digital da população, sobretudo, daqueles que estão nas áreas sociais mais periféricas.

A socialização da informação deve ser uma preocupação desses profissionais, pois, embora se vivencie realidades cada vez mais digitais, com tecnologias que facilitam o acesso

à informação, muitas pessoas por uma série de motivos, ainda não conseguem dialogar com essas tecnologias, e acessar por meio delas a informação.

Do ponto de vista social, há uma grande demanda por informação e, superar essa demanda é um desafio para a CI e seus profissionais, sobretudo, porque, na mesma proporção que a sociedade vai se desenvolvendo, mais informação vai sendo produzida e novas possibilidades vão surgindo para as pessoas que têm acesso a informação.

Deste modo, pensando essa realidade, a tese foi escrita respeitando os limites impostos pela dinâmica do campo da pesquisa, obedecendo ao rigor metodológico que a academia preza e, priorizando as especificidades da área de estudo na qual se insere.

Assim sendo, a dinâmica social do campo investigado, também permitiu justificar a escolha do tema em torno de duas razões: a primeira, de caráter eminentemente social e acadêmico, parte de um olhar mais amplo para um setor da economia, que tem apresentado no contexto nacional, uma produção crescente, de “1 milhão 240 mil toneladas de pescado por ano, sendo 45% dessa produção originada da pesca artesanal”. (MPA, 2011).

O olhar da autora foca diretamente na pesca artesanal, por ser esta categoria a mais antiga do segmento e, como tal, necessita de informações para se adequar às mudanças não só em relação à pesca, mas, também, a tudo que envolve esta atividade, como por exemplo, as mudanças em relação à legislação ambiental.

A atividade pesqueira desenvolvida hoje no contexto mundial envolve recursos de diferentes naturezas – passando pelos recursos naturais até os tecnológicos – e, por um grande número de pessoas em situações sociais, políticas e econômicas distintas. (KERSTEN, 2007).

Um cenário que por vezes caracteriza-se como de enfrentamento, uma vez que, existe ali um conflito de interesses estabelecido em muitos casos, através de acordos institucionais os quais interferem diretamente nos processos de gestão, no manejo dos recursos, de capitais intelectuais e financeiros das comunidades envolvidas com a atividade de pesca. (MEC, 2000).

Talvez por esses motivos, essa atividade venha ganhando espaço na academia, e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, como Dias Neto (2015), Maldonado (1993), Diegues (1983, 2004), Abreu (2012), Pessanha (2003), Cascudo (2002), Silva (2012) e Mussolini (1980) têm dado maior visibilidade através de seus estudos aos pescadores e à pesca artesanal de um modo geral.

A segundo razão que justifica a pesquisa é de interesse particular, uma vez que a

autora ao longo de sua própria história tem acompanhado o universo da pesca. Primeiro através do pai (herdou de sua mãe os conhecimentos sobre pesca), que foi pescador profissional por muitos anos e, após, na qualidade de servidor público, dizia, sentia e se considerava: “agora eu sou pescador por esporte, mas, pescador”.

Essa condição, de ser neta e filha de pescador, rendeu amizades valiosas com outros pescadores e suas famílias da praia de Tambaú (praia urbana na cidade de João Pessoa/PB), amigos que passaram ao convívio doméstico da pesquisadora.

A dinâmica de convívio conduziu a autora para outras praias, como a praia de Lucena, onde, seguindo o exemplo paterno, fez amizades valiosas com o “povo do mar” (MALDONADO, 1993) e, foi mais além, ao construir efetivamente, uma relação de parentesco, tornando-se assim, parte da comunidade, que como Bauman (2007, p. 7) considera “um lugar cálido, um lugar confortável e aconchegante”.

Porquanto, a pesquisadora tem acompanhando –, às vezes de perto, outras de longe –, a vida dos pescadores nessa comunidade e, ao mesmo tempo, seguindo a trajetória acadêmica a que se propôs desde o ingresso na academia, como aluna de graduação no curso de Biblioteconomia, prosseguindo na pós-graduação, no curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba-PPGCI/UFPB, onde agora se encontra ainda na condição de discente no Curso de Doutorado, procurando sempre alinhar o conhecimento teórico adquirido na academia, à realidade social que a cerca.

As atividades nas disciplinas e os debates teóricos empreendidos na sala de aula foram muito importantes, para a concepção da tese, pois, ampliou a visão da autora ao trazer conceitos, teorias e autores para embasar a reflexão.

Então, partindo-se da experiência de vida, em particular, do convívio com o universo da pesca, observando especificamente, a necessidade de informação dos pescadores para, que em justaposição com a vivência acadêmica, pudesse ter um produto final capaz de indicar caminhos para uma nova realidade informacional da população pesquisada.

Nesse direcionamento, a tese é uma contribuição da universidade para a sociedade, ratificando sua responsabilidade social enquanto instituição de ensino superior de caráter público. É também, um contributo da Ciência da Informação, enquanto área do conhecimento, reconhecida como uma ciência social, firmando o compromisso que ambas têm, de contribuir – através da produção de conhecimento aplicável, com o desenvolvimento social, principalmente de comunidades e populações minoritárias. Já nos primeiros indícios dessa

ciência, Borko (1968), Wersig e Neveling (1975), Saracevic (1995), reconhecem a responsabilidade social da Ciência da Informação. Conforme Santos e Cardoso Filho (2011, p. 4):

Borko (1968) posiciona a CI como um campo novo, como uma disciplina que tem uma função social de auxiliar o desenvolvimento das demais ciências por meio da melhoria dos processos de comunicação, disseminação e compartilhamento do conhecimento. [...], Wersig e Neveling (1975), concordam com Borko (1968) quando afirmam que a CI é um campo novo e interdisciplinar de estudo que surgiu a partir das exigências de uma área de trabalho prático, e que seu nascimento é fruto da contribuição de diversas disciplinas distintas, de pessoas de diversas formações e diferentes interesses, mas, vinculados ao estudo dos processos de criação, armazenamento, recuperação e disseminação da informação em suas diversas áreas do conhecimento.

A Ciência da Informação é uma ciência que orienta a comunicação do conhecimento, possibilitando que ele alcance outras dimensões e, que, cada vez mais, pessoas possam se apossar da informação. É uma ciência voltada para questões de caráter social e para as necessidades da sociedade, portanto, por esse entendimento, pode ser compreendida como uma ciência de importância fundamental para a sociedade.

Sob esse prisma, delimitou-se o objetivo geral, a saber: analisar as práticas de mediação da informação entre a Colônia de Pescadores “Benjamin Constant” Z-5 e pescadores artesanais, no município de Lucena, litoral norte da Paraíba, na perspectiva do regime de informação. Para validar esse objetivo geral, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- a) Mapear os pescadores em atividade na praia de Lucena;
- b) Caracterizar o perfil socioeconômico dos pescadores e dos gestores da Colônia de pesca;
- c) Observar como se constitui a relação estabelecida entre a Colônia de pesca e pescadores;
- d) Compreender nas narrativas orais dos gestores da Colônia de Pesca e dos pescadores, os aspectos que possam se constituir como barreiras no processo de comunicação da informação;
- e) Apresentar diretrizes para a construção de um regime de informação e uma política de informação, que promova o diálogo entre a Colônia de pescadores, os pescadores locais e demais instituições que atuam no segmento da pesca.

A apresentação desta tese está organizada em seções, iniciando com a introdução, na qual se fez uma rápida apresentação do tema da pesquisa e a justificativa pela escolha, a questão problema e os objetivos geral e específicos. Na segunda seção tratou-se das temáticas teóricas que dão sustentação a pesquisa: Perspectiva social da informação, Mediação da informação, Regime e Política da informação, Teoria sociológica de Simmel e comunicação da informação na pesca. Na terceira seção, apresentou-se uma descrição etnográfica da pesquisa do município de Lucena. Na quarta seção, a rota metodológica fez uma descrição do passo a passo da metodologia utilizada na pesquisa, com a indicação dos suportes técnicos utilizados, uma descrição mais detalhada do campo e do processo de escolha dos sujeitos, da natureza da pesquisa.

Na quinta seção, expôs-se em dois momentos a análise dos dados coletados tanto por meio do cadastro realizados com os pescadores, tanto por meio da história oral. No primeiro momento, apresentou-se a análise dos dados cadastrais dos pescadores em atividade com a caracterização socioeconômica de todos. No segundo momento da análise utilizou-se a análise dos dados baseada na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2009), em relação ao referencial teórico e finalizando, as considerações finais, mostrando-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, bem como, a comprovação da tese do estudo, além da apresentação de sugestões para uma gestão mais eficiente e participativa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA

Como todo trabalho acadêmico, a presente tese buscou respaldo teórico nos autores da Ciência da Informação que discutem à luz da realidade contemporânea, as temáticas aqui tratadas. O objeto que a CI se apropriou como seu objeto de estudo permite uma investigação por diferentes caminhos e, foi a partir desse entendimento que se empreendeu essa pesquisa, pois, era sabido que, tratando desse objeto na perspectiva social e, olhando para um contexto complexo como a comunidade de pescadores, ter-se-ia a possibilidade de transitar por diferentes abordagens teóricas.

Assim, iniciou-se esta caminhada teórica pela perspectiva social da informação, por se entender que a informação é um fenômeno social, como pressupõe o paradigma social da informação e em razão disso, associou-se a teoria sociológica de *Georg Simmel* com o estudo das práticas de mediação da informação, no sentido de identificar aspectos de sociabilidades que pudessem interferir nessas práticas e, conseqüentemente, na política e no regime de informação. A comunicação da informação no segmento da pesca e as fontes de informação complementaram o embasamento teórico apresentado a seguir.

2.1 PERSPECTIVA SOCIAL DA INFORMAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Para se tratar da informação social bem como dos seus desdobramentos, considerou-se pertinente refletir de forma breve, os *inputs* que foram dados à Ciência da Informação (a ciência reconhecida como aquela que tem a informação como seu objeto de estudo) e que consolidaram sua identidade e o reconhecimento pela comunidade científica, como uma ciência social.

As orientações epistemológicas que surgiram na década de 1960 e que fundamentam os primeiros conceitos de informação na Ciência da Informação foram embasadas por princípios matemáticos, dentro de uma abordagem positivista e tinham um direcionamento voltado às questões técnicas e tecnológicas de produção que subsidiavam o desenvolvimento. Um exemplo é o conceito apresentado por Shannon e Weaver à comunidade científica, que expõe uma definição de informação que não reconhece a existência de sentido na mensagem, pois, a informação pode ser transportada sem a necessidade de um suporte físico e quantificada.

A busca por uma identidade da CI começa com direcionamentos voltados a uma compreensão do seu objeto, observando a possibilidade interdisciplinar com outras ciências. Freire e Silva (2012) ao investigarem a concepção originária da CI, identificam os campos de conhecimento que influenciaram esta ciência e, indicam a diversidade de influência como a possível causa para um entendimento da CI como um “campo eminentemente diverso e às vezes aparentemente sem sentidos epistemologicamente firmes, dada as suas diversas vertentes”. (FREIRE; SILVA, 2012, p. 163).

Talvez aqui, residam os primeiros indícios da interdisciplinaridade da CI, que dá condições efetivas para dialogar nesta tese com a sociologia. São as possibilidades interdisciplinares, que vão se efetivar como uma característica da Ciência da Informação (SARACEVIC, 1996), permitindo uma dialética que une teoria e prática no sentido de responder aos problemas colocados à prova nessa ciência, pela contemporaneidade. À medida que as investigações em torno da CI foram ampliadas, tais possibilidades interdisciplinares passaram a se percebidas como novos caminhos à CI. Nesse sentido, Freire e Silva (2012, p. 167) afirmam que:

A ênfase dada à interdisciplinaridade da Ciência da Informação ocorreu em um momento em que a noção do que se conceitua como ‘interdisciplinar’ ganhou grande proporções. [...] Assim, Ciência da Informação e interdisciplinaridade nascem como conceitos intrínsecos, pois enquanto a primeira está voltada para solução de problemas informacionais, a segunda se configura como instrumento de pesquisa para promover o desenvolvimento da educação e da ciência através da interação e do crescimento recíproco de duas ou mais disciplinas científicas.

A interdisciplinaridade é compreendida pelo compartilhamento de conteúdo entre as ciências e, em se tratando da CI, essa característica, manifesta-se na sua origem como expresso nas palavras de Borko (1968) ao afirmar que a CI:

[...] É uma ciência interdisciplinar derivada de e relacionada a vários campos tais como matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia da computação, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, administração e outros. Possui um componente de ciência pura, que investiga o assunto sem considerar suas aplicações, e um componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos. (BORKO, 1968, p. 3)

Também pela diversidade na formação das pessoas envolvidas com ela, como identifica (SARACEVIC, 1996, p. 48), “[...] entre os pioneiros havia engenheiros,

bibliotecários, químicos, linguistas, filósofos, psicólogos, matemáticos, cientistas da computação, homens de negócios e outros vindos de diferentes profissões ou ciências [...]”.

Saracevic (1996) faz uma análise dessa relação interdisciplinar da Ciência da Informação, a partir de quatro campos científicos que ele considera como os mais próximos a ela, e admite que essa relação interdisciplinar não se esgota com essas ciências, sobretudo, porque o contexto social tem apresentado uma dinâmica diferente em relação à informação, principalmente, no modo como ela tem sido tratada e comunicada por meio dos artefatos tecnológicos.

Esses direcionamentos foram à base de sustentação para a criação de uma epistemologia e de metodologias próprias para esse campo e os desdobramentos da CI foram conduzidos pelas manifestações que atribuem sentido e significado à informação e que a reconhecem como um fenômeno social.

Alguns dos cientistas são apresentados por se destacarem na tarefa de consolidar a CI e dá o devido reconhecimento, não apenas pela vertente interdisciplinar, mas, sobretudo, procurando compreender o que vem a se confirmar como seu objeto de estudo, conforme Pinheiro (2005, p. 18, 22,27) e reeditado nesta tese no quadro que se segue.

Ano	Autores de estudo e pesquisa	Ano	Autores de estudo e pesquisa
1961/62	Wooster.	1966	Mikhailov, Chernyi e Giliarevski Cuadra, Taylor e Gorn.
1967	Fairthorne, Weisman, Weisman	1968	Borko, Hoshovckye e Massey, Kitagawa, Shera, Slameka.
1969	Merta, Menoi, Foskett, Mikhailov, Mikhailov, Chernyi e Giliarevski, Lessa de La Veja, Yovits.	1970	Goffman, Saracevic, Foskett, Otten e Debon.
1971	Harmon e Saracevic.	1973	Fosfett e Artandi.
1974	Otten.	1975	Mikhailov, Chernyi e Giliarevski, Wersig e Nevelling, William e Kim, Goffman, Brookes.
1976	Belkin e Robertson, Roberts.	1977	Dow, Shera e Cleveland, Dervin.
1979	Zunde e Gehl, Farradane.	1980	Brookes, Farradane, Mikhailov, Chernyi e Giliarevski.
1981	Brookes, Zunde, Small.	1983	Machlup e Mansfield.
1984	Herner, Zunde, Keren, Schrande, McGarry, Kochen, Afsharpanah, Harris.	1985	Boyce e Kraft, Salton, Wersig e Windel.
1986	Schrande, Paislay, Harris.	1987	Chambauld e Le Coadic.
1989	Heilprin, Borgman	1992	Briet, Capurro, Devenport,

	eSchement.		Fromann, Hayes, Hoel, Khavam, Miska, Rayward, Saracevic, Smit, Vakkari, Wersing.
1993	Wersing.	1995	Buckland, Menou.
1998	Williams, Buckland e Liu, Mizzaro Riensset-Lemarié Hann e Buckland, Rayward,		

Quadro 1 - Autores da Ciência da Informação

Fonte: Pinheiro, (2005).

Silva e Freire (2012) esclarecem que, apesar dos esforços para a consolidação identitária dessa ciência, alguns autores estão convictos de que ela ainda não tem uma identidade definida e consideram que essa dificuldade reside nos diversos conceitos intrínsecos a CI. Pinto e Fidelis (2012) consideram que não é possível conceituar a informação partindo de um único modelo e que as áreas buscam a conformidade entre os constructos teóricos e sua aplicação.

O fato é que a Ciência da Informação acompanha a realidade, dialogando com outras ciências fora de sua linha de fronteiras, à medida que a sociedade vai sendo estruturada e os fenômenos vão se ajustando ao contexto social em modificação.

Isso porque, a investigação dos fenômenos sociais na perspectiva de qualquer ciência, sugere o entrelaçamento de abordagens epistemológicas diferenciadas, conceitos e metodologias e demanda ações de reciprocidade entre os campos de conhecimento.

Essas ações de interseção de uma disciplina em outra devem acontecer de modo que ambas forneçam elementos teóricos os quais possam subsidiar as investigações e, principalmente, responder as intercorrências do contexto social com objetividade. A Ciência da Informação não se furta a tal momento de mudança e sinaliza a partir de teorias com fundamentos e conceitos de informação, que convergem para o humano e o social, como mostra Araújo (2009).

Teorias	Fundamentos	Conceito de informação
Teoria Matemática, Recuperação da Informação e Bibliometria.	Eficácia do processo de comunicação relativos ao transporte físico da materialidade da informação.	A informação é uma medida de incerteza – não como aquilo que é informado, mas como aquilo que se poderia informar.
Teoria Sistêmica da Informação	Princípios da biologia – constituídos na visão de que o todo é maior que as partes e de	A informação corresponde a uma parte de um todo, por exemplo, os sistemas de recuperação da

	que as partes devem ser estudadas necessariamente, a partir da função que desempenham para a manutenção e sobrevivência do todo.	informação e as instituições e serviços de informação.
Teoria Crítica da Informação	As ciências humanas, particularmente a Filosofia e a História. Sua postura epistemológica é a desconfiança, a negação do evidente, a busca do que pode estar escondido ou camuflado.	A informação é um recurso fundamental para a condição humana no mundo e, como tal, a primeira percepção que se tem é de sua desigual distribuição entre os atores sociais.
Teorias da Representação e da Classificação	Princípios de representação e classificação oriundos da Biblioteconomia	O conceito de informação relaciona-se essencialmente com a ideia de representação – da possibilidade de melhorar os processos representacionais, construindo linguagens melhores, notações mais mnemônicas, classes mais consistentes, terminologias menos ambíguas.
Teoria da Produção e Comunicação Científica.	Estudos de fluxo/comunicação da informação.	A informação é um recurso, uma condição de produtividade.
Teoria dos Estudos de Usuários.	Essa teoria apresentou diferentes abordagens. Atualmente centra-se efetivamente nos estudos de usuários, embasados em teorias tais como: teoria do estado do conhecimento anômalo, construção de sentido, valor agregado e construtivista.	A informação é compreendida como aquilo capaz de preencher uma lacuna, satisfazer uma ausência.

Quadro 2 - Teorias e seus respectivos conceitos de informação

Fonte: Araújo (2009)

A informação perpassa as atividades relacionadas aos aspectos sociais como a cultura, e a educação, dessa forma, muda as estruturas sociais na medida em que, dá às pessoas a capacidade de agir, posicionar-se e, determinar suas escolhas.

A apropriação de uma identidade social para a CI se fortalece com os estudos de Shera (1970) com a “epistemologia social”, de Wersig (1993), “informação é conhecimento em ação”, de Hjørland e Albrechtsen com “análise de domínio” e, (1995); Capurro, (2003) com o “paradigma social”.

Eles fornecem as orientações epistemológicas para tornar efetivamente possível a compreensão da Ciência da Informação (CI), como uma ciência social, a partir do seu objeto, como identifica Pinheiro e Loureiro (1995) ao analisarem o objeto de estudo da CI, fundamentados em Sokolov e Mankevich que reconhecem o tipo de informação desta ciência como sendo a informação social.

Cibangu (2010) afirma que o papel da Ciência da Informação, como ciência social, não é resolver ou reprimir a discordância, mas, expor o mundo social em sua plenitude e diversidade. Isto é, a CI deve procurar compreender o mundo social, os sujeitos e os fenômenos sociais inseridos nela, para que possa investigá-los, sobretudo porque, já há um entendimento consolidado quanto à natureza social da informação e, como ciência social, a CI tem uma responsabilidade social a desempenhar perante a sociedade, especialmente, se se pensar que a informação é um bem imaterial, com capacidade de transformar os processos sociais e as práticas comunicativas nos diversos contextos sociais.

Assim, reflete-se sobre as mudanças ocorridas na conjuntura social e no comportamento das pessoas como manifestações que são impulsionadas por dois marcos da sociedade contemporânea: a informação e as tecnologias. A informação, entendida aqui na concepção de Freire e Freire (2010, p. 15) como “um fenômeno que ocorre no campo social”, por meio das práticas sociais.

Nesse sentido, ela não se constrói sozinha e está relacionada com as ações do homem, em particular, do homem contemporâneo, que vive imerso numa sociedade considerada como complexa², em razão do que Capra (2006) chama de, “patologias sociais³”.

Tratar das patologias sociais não é o propósito desta tese, no entanto, tem-se que considerá-las, pois elas afetam os contextos de produção e compartilhamento de informação nos quais se inserem as práticas de mediação.

Grigorwitschs (2008), ao analisar o processo de socialização, na perspectiva Simmeliana, identifica que o conceito de sociabilidade foi criado a partir de um entendimento, que concebe o sujeito como detentor de uma autonomia individual, um valor cultural, capaz

² Considera-se essa sociedade complexa a partir do panorama estrutural que apresenta problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais em uma esfera que atinge os países desenvolvidos em desenvolvimento e produz conflitos, mudanças e altera sensivelmente os padrões de comportamento e a cultura de modo geral.

³ As patologias sociais são os problemas ocasionados pelos desastres ambientais que acarretam a destruição dos sistemas ecológicos, dos quais depende a existência humana, as doenças (com destaque para as doenças infecciosas e nutricionais); os problemas de ordem psicológicos como a depressão e a esquizofrenia; a desintegração social causada pelo aumento no consumo de drogas, crimes violentos e acidentes de trânsito, que estão dizimando os jovens.

de conduzir a vida de forma racional.

Prossegue Grigorowitschs (2008, p. 36), [...] “em Simmel, o ser humano como um todo é visto como um complexo de conteúdos, forças e possibilidades sem forma; com base nas suas motivações e interações do seu “estar-no-mundo mutante”[...], e os processos de socialização “constituem-se de interações e que os conceitos, valores, autoconceitos e estruturas individuais da personalidade, desenvolvem-se de maneira dinâmica nestes processos e seguem a lógica de uma transformação ligada a práticas sociais”.

Entendendo a informação como parte nos processos de sociabilidade, concorda-se com o conceito apresentado por Silva (2006, p. 24) de que a informação é “um fenômeno humano e social, que deriva de um sujeito que conhece, pensa, se emociona e interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si”.

Ao reconhecer a informação na dimensão humana e social, Silva (2006) permite interpretá-la como um componente da vida social, e nesse sentido, corrobora-se com Thompson (1990) que compreende a vida social a partir do sujeito, que busca entender a si e aos outros, interpretando as ações, expressões, manifestações verbais, simbólicas, textos e artefatos de vários tipos. Portanto, a informação é uma forma simbólica, e como tal, ela pode ser investigada a partir da sua contextualização social.

Por esse entendimento, é que se atribui o estudo das formas simbólicas, nas ciências sociais, a partir da cultura. Marteleto (2008, p. 15) assim faz, ao reconhecer a informação, como uma forma simbólica, investigada na perspectiva da cultura e a compreende, como “artefato material e simbólico de produção de sentidos, fenômenos da ordem do conhecimento e da cultura”. Para Edgar Morin (2003, p. 159) a cultura é a “emergência fundamental própria da sociedade humana”. E definida por Geertz (2014, p. 8) como:

Um padrão historicamente transmitido de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressões em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e atitudes perante a vida.

A cultura representa o lugar de entendimento para as questões relacionadas ao simbólico e aos sentidos, formuladas através das tradições. É onde estão alocadas as impressões do mundo, onde se elabora e se acumula o conhecimento que servirá para transpor novas fases, à medida que se evolui ajustando toda conduta social humana.

A constituição de novos padrões de cultura é criada a partir de uma visão de mundo globalizada, apoiada principalmente, pela tecnologia, presente de uma ponta a outra no

processo comunicacional, de maneira muito intensa, com diversidade e de modo constante, subsidiando as práticas sociais, sobretudo, aquelas que viabilizam a interação por meio da comunicação e compartilhamento de informação na sociedade.

Naturalmente, esse é um processo que resulta num efeito multiplicador de informações, colocadas à disposição das pessoas, de forma indiscriminada, e sem limites. No entanto, como adverte Dowbor (2003) é preciso que, a informação produzida e disseminada seja socialmente organizada por ações de informação ao cidadão para ter os impactos sociais esperados, haja vista que o sujeito só pode refletir uma determinada situação e buscar a solução de problemas, se tiver de posse de informações. (VARELA, 2007).

Nesse mesmo caminho, Aquino (2007) reconhece que a informação e o conhecimento, pautam os direcionamentos da sociedade em todos os segmentos e lança novos desafios à humanidade, principalmente, porque, a globalização alterou sensivelmente a interação social e as bases materiais de vida que já não são as mesmas.

A intervenção tecnológica na sociedade tem contribuído também, para tornar os sujeitos mais atentos à realidade social que os cerca, porque o contato com a informação, por meio dos diversos suportes informacionais disponíveis pode representar uma possibilidade a mais, de vivenciar outro estágio de consciência, uma vez que, ao ser compreendida, a informação vai gerar o conhecimento e transformar a consciência dos sujeitos, resultando em mudanças para sua vida e para a sociedade na qual ele se insere. (BARRETO, 1994).

Dessa forma, não se pode deixar de pensar as prerrogativas relevantes em relação ao acesso à informação, especialmente, aquelas que estão relacionadas com a condição cidadã dos sujeitos enquanto ser social, com direitos que foram (e são) adquiridos por meio de conquistas sociais.

É o exercício dessas conquistas que garante uma participação cidadã mais efetiva na sociedade, e nesta, na qual a cultura informacional é crescente, talvez porque, esteja se criando um consenso de que a informação é capaz de amenizar as desigualdades e fortalecer a cidadania. (FARIAS, 2014).

Dentro da lógica dessa cultura informacional, a realidade brasileira legitima o acesso à informação como um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, através do artigo 5º, incisos XIV, XXXIII e XXXIV, alínea “b” que diz: “é assegurado a todos o acesso à informação...[...]”. Gonçalves (2011, p. 353), considera que a informação está, “associada historicamente a um princípio de liberdade, entendido como parte integrante da liberdade de

expressão proclamada como direito fundamental do homem pelas constituições liberais”.

A rigor, vê-se o exercício desse direito como uma questão complexa, porque tal ação implicaria em ter assegurado outros direitos sociais e, como é sabido, embora o Brasil tenha apresentado uma evolução social nos últimos anos, ainda persistem problemas de base, que interferem no acesso à informação.

Pensando no objeto do presente estudo, é importante considerar as condições sociais que imperam no campo social e se mostram conflitantes ao ponto de comprometer o acesso à informação e as práticas de mediação da informação que são adotadas. Na concepção de Bourdieu (1989) o campo social é o cenário para as manifestações simbólicas dos atores e grupos sociais, no qual os laços são fortalecidos e mantidos, através das relações estabelecidas.

Nascimento e Marteleto (2004, p. 1) entendem que “o espaço social é estruturado pelo conjunto de ações, representações, e interações sociais que os sujeitos enfrentam, mas também, gera e estrutura as características sociais dos atores que produzem as práticas sociais”.

É o que Bourdieu (1983) nomeia por “*habitus de classe*” e que dá aos sujeitos e aos grupos sociais, possibilidades e potencialidade na sociedade, sobretudo nesta, que se apresenta como uma das mais intensas, e na qual, o nível de relevância que a informação alcançou é tão grande, que alguns autores consideram que ela “sintoniza o mundo” (BARRETO, 1994) ou mesmo, que seja “o coração dessa sociedade” [...]. (DE MASI, 2000).

Mesmo assim, numa envergadura ainda ampla, a sociedade apresenta desdobramentos que comprometem a participação efetiva dos sujeitos nos processos de sociabilidade que são estabelecidos por meio de tecnologias de comunicação.

Trata-se de uma realidade de difícil compreensão, ainda mais se se pensar no grau de evolução tecnológica a que a humanidade chegou e no grande volume de informação que é produzido e compartilhado.

Esse quadro ocorre em alguns espaços de construção social, como as pequenas comunidades, nas quais o acesso a determinados bens ainda é limitado para muitas pessoas. Nessas configurações sociais, a informação é um bem tão necessário, quanto qualquer outro, que integra a escala de bens de primeira necessidade da sociedade.

2.1.1 A Sociedade Contemporânea

A sociedade contemporânea apresenta-se com características marcantes que a diferencia de outras sociedades que a antecederam. A diversidade tecnológica, a produção acelerada de informações e o imediatismo são algumas características desse momento, que estão presentes no campo social, produzindo novas formas de socialização.

A tendência é que essas características sejam fortalecidas pelo movimento que integraliza com primazia a economia e os processos de produção, fomentando a ideia de um mundo global, no qual “tudo pode ganhar outra luz, quando visto sobre a perspectiva aberta da globalização”. (IANNI, 1999, p. 7). Ou seja; onde tudo pode sofrer uma transformação, por influência ou pressão de outras partes do mundo. Trata-se da globalização. Um movimento que projeta com muita intensidade, o ideal de um mundo novo de oportunidades para as pessoas, com abertura para intensificar o processo de troca e apreensão de conhecimento, especialmente porque, a informação, passa a ser um bem necessário no planejamento do futuro.

No entanto, logo, percebe-se que a sociedade contemporânea não tem dado conta de efetivar na íntegra esse projeto, com a hegemonia necessária para garantir o acesso aos bens de consumo e serviços produzidos numa esfera mais global. Isso ocorre porque, mesmo com a abertura de fronteiras econômicas e mercadológicas, a sociedade contemporânea não tem conseguido diluir a desigualdade social que permanece principalmente, no nível mais local.

O impacto da globalização não é igual para todos, existem zonas de penumbra, isto é; lugares onde as ações e mecanismos dessa sociedade e da globalização atuam fracamente, com menos intensidade ou não alcançam.

Sousa Santos (2011) reconhece que os países mais desenvolvidos detêm as vantagens da globalização criando assim oportunidades e repassam aos países menos desenvolvidos os custos, principalmente, o custo social. Com isso, intensifica-se ainda mais, a desigualdade social, as diferenças e os conflitos que tornam mais complexas as questões que envolvem esse processo.

O alcance dessa desigualdade atinge setores tão importantes, os quais sinalizam que uma igualdade global, está longe de se tornar realidade, mas, que é um sonho a ser perseguido. A superação dos índices de pobreza, a educação como um direito de todos, e a garantia de direitos sociais são metas estabelecidas em acordos internacionais que ainda não

foram alcançadas por muitas nações, em especial pelas menos desenvolvidas, o que inviabiliza pensar a globalização como algo efetivamente concreto, na sociedade contemporânea. (HADDAD SIQUEIRA, 2014).

Uma reflexão mais atenta sobre essa sociedade traz à baila as incertezas da globalização que angustia os sujeitos contemporâneos e outros desafios que precisam ser enfrentados, como por exemplo, as questões relativas ao meio ambiente (desmatamento de áreas verdes, destruição da camada de ozônio, poluição dos rios e mares e etc). Sousa Santos (2011, p. 11) considera que “estamos perante processos de mudança altamente contraditórios e desiguais, variáveis na sua intensidade e até na sua direção”. É o que Santos (2007) vai chamar de “globalização perversa”.

Por essas e outras razões é que muitos estudiosos consideram que o cenário contemporâneo ainda é de incerteza e, promover mudanças numa sociedade com questões tão complexas, não será uma tarefa fácil. Há um percurso histórico com bases profundas de desigualdade em todos os setores da sociedade, perpetuada por políticas econômicas que se contrapõe aos ideais de um mundo unido. Oportunamente, Santos (2007) esclarece que a quebra de fronteiras unificando o mundo não é a mesma coisa que unir o mundo.

Esse panorama leva a pensar que a estruturação da sociedade contemporânea é constituída por práticas e saberes, baseada no poder e na dominação, que aprofunda e torna os conflitos e a competitividade mais aparentes. Por estruturação, compreende-se a atualização constante das estruturas sociais, no sentido mais amplo: valores, organizações, grupos, condutas, sistemas morais, linguísticos, econômicos, políticos, entre outros.

As rupturas nas estruturas sociais sempre foram impulsionadas por ações humanas, e assim continua nessa sociedade. (BERGER; LUCKMANN, 2012). Contudo, a informação – que sempre foi importante para a produção da sociedade, sobretudo, porque, ela pode ser um componente no processo de produção, tanto social como de bens e consumo, com valor capital agregado (CHAUÍ, 1983) –, e as tecnologias, vêm redesenhando essas ações, ao inserir na vida social, artefatos tecnológicos que inovam os processos de aprendizagem e impulsionam a criação de contextos virtuais.

Com isso, dá aos sujeitos, amplas possibilidades que podem resultar nessas rupturas, e efetivamente, tem desdobramento nos processos de sociabilidade que não mais se constituem apenas, do modo tradicional como de costume, mas também, no *ciberespaço*, com as redes virtuais, blogs, chats, e múltiplos canais de comunicação. Segundo Freire e Freire (2009, p.

85):

a emergência histórica e cultural do ciberespaço possibilita o surgimento de dois dispositivos informacionais originais: o **mundo virtual**, que dispõe a informação em um espaço-tempo contínuo, e a **informação em fluxo**, dados em estado contínuo de modificação. Esse contexto nos leva à ideia de infinito, espaço que nunca será completamente preenchido e que se encontra em um estado permanente e, à ideia de rede. (grifo dos autores).

Para Levy (1987, p. 81) o *ciberespaço* possibilita novas formas para se construir relações interacionais e se constitui como um contexto de potencialidades, sobretudo, em relação ao compartilhamento de informação e a construção do conhecimento. Isso porque, “a comunicação por mundos virtuais é, portanto, em certo sentido, mais interativa que a comunicação telefônica, uma vez que implica, na mensagem, tanto a imagem da pessoa como a da situação, que são quase sempre aquilo que está em jogo na comunicação”.

Recuero (2009) entende que as interações que ocorrem no ciberespaço podem permanecer fora dele, quando o sujeito não está mais conectado, porque as ferramentas de comunicação oferecem essa possibilidade, uma vez que são múltiplas e possuem particularidades do processo interacional. As redes virtuais são um exemplo, porque elas facilitaram o compartilhamento de informações e oferecem uma diversidade de conexões nas quais podem ser estabelecidas, relações de várias natureza e intensidade gradativa. Pode haver aquelas de curta durabilidade e sem vínculo, ou ainda, aquelas de longa duração, com contatos mais frequentes. Nesse sentido, Recuero (2009, p. 31) considera que:

A interação seria a matéria prima das relações e dos laços sociais. [...] a interação, como tipo ideal, implicaria sempre uma reciprocidade de satisfação entre os envolvidos e compreende também as intenções e atuações de cada um. Interações não são, portanto, descontadas dos atores sociais. São parte de suas percepções do universo que os rodeia, influenciadas por elas e pelas motivações particulares desses atores.

A realidade contemporânea é de uma sociedade em conexão e, conforme Garcia Canclini (2007, p. 31) “as conexão e a desconexão com os outros são parte da nossa constituição como sujeitos individuais e coletivos”. A perspectiva é que os sujeitos que se encontram sem acesso às mídias digitais, desconectados, tenham oportunidades e, possam buscar a superação de configurações sociais que os coloquem em uma condição social diferenciada.

A complexidade da sociedade contemporânea é de muitas vertentes e a realidade

social é uma consequência de árduo processo de desenvolvimento vivido pelas sociedades humanas ao longo da história. No entanto hoje, além dos poderes constituídos nos moldes tradicionais, a sociedade contemporânea vivencia outras formas de poder e controle social que fluem, sobretudo, pela inserção da tecnologia, que proporciona maneiras diferenciadas pra se representar o mundo real.

As tecnologias e a informação são o mote maior dessa sociedade, porém, vivenciá-las deve ser “uma experiência libertadora” para os sujeitos, e não mais um elemento de dominação e poder. (DURKHEIM, 2015). Ao ver da pesquisadora deste estudo, isso só não ocorrerá se as oportunidades continuarem a ser criadas e ofertadas à sociedade, garantindo a participação dos sujeitos nos processos de reconfiguração dos contextos sociais, culturais e de formação da sociedade como um todo.

2.2 TEORIA SIMMELIANA: conflito, silêncio e segredo

Os processos de sociabilidade e interações humanas são complexos e envolvem situações múltiplas marcadas em muitas vezes por conflitos (emocionais, sociais, familiares, profissionais e etc.) que perpassam toda uma vida e se configuram como fenômenos culturais. A gênese do conflito remonta à antiguidade e, ainda hoje, quando se trata de relações/interações humanas, se faz presente de várias formas.

Neste tópico procurou-se apresentar à luz da sociologia de Simmel a forma de organização da Colônia de Pescadores “Benjamin Constant” Z5 na praia de Lucena, objeto de estudo desta tese, considerando para tal as categorias Simmelianas: Conflito, Segredo e Silêncio, norteadoras no processo de interação que se estabelece entre a associação e seus associados.

Georg Simmel (1858-1918), filósofo e sociólogo alemão, contemporâneo de Max Weber e de Emile Durkheim, dois dos principais precursores da sociologia, tem grande influência na construção do pensamento sociológico, posto à margem desde seus primeiros escritos. Atuou grande parte da sua vida acadêmica como professor voluntário na Universidade de Berlim. Ao longo do tempo, sua obra vem sendo reconhecida e, seu legado ultrapassou as fronteiras das Ciências Sociais, pois, aborda vários temas corriqueiros à essa ciência que podem ser investigados por outras áreas de conhecimento. A interdisciplinaridade aproxima o pensamento de Simmel a outras vertentes de investigação e de pesquisadores de

diversas áreas, como a exemplo desta pesquisa, registrada na Ciência da Informação.

Simmel (1983) defendia a ausência de uma verdade absoluta e reconhecia a existência da organização em sociedade, mas, sem a anulação do indivíduo. Ele entendia que a sociedade era um produto das relações individuais, portanto, em sua teoria, o principal elemento é o indivíduo e a relação Indivíduo x Sociedade é uma constante na sociologia Simmeliana. No raciocínio do autor é necessária a existência do indivíduo para que este venha a se organizar em sociações, e posteriormente em sociedade.

Para um conhecimento perfeito, é preciso admitir que não existe outra coisa senão os indivíduos. Para um olhar que penetrasse no fundo das coisas, todo fenômeno que parecesse construir, acima dos indivíduos, alguma unidade nova e independente, se resolveria nas ações recíprocas permutadas pelos indivíduos. (SIMMEL, 1983, p. 49).

Para Simmel (1983) as sociações vão sempre acontecer e os agrupamentos de indivíduos se formam e se fortalecem a partir dos interesses comuns. Exatamente como ocorre com os pescadores, porém, mesmo dentro das sociações, vai existir conflito, porque eles fazem parte da sociedade e das formas de sociações humanas. A sociedade é constituída por distinções e “não há dúvida de que a sociedade não é um ser simples, cuja natureza possa ser inteiramente expressa por uma única fórmula”. (SIMMEL, 1983, p. 47) afirma:

Por sociedade não entendo apenas um conjunto complexo dos indivíduos e dos grupos unidos numa mesma comunidade política. Vejo uma sociedade em toda parte onde homens se encontram em reciprocidade de ação e constituem uma unidade permanente ou passageira. Logo, em cada uma dessas uniões produz-se um fenômeno que caracteriza, da mesma forma, a vida individual; a cada instante, forças perturbadoras, externas ou não, opõem-se ao agrupamento, e este, se for deixado a agir por sua própria conta, não tardarão elas a dissolvê-lo, isto é, a transferir seus elementos para agrupamentos estranhos. Todavia, a essas causas de destruição opõem-se forças conservadoras que mantêm unidos esses elementos, asseguram sua coesão e, através disso, garantem a unidade do todo, até o momento em que todas as coisas terrestres, eles se rendem aos poderes dissolventes que o cercam. (SIMMEL, 1983, p.48)

Uma sociedade deve estar ligada ao seu território, deve se observar que os laços de sangue não são suficientes para manutenção da vida coletiva e esta por sua vez precisa garantir a reprodução. Simmel (1983) menciona uma unidade psíquica, para abordar essa questão da territorialidade, na qual o sentimento de pertença ao lugar é construído a partir da história e das relações vivenciadas no lugar por tais indivíduos. Só esse sentimento, esse

espírito, para usar os termos próprios de Simmel (1983) vai construir a unidade territorial.

[...] para compreender essa continuidade dos seres coletivos, é a permanência do solo em que eles vivem. A unidade, não apenas do Estado, mas da cidade e de muitas outras associações, em princípio, se submete ao território que serve como substrato subsistente a todas as mudanças sofridas pelos integrantes da sociedade. A bem dizer, a permanência do lugar não produz, por si só, a permanência da unidade social, porque, quando a população é expulsa ou subjugada por um povo conquistador, dizemos que o Estado mudou, ainda que o território permaneça o mesmo. Além disso, a unidade de que se trata aqui é inteiramente psíquica, e é essa unidade psíquica que verdadeiramente constitui a unidade territorial, e não ao contrário, [...]. (SIMMEL, 1983, p. 50/51).

Elaborada essa unidade, é necessário garantir a manutenção da mesma. A reprodução do *modus operandi*, Simmel (1983) observa que esse movimento é feito a partir do repasse geracional de uma determinada sociedade, na qual a porção de indivíduos que entra ou sai do grupo é infinitamente menor que a porção mantida, ou seja, o ciclo se completa quando uma geração molda seus sucessores conforme a sua imagem.

[...] as gerações não se substituem de uma hora pra outra. Dessa maneira, a grande maioria dos indivíduos que vivem juntos, em um dado momento, ainda existe no momento seguinte, e a passagem de um para o outro é continua. As pessoas que mudam entre dois instantes próximos, quer saindo da sociedade, quer nela entrando, são invariavelmente bem poucas, comparadas aquelas que permanecem. (SIMMEL, 1983, p. 52).

Outro elemento essencial à manutenção da sociedade, ou seja, a personalidade coletiva, é o momento que o indivíduo faz do seu papel pessoal um segundo plano, colocando em primeira instância o seu papel como representante do coletivo. “Inversamente quanto mais o indivíduo for um ser impessoal e anônimo, mais estará, também, apto a tomar simplesmente o lugar de outro e a assegurar, desse modo, a conservação ininterrupta da personalidade coletiva”. (SIMMEL, 1983, p. 53).

Depois de apresentar sua concepção sobre a formação da sociedade, Simmel (1983) problematiza as possibilidades de coerção social desse coletivo e, exemplifica, demonstrando que são desmontáveis os argumentos religiosos, desmontando assim aqueles que se organizam em volta da moral religiosa. Outro exemplo é relativo às famílias ricas que compõe uma coletividade, que pode ser quebrada quando um pobre torna-se rico. Com esses exemplos, o autor dá a nítida percepção que existem elementos que impedem um grupo de se solidarizar por completo e permanentemente, mesmo tendo garantidas suas formas de reprodução.

É comum se entender o conflito como algo negativo e danoso às relações constituídas com o outro na sociedade. Essa é uma tendência reducionista atribuída ao senso comum, contestada pelo conceito de conflito social, apresentado por Simmel (1983) em sua obra sociológica. Na teoria de Simmel (1983) o conflito é visto de maneira necessária e positiva, assumindo um papel importante dentro das formas de sociação e também nas sociedades. “O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes”. (SIMMEL, 1983, p. 121).

Sua importância está calcada nesse argumento, visto que, as relações entre qualquer grupo possuem conflitos, o que é perceptível nas relações com apenas dois indivíduos, ou entre um único indivíduo e seu inverso subjetivo. “Admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações. [...] é uma forma de sociação”. (SIMMEL, 1983, p. 122).

O conflito representa a negação da unidade: se o conflito existe é porque não há consenso. Deve-se observar que em todas as relações reais, o conflito está presente. “A contradição, o conflito, ao contrário, não só precedem esta unidade como operam em cada momento de sua existência”. (SIMMEL, 1983, p. 124). Sobre os efeitos do conflito na organização social, Simmel (1983) alerta que nenhum indivíduo sai de um conflito da mesma maneira que entra, o conflito modifica, altera, enfraquece, fortalece, muda posições.

Além do mais, existem as condições para o conflito, as mudanças e adaptações interiores que geram, pelo que significam de sua utilidade para efetivá-lo. Nossa língua oferece uma fórmula extraordinária, reveladora da essência destas mudanças: o lutador deve “se concentrar” (*sic zusammennehmen*), isto é, todas as suas energias devem estar, por assim dizer, condensadas em um ponto, de modo que possam se usadas a qualquer momento, em qualquer direção. (SIMMEL, 1983, p. 150).

Vale ressaltar que os conflitos podem ser de natureza interna ou externa ao grupo e, os de natureza externa tendem a aproximar o grupo, tornando-o mais sólido e coeso. O efeito oposto tem os de natureza interna, porém, caso o grupo sobreviva ao conflito, sempre sairá dele fortalecido. Nesse sentido, necessariamente, o conflito não deve ser visto como algo negativo e, toda oposição dentro de um grupo, vem a soar como um estado de alerta, um perigo a permanência do grupo. Para Lucena Filho (2012, p. 14) “no conflito, nasce a possibilidade de inserir os personagens no mesmo plano de discussão e estar ciente que dele

não é possível fugir”.

O conflito que gera discórdia podendo também ser interpretado como a “guerra”, não é apenas um reflexo negativo, na análise de Simmel (1983). Simmel (1983) mostra a positividade do conflito, pois, é a partir dos períodos de guerra, de turbulência que se estabelece a paz. “[...] as sociedades têm interesse em que a paz e a guerra se alterem, conforme uma espécie de ritmo”. (SIMMEL, 1983, p. 55). Outros elementos vão influenciar, na paz ou na guerra, de determinado grupo social, visto que, em toda e quaisquer relações, assim como, os momentos de conflito são necessários, a confiança entre os pares também é necessária.

Não existe relação sem confiança, desde os primeiros tipos de agrupamento, como o casal, as relações de amizade, de parentesco, de trabalho. Todas elas exigem algum tipo de confiança, inclusive nas associações mais complexas. As relações de confiança dependem das relações estabelecidas entre os indivíduos. Por sua vez, pressupõem que não haja segredos entre as partes, ou o oposto, um segredo compartilhado apenas entre as partes, tornando-se um elo entre elas. Sobre essa questão, Maldonado (1999, p. 224) considera que “se a transparência recíproca completa fosse possível, as relações dos seres humanos uns com os outros se modificariam de maneira inimaginável”.

A permanência do segredo numa determinada relação, pode ser consciente e voluntária, é a condição de confiança entre as partes que vai determinar se um conhecimento ou a informação deve ou não ser revelada. O conhecimento é uma das formas de poder, mencionadas por Maquiavel. No conflito, o conhecimento sobre o objeto disputado é valioso, na guerra, pode tornar o grupo vencedor, ou o indivíduo, um líder.

Nesse sentido, o conhecimento ou a ausência dele pode orientar a relação de confiança entre as partes. É inevitável nesse momento não fazer uma analogia em relação à dinâmica que se estabelece na relação dos pescadores com os gestores da Colônia de Pescadores. Os gestores, pela posição que ocupam, possuem as informações ou os meios para acessá-las enquanto aos pescadores, cabe confiar que elas serão compartilhadas e não, guardadas na condição de segredo.

A descoberta dos segredos pelos pescadores, não os torna necessariamente gestores, o conhecimento, ou seja, a posse do segredo é essencial, mas, não o suficiente. No entanto, o reconhecimento da comunidade e dos demais pescadores de que o segredo é público para todo o grupo, que existe algo não dito, é acatado. Faz parte das regras de convivência, ou para usar

o termo Simmeliano do espírito da relação. Nesse quadro o lugar do silêncio é mais enaltecido que a fala. O silêncio comunica aquilo que não precisa ser dito. Anda de mãos dadas com o segredo, demonstra o pacto, o consenso do grupo, expressado na hora de falar e de calar:

[...] como a exclusão de outros se trata especialmente de coisas de grande valor, é fácil chegar psicologicamente à conclusão inversa de que aquilo que se nega a muitos deve ser particularmente valioso. Graças a isto, as mais variadas espécies de propriedade interior adquirem mediante a forma do segredo, um valor característico; o conteúdo do que é silenciado cede em importância ao simples fato de permanecer oculto aos demais. (SIMMEL, 2009, p. 237).

O segredo é valioso, independente do conteúdo e, o silêncio é a letra que pronuncia a existência desse segredo. Assim, o silêncio também se constitui como uma força de socialização e não deixa transparecer as reais intenções. No caso dos sujeitos investigados, os pescadores acreditam que há segredos entre os membros da diretoria da colônia e, todos silenciam para ocultar informações que deveria ser do conhecimento de todos, o que torna muito difícil a relação estabelecida entre os gestores e os pescadores. Na perspectiva desta pesquisa, entende-se que tal relação deveria apoiar-se na transparência das informações, pois, assim, a relação seria mais democrática e participativa.

2.3 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: investigando as práticas

Nos estudos sobre mediação da informação, muitas questões são colocadas, manifestando a dimensão teórica constituída (e que ainda se constitui) sobre a temática. O pensamento de Varela, Barbosa e Farias (2014) apresenta uma variação de significados do termo, em alguns campos de conhecimento, ou contextos históricos, como resultante da interdisciplinaridade entre as disciplinas, que possibilita outras interpretações para um termo:

Jurídico diplomático, quando a mediação é um procedimento para resolução de controvérsias; **no âmbito cultural**, que é a mediação baseada em objetivos, permitindo a construção de sentido, sedimentando a relação do sujeito com o mundo; **na abordagem sociológica comunicacional**; na comunicação mediatizada, quando a mediação é o elo entre o emissor e o receptor, por meio do qual se funda e assegura a continuidade institucional da comunicação, neste caso a mediação manifesta-se por meio de uma linguagem, de um sistema de representações comuns a toda a uma comunidade a toda uma cultura, gerando um sistema social coletivo de pensamento, de relações de vida que correspondem a uma forma de

identificação social equivalente a um pertencimento, na lógica da filiação e da subjetividade. (VARELA; BARBOSA; FARIAS, 2014, p. 138). **Grifo da pesquisadora.**

A interdisciplinaridade tem fortalecido o diálogo entre as disciplinas de diferentes áreas de conhecimento e isso tem ajudado na criação de novas orientações teóricas não apenas para a Ciência da Informação, mas, também, para outros campos de conhecimento. Essa é uma das maneiras pela qual a ciência e o conhecimento vêm se renovando.

No âmbito da CI a mediação tem sido estudada por diferentes abordagens. Na perspectiva da relação entre usuários e profissionais de informação, no processo de busca e acesso à informação, com as práticas ocorrendo por meio de ações de mediação em espaços sociais, como bibliotecas, centros de documentação e museus (KUHLTHAU, 1999); nos estudos sobre competência em informação (BELUZZO, SANTOS, ALMEIDA JUNIOR, 2014); nas discussões epistemológicas da CI, no protagonismo social do profissional da informação (GOMES, 2014); e em relação às Tecnologias da Informação e Comunicação, (VIDOTTI, LANZI, FERNEDA, 2014), dentre outras temáticas.

Com essas vertentes, a Ciência da Informação tem apontado direcionamentos importantes para se compreender as práticas de mediação da informação que ocorrem nos diferentes contextos sociais. Essa é uma das maneiras de aproximar a academia da sociedade e promover a interação social entre os pesquisadores e as pessoas inseridas nesses contextos no qual o fluxo de informação é contínuo.

Foi esse entendimento que levou a pesquisadora deste estudo investigar as práticas de mediação da informação utilizadas pela Colônia de Pescadores “Benjamin Constant Z5”, para o compartilhamento de informações que são produzidas por diferentes fontes de informação do setor pesqueiro no Brasil, para um público específico desse segmento, os pescadores artesanais. Mesmo que a literatura e a Ciência da Informação deem outras possibilidades de abordagem da mediação, esta tese limitou-se a compreendê-la na perspectiva social, na qual ela se relaciona aos estudos da comunicação e da cultura, por se entender que essa escolha, coaduna-se com o objeto pesquisado.

Para Guaraldo (2014, p. 218) “a mediação enfatiza o caráter social da informação, de que a mesma não existe fora da sociedade e da cultura, demonstrando as singularidades da questão informacional, das condições de produção e apropriação da informação”.

A mediação é uma prática social e, como tal, ela desenvolve-se através de ações no meio social, no qual se constituem os processos de interações humanas, responsáveis por

transmitir a outras gerações, o conhecimento e os valores culturais dos grupos sociais que formam a sociedade. De acordo com Giddens (1984, p. 67) as práticas sociais podem ser:

Procedimentos, métodos ou técnicas hábeis executados apropriadamente pelos agentes sociais, sendo dinâmicas no tempo e no espaço e consideradas herança de tradições, normas, regras e rotinas geradas e repetidas nas atividades diárias, que alcançam, assim, o caráter de algo legítimo.

Segundo Bourdieu (2009, p. 135), práticas sociais são “aptidões sociais, variáveis no tempo e no espaço, transferíveis, não estáticas, no interior e entre indivíduos da mesma classe e que fundamentam os distintos estilos de vida”. As práticas sociais possibilitam a comunicação da informação de diferentes maneiras e integram os sujeitos enquanto indivíduos, a um coletivo social e viabilizam a apreensão de sentidos e significados das coisas. (MORAIS, 2012).

As práticas estabelecem os vínculos na relação da cultura com a comunicação e a mediação e, remetem à criação das sociedades humanas, com a tomada de consciência pelo homem de que era dotado de capacidades, que lhes permitia pensar e agir. A dimensão do que significou esse momento foi manifestada de muitas formas pelas sociedades, sobretudo, pela ciência que deu abertura para o desenvolvimento e abrangência de culturas e a geração e disseminação de novos conhecimentos. Segundo Caune (2012, p. 8):

A relação entre cultura e comunicação não pode se sustentar em uma distinção formal e instável [...] trata-se de uma relação de inclusão recíproca que faz que um fenômeno de cultura funcione também com processo de comunicação; ou que um modo de comunicação seja igualmente uma manifestação da cultura.

São dois fenômenos com implicações de reciprocidade que projetam de maneiras diferentes universos simbólicos, como representação da experiência de vida em contextos sociais onde ocorrem as ações e as práticas de informação, que produzem efeito no estado de consciência dos sujeitos, levando-os a ter posicionamentos sociais mais demarcados na sociedade. Ao examinar os elementos constitutivos da cultura e da comunicação, Jean Caune (2012) considera que:

A cultura é apreendida como um conjunto muito complexo e diversificado de representações e objetos, organizados por relações e valores: tradições, normas, religiões, artes etc. A transmissão de conhecimentos de geração em geração, assim como a difusão dos valores e, também dos padrões de

comportamento se efetivam segundo os encadeamentos dos atos de comunicação. (CAUNE, 2012, p. 39).

A mediação se desenvolve por meio da comunicação e conforme Moraes (2012) os primeiros gestos no sentido de estabelecer comunicação, feito pelo homem, representa um processo de mediação da informação e da cultura. De acordo com Rodrigues (2000, p. 84) a mediação é “processo de interlocução ou de interação entre os membros de uma comunidade, pelo qual se estabelece, alimentam ou reestabelecem laços de sociabilidade, constituindo assim, o mundo da vida”.

Já Kuhlthau (1993, p. 128) define a mediação como a “intervenção humana para assistir a busca de informações e aprendizagem a partir do acesso à informação e uso”. Essa intervenção ocorre por meio de ações e práticas de informação que devem ser pensadas de acordo com as necessidades dos usuários que participaram dessas ações e vivenciaram essas práticas, a partir de sua situação e do contexto no qual eles estão inseridos. Segundo Guaraldo (2014, p. 217):

Nas práticas de informação se inserem os meios de informação e as ações relacionadas a eles, juntamente com os sujeitos envolvidos, a circulação social dos meios, o trabalho com esses meios e os textos. As práticas de informação são, portanto, sempre relacionais e segmentadas, pois referentes a determinados grupos sociais e contextos específicos, que mobilizam efeitos de sentido de acordo com o local, a ideologia e a cultura de seus participantes.

A mediação pode representar uma possibilidade de superação de estados cognitivos com a satisfação de necessidades informacionais. Kuhlthau (1993, p. 5) compreende que a necessidade de informação pode ser uma “lacuna entre o conhecimento do usuário sobre seu problema ou tópico e o que o usuário necessita saber para resolver o problema”. A necessidade de informação precede à ação do sujeito, de buscar a informação e, posteriormente, à ação de mediação.

Nesse sentido, é pertinente considerar os territórios que se configuram como espaços sociais, porque é neles que ocorrem as interações entre os sujeitos, quando a mediação pode fazer diferença no agir da coletividade, sobretudo, se esse coletivo é formado por populações menos favorecidas em comunidades periféricas, como a comunidade de pescadores objeto de estudo desta tese.

As comunidades são espaços com muitas dinâmicas sociais, carregados de sentidos e significados, no quais as pessoas interagem e criam suas redes de relações, de comunicações e

a mediação, podendo levar a outras possibilidades. Suaiden (1995, p. 9, 13) considera que uma comunidade “ocupa sempre uma área territorial, é, pois, uma área de vida dotada de certo grau de coesão social, [...] e todas as relações sociais de alguém podem ser encontradas dentro da comunidade”.

Portanto, nesses espaços, podem existir diferentes formas de mediação: mediação de conflitos, mediação cultural, mediação informacional, etc. O fato é que a vida em comunidade tem conflitos e os sujeitos muitas vezes se veem obrigados a fazer escolhas que fogem à sua vontade. Por outro lado, a comunidade representa também, possibilidades para compartilhar vivências, exercer a cidadania e transformar situações a partir de práticas sociais que promovam o acesso à informação e ao conhecimento. Segundo Bourdieu (2009, p. 135) as práticas sociais são “aptidões sociais, variáveis no tempo e no espaço, transferíveis, não estáticas, no interior e entre indivíduos da mesma classe e que fundamentam os distintos estilos de vida”.

Nesse sentido, as práticas de mediação da informação podem ser entendidas como “estruturas incorporadas do *habitus*” (BOURDIEU, 2011b, p.10), porque, podem ser ações voluntárias dos sujeitos, vindo a mudar o agir das pessoas, levando-as inclusive, a reagir a determinadas situações de adversidades, e também, pode promover o fortalecimento de laços e redes sociais em determinados contextos.

O entendimento é que as práticas de informação podem ser um caminho para melhorar as relações entre pessoas de um determinado grupo, bem como, a gestão de algumas organizações. Pensar essas práticas faz lembrar Bourdieu (2011a) que ao compreender que “as relações objetivas estruturam as práticas individuais”, foi conduzido à concepção do conhecimento que ele chamou de “conhecimento praxiológico”, no qual o ator social e contexto social não são percebidos desarticulados, isolados um do outro.

Bourdieu (2011a) considera que as ações não são estruturadas apenas pelo campo social, os atores são capazes de elaborar ação.

[...] Uma filosofia da ação chamada às vezes de *disposicional*, que se atualiza as potencialidades inscritas nos corpos dos agentes e na estrutura das situações nas quais eles atuam ou, mais precisamente, em sua relação. Essa filosofia, condensada em um pequeno número de conceitos fundamentais – *habitus*, *campo*, *capital* – e que tem como ponto central a relação de mão dupla, entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*) [...]. (BOURDIEU, 2011a, p. 10).

Para Bourdieu o conceito de *habitus*, é fundamental para o “funcionamento sistemático do corpo socializado”. (BOURDIEU, 2011a, p. 62). Bourdieu (2011a) considera que,

O *habitus* preenche uma função que, em uma outra filosofia confiamos à consciência transcendental: é um corpo socializado, um corpo estruturado um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo. (BOURDIEU, 2011a, p.144).

Medeiros (2016) alerta que as pessoas têm *habitus* diferentes umas das outras, porquanto, elas podem estar em campos diferente e, nesse sentido, é importante compreender a definição de campo. O campo social não é estático e, talvez em razão disso, é que as práticas estejam sempre se renovando, de acordo com as diversas situações e manifestações dos grupos sociais. O campo é, portanto, um espaço social estruturado onde o *habitus* é produzido e reproduzido e, os sujeitos exercem uma conduta social que, conforme Bourdieu (2011a, p. 63):

é de acordo com a posição que ocupa na estrutura do campo, isto é, na distribuição do capital simbólico, específico, institucionalizado ou não(reconhecimento interno ou notoriedade externa), e que, através das mediações das disposições constitutivas de seus *habitus* (relativamente autônomos em relação à posição), inclina-os seja a conservar seja a transformar a estrutura dessa distribuição, logo, a perpetuar as regras do jogo ou a subvertê-las.

A pluralidade que existe no campo social dispõe de leis próprias e regras que podem interferir na vida dos sujeitos, levando-os a modificar suas práticas e, dando outro sentido às suas ações. Os sujeitos no campo social vivenciam níveis diferenciados de relações e podem deter o capital intelectual e assumirem uma postura de dominadores, em relação aqueles que possuem uma mínima parte desse capital e, que seriam assim, os dominados. Nesse sentido, Bourdieu (2011b) considera que:

Compreender a gênese social de um campo e apreender aquilo que fez a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tonar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não como geralmente se julga, reduzir ou destruir (Bourdieu, 2011b, p. 69).

O campo oferece também aos sujeitos, estímulos para externar suas vontades mais

subjetivas, que podem ocorrer de várias maneiras, direta ou indiretamente, contudo, são sempre originados nos processos de socialização que vão se constituindo na sociedade, à medida que ela vai se desenvolvendo. A trajetória que cada um vai sedimentando na esfera social é orientada por um percurso, que nem sempre segue uma sequência linear e, isso tem desdobramentos nas escolhas e no comportamento no campo social.

A relação do sujeito com o campo é dialética e sem determinismo. Portanto, permite pensar as práticas de mediação como ações livres de imposições, mas, que sejam pensadas e planejadas para responder aos interesses e aspirações dos sujeitos, sobretudo, em determinados campos sociais, nos quais, há conflitos envolvendo grupos com ideias e posturas política e ideológica divergentes.

A articulação de práticas mediadoras que promovam o acesso à informação e ao conhecimento pode contribuir com a afirmação de valores individuais e as entidades representativas de classes trabalhadoras têm a responsabilidade, de criar mecanismos que favoreçam a participação desses sujeitos na sociedade. O pressuposto principal de uma associação como a Colônia de Pescadores é assistir seus associados em suas necessidades, sobremaneira, àquelas que dizem respeito à atividade profissional, repassando informações/orientações ao grupo, no sentido de manter a categoria unida em prol de um propósito comum a todos.

Dessa forma, as práticas de informação são vistas como iniciativas importantes no processo, até porque, pode estabelecer uma relação de colaboração e cooperação entre a associação e seus associados. Muitas ferramentas tecnológicas podem auxiliar no desenvolvimento das práticas, promovendo uma interação e a troca de informação que ajudem as pessoas a desenvolver habilidades e, ir além de informações e experiências, dando-lhes autonomia em suas ações na comunidade.

Gonzalez de Gomez (1999) ao analisar as ações de informação, entende que essas ações não podem ser pensadas considerando apenas, o entendimento de quem propõe as ações, é preciso considerar as relações entre os agentes das ações e os contextos onde elas são realizadas. Ao entendimento da autora, acrescenta-se que devem ser priorizadas as necessidades, atentando às limitações de cada sujeito, principalmente, daqueles que não possuem as habilidades cognitivas para acompanhar as mudanças que vem acontecendo na sociedade e mais, a proposição de uma prática de informação deve considerar tais questões.

Esse foi o mote que levou a pesquisadora analisar as práticas de mediação da

informação, norteadoras da relação informacional mantida pela Colônia de Pescadores com seus associados. Tem-se consciência que só a partir de tal análise, seria possível propor diretrizes para a estruturação de um novo regime de informação para a Colônia de Pescadores “Benjamin Constant Z5”. Assim, a análise foi feita com base nas informações fornecidas pelos sujeitos entrevistados e os resultados apresentados na sessão de “análise dos resultados”, que compõem a metodologia.

2.4 COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA PESCA

Nesse tópico, a intenção foi compreender como a comunicação tem evoluído no setor pesqueiro e contribuído, para que a informação chegue a todos aqueles que participam da atividade inerente. Para tanto, precisou-se ampliar o olhar, além dos domínios da Ciência da Informação, campo em que esta pesquisa se insere. Isso se fez necessário, porque nesse universo, temos muitas forças atuando (jurídicas, políticas, sociais, econômicas) que integradas com as tecnologias, aumenta a produção de informação para o público alvo e, promove mudanças imediatas, especificamente do ponto de vista social e informacional.

Para Diegues (1983), Claireau (1983), Brito (1999) e Colaço (2006) os estudos antropológicos indicam que a atividade pesqueira é uma das mais antigas, se não a mais antiga, já praticada no país, antecedendo até, a presença dos portugueses, que aqui chegaram ao início da colonização brasileira. O pescado, que a princípio era capturado apenas para saciar uma necessidade alimentar dos indígenas, rapidamente passou a ser comercializado ou trocado por outros produtos.

Com a instituição das pequenas vilas, que originaram as cidades, a produção deixou de ser apenas para o consumo e subsistência passando a ser comercial, em princípio em pequena escala, depois, com a inserção de técnicas e instrumentos mais avançados, como barcos equipados com redes de grande potencial de captura, aumentou-se a produção e o pescado ganhou *status* de produto/mercadoria comercial. (DIEGUES, 1999).

Como atividade profissional, a pesca⁴ no Brasil foi regulamentada por meio do

⁴ Na Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, em substituição ao Código de Pesca de 1967, a pesca artesanal é definida como modalidade de pesca comercial, realizada diretamente pelo pescador, autonomamente ou com auxílio do grupo familiar, em embarcações de pequeno porte. Assim, a pesca artesanal passou a ser definida somente em 2009, através da referenciada lei, nos seguintes termos: Art. 8º. Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como: I – comercial: a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador

Decreto-Lei n. 221/1967 (Código de Pesca) e pela Lei de Pesca n. 11.959/2009. Essa iniciativa promoveu o crescimento do setor, principalmente na perspectiva industrial, que se beneficiou com as medidas de incentivo à produção do pescado em escala industrial, criada através da política de incentivo do governo federal.

Com os investimentos, registrou-se um aumento na diversidade de técnicas para a captura do pescado, e a pesca da baleia em atividade até a década de 1970, especialmente na costa litorânea da Paraíba, o que fez o setor crescer vertiginosamente.

As primeiras indústrias, voltadas para esse segmento no país, surgiram ainda na década de 1920, concentradas na região sul, em razão da pesca em larga escala de sardinhas, que ocorre até os dias atuais no litoral do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A partir de 1960, o governo federal criou a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) (hoje extinta), com o propósito de cuidar de todos os assuntos relacionados a essa atividade.

Com a criação de uma indústria pesqueira implantada pelo governo federal voltada para o segmento empresarial e financiada com os recursos da SUDEPE, o setor teve uma atenção mais especial dos governos seguintes e viveu um momento de apogeu até a década de 1970.

A situação econômica que se instalou no Brasil nos anos de 1980 fez com que o setor pesqueiro vivenciasse uma grande crise, incidindo no fechamento de grande parte das indústrias pesqueiras, uma vez que não havia mais condições econômicas para o Estado continuar mantendo os subsídios de incentivos, que foram direcionados ao setor como uma iniciativa, a qual visava uma perspectiva de crescimento. (DIEGUES, 1999).

Após esse período de crise, a política governamental para o setor privilegiou a concessão de incentivos fiscais e a criação de órgãos públicos que regulamentaram a pesca e os recursos naturais no território brasileiro. A criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 1989 representou a fusão da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDEVEA) e da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). (DIAS NETO, 2015).

Em 2003 no primeiro mandato do então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, foi criada com status de ministério, a Secretaria Especial da Aquicultura e

profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em: 14 mar. 2015.

Pesca (SEAP) que veio a se transformar no ano de 2009 em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)⁵, durante o segundo mandato do citado presidente e, permanecendo assim, até o ano de 2015 no governo da Presidenta Dilma Roussef, como órgão público de maior grau, para disciplinar as questões relativas à atividade pesqueira. Essa iniciativa trouxe novos rumos para a pesca, pois coube ao MPA, gerir as competências do setor em relação a:

- a) Política nacional pesqueira e aquícola, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem;
- b) Fomento da produção pesqueira e aquícola;
- c) Implantação de infraestrutura de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização do pescado e de fomento à pesca e aquicultura;
- d) Organização e manutenção do Registro Geral da Pesca;
- e) Sanidade pesqueira e aquícola;
- f) Normatização das atividades de aquicultura e pesca;
- g) Fiscalização das atividades de aquicultura e pesca no âmbito de suas atribuições e competências;
- h) Concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e nas seguintes modalidades de pesca no território nacional, compreendendo as águas continentais e interiores e o mar territorial da Plataforma Continental, da Zona Econômica Exclusiva, áreas adjacentes e águas internacionais, excluídas as Unidades de Conservação federais e sem prejuízo das licenças ambientais previstas na legislação vigente:
 - 1) pesca comercial, compreendendo as categorias industrial e artesanal;
 - 2) pesca de espécimes ornamentais;
 - 3) pesca de subsistência;
 - 4) pesca amadora ou desportiva;
- i) Autorização do arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca e de sua operação, observados os limites de sustentabilidade estabelecidos em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente;
- j) Operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei no 9.445, de 14 de março de 1997;
- k) Pesquisa pesqueira e aquícola; e

⁵ O dispositivo legal que criou a SEAP, foi a medida provisória 103, que depois se transformou na lei nº 10.683. A transformação em ministério se deu pela lei nº 11.958.

1) Fornecimento ao Ministério do Meio Ambiente dos dados do Registro Geral da Pesca relativos às licenças, permissões e autorizações concedidas para pesca e aquicultura, para fins de registro automático dos beneficiários no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

No âmbito dos Estados, foram criadas as Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura (SFPAs) ligadas ao MAP, que trabalham em parceria com as Colônias de Pesca e com a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP) no sentido de atender aos pescadores em suas necessidades e garantir a eles os benefícios a que têm direito, através de programas criados pelo MPA, como parte da política de incentivo à pesca artesanal no país.

Com o rumo político que o país tomou resultando na entrada de um novo governo, em outubro de 2015, o MPA foi extinto e voltou à condição de secretaria, com a denominação de Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP) subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA). No entendimento da pesquisadora deste estudo, tal medida não foi positiva, posto ter limitado o acesso à informação, uma vez que com a extinção do ministério da pesca, foram extintas também algumas fontes de informação que atendiam às necessidades informacionais das pessoas.

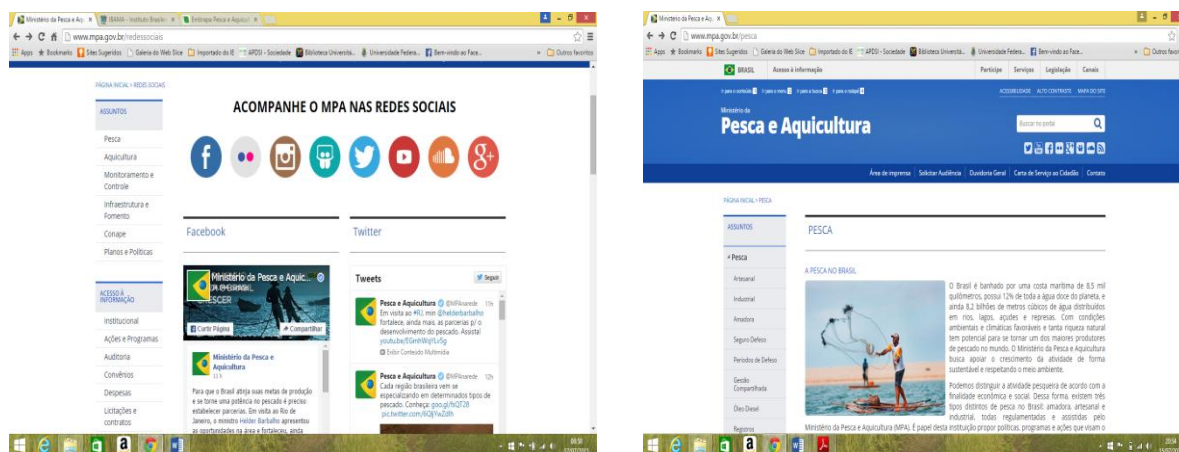


Figura 1 - Websites do MPA

Fonte: www.mpa.gov.br

Enquanto ministério da pesca, as informações eram disponibilizadas no site do próprio ministério, o qual estava em sintonia com o momento, ainda disponibilizando informações por meio de outros canais como as redes sociais, *Facebook*, *Twitter*, *Flickr*, *Instagram*, *Slideshare*, *YouTube*, *SoundCloud* e *Google+*, conforme mostra a **Figura 1**, atendendo ao que determina a Lei 12.527/2011 de acesso à informação. (MPA, 2015).

Numa breve incursão pelos *sites* expostos acima enquanto eles ainda estavam disponíveis, visualizou-se informações direcionadas a atender pescadores, empresas especializadas e ao público em geral, disponibilizadas em diversos formatos (imagens, textos, vídeos, fotografias, áudio, etc). O usuário tinha acesso a informações atualizadas, apresentadas de maneira clara e de fácil localização, além de poder acompanhar o andamento de processos e solicitações de licenciamento pelo próprio *site*.

No formato de secretaria que impera na atual conjuntura governamental, as questões relativas à aquicultura e a pesca foram condicionadas numa pasta hospedada no site do MAPA como mostra a **Figura 2**, de maneira resumida e sem muitas possibilidades para navegação e acesso à informação.

É um retrocesso em relação à comunicação da informação e um desrespeito a um público, que chega a quase dois milhões de pescadores (SEAP, 2004). Um contingente populacional de grande representatividade econômica e social, distribuído geograficamente entre o litoral e as bacias hidrográficas brasileiras, uma vez que, a comunicação pode ser um instrumento de ação social, à medida que contribui para a transformação de realidades.



Figura 2 - Site do MAPA

Fonte: <<http://www.agricultura.gov.br/>>

Na contramão dessa dinâmica, outras fontes de informação vêm se firmando como ferramentas importantes no processo interativo e de construção de conhecimento, em razão da quantidade de informação que é produzida, através das instituições de ensino superior como o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), entre outras, onde há cursos de nível técnico e de formação superior,

voltados para a formação de profissionais na área de pesca (Engenharia de Pesca, Técnico em Recursos Pesqueiros, Biologia Marinha, Gestão da Informação na Pesca, etc).

Não se pode desconsiderar que outras áreas de conhecimento, também se inclinam sobre essa temática e contribuem com pesquisas interdisciplinares que investigam aspectos específicos da pesca. Em razão disso, a presença de pesquisadores nas comunidades de pescadores não é um fato raro.

Um exemplo foi a presença da autora desta pesquisa na comunidade pesqueira, no mesmo momento em que outros três pesquisadores –, um do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), outro do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Pesca, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e, o terceiro um professor pesquisador com alunos bolsistas do Curso Integrado de Recursos Pesqueiros do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), os quais, também realizavam pesquisas na comunidade.

2.4.1 Fontes de informação para a pesca

Os pescadores como outros profissionais estão inseridos num contexto de mudanças aceleradas, principalmente em relação aos avanços tecnológicos, à produção de informação e ao modo como ela vem sendo compartilhada na sociedade globalizada. A informação está relacionada à construção de conhecimento e às práticas sociais que promovem mudanças no estado de cognição dos indivíduos. Barreto (1999, p. 168) compreende a informação como, “conjuntos significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo, ou na sociedade”.

Nesse sentido, vale a reflexão sobre as fontes de informação que disponibilizam conteúdos informacionais para essa categoria de trabalhadores, bem como, sobre a situação informacional em que se encontram alguns pescadores, embora, eles sejam detentores de informações e de um conhecimento tradicional sobre as práticas marítimas, bem como, estejam atentos às mudanças que têm acontecido no setor, o acesso à informação poderá trazer ainda mais condições para compreender momentos de mudanças.

Estar informado é uma prerrogativa para qualquer pessoa, no entanto, alguns profissionais, especialmente aqueles que a atividade profissional pode comprometer sua

condição de estar vivo, devem procurar manter uma rotina também, no sentido de buscar informação, sobretudo, informações relacionada à sua atividade.

No caso dos pescadores, existem algumas informações que eles deveriam ter diariamente, antes de ir para o mar, pois, são fundamentais para o bom desempenho da atividade. Por exemplo, as informações meteorológicas, que indicam as condições de navegação e o comportamento do clima são informações consideradas imprescindíveis “de ordem prática, que auxiliam na solução de problemas que normalmente aparecem no cotidiano das pessoas, desde os mais simples até os mais complexos [...]”. (CAMPELLO, 1998, p. 35).

Com as possibilidades promovidas pela internet, a disponibilidade de fontes de informação *online* é grande, o que exige de quem utiliza tais fontes, a adoção de critérios de avaliação e seleção na escolha de qual fonte utilizar. (TOMAEL, 2008).

As instituições de ensino têm contribuindo por meio de estudos e pesquisas para que o setor de pesca tenha maior visibilidade no contexto social, uma vez que, disponibiliza o acesso à informação e ao conhecimento por meio de muitas fontes de informação. O **Quadro 3** apresenta algumas fontes de informação que atendem ao setor pesqueiro e estão disponíveis na internet podendo ser acessadas, não apenas por pesquisadores e estudiosos da área, mas também, por qualquer pessoa em qualquer lugar.

Instituição Responsável	Fonte de informação	ISSN	Endereço eletrônico
Instituto de Pesca de São Paulo	Boletim do Instituto de Pesca Boletim Técnico	1678- 2305 1678-2291	www.pesca.sp.gov.br
Universidade Federal do Ceará	Arquivos de Ciências do Mar	0374-5686	www.labomar.ufc.br
Universidade Estadual do Maranhão	Revista Brasileira de Engenharia de Pesca	2175-3008	www.uema.br
Universidade Federal do Rio Grande	Cadernos de Ecologia Aquática	1980-0223	www.cadernos.ecologia.furg.br
Universidade Federal de Goiás	Pesquisa Agropecuária Tropical		www.ufg.br
Universidade de São Paulo-Instituto	Brazilian Journal of Oceanography	1982-436X	http://www.io.usp.br/

Oceanográfico			
Instituto Internacional de Ecologia	Brazilian Journal of Biology	1519-6984	http://www.scielo.br
Universidade Federal de Lavras	Ciência e Agrotecnologia	1413-7054	http://www.ufla.br/
Universidade Federal de Santa Maria	Ciência Rural	1678-4596	www.ufsm.br
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Horizontes Antropológicos	0104-7183	www.ufrgs.br
Universidade Federal de Campina Grande	Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e ambiental	1415-4366	www.ufcg.br
Sociedade Brasileira de Zootecnia	Revista Brasileira de Zootecnia	1516-3598	www.sbz.org.br
USP- Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"	Scientia Agricolá	0103-9016	www.esalq.usp.br
Universidade Federal de Uberlândia	Sociedade & Natureza	1982-4513	www.ufu.br
Universidade Federal do Paraná	Revista Brasileira de Zoologia	0101-8175	www.ufpb.br
Universidade de São Paulo	Revista de Antropologia	0034-7701	http://www.usp.br
Instituto de Pesquisas Ambientais em Bacias Hidrográficas	Revista Ambiente & Água	1980-993X	http://www.ipabhi.org/
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Nauplius	0104-6497	http://www.ufrb.br
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul	Iheringia. Série Zoologia	0073-4721	http://www.fzb.rs.gov.br/
Univer. Federal de Goiás	Ciência Animal Brasileira	1809-6891	http://www.ufg.br

Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL	Brazilian Journal of Food Technology	1981-6723	http://www.ital.sp.gov.br/
Instituto de Tecnologia do Paraná - Tecpar	Brazilian Archives of Biology and Technology	1516-8913	www.tecpar.br
Universidade Federal da Paraíba	REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA	1982-5528	http://www.prpg.ufpb.br/prodema
Universidade Federal da Paraíba	Gaia Scientia	1981-1268	http://periodicos.ufpb.br/

Quadro 3 - Fonte de informação sobre pesca

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Na esfera pública federal, além da SEAP, das universidades e institutos federais foi criada no ano de 2009, a unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) denominada “Embrapa Pesca e Aquicultura” (Vide **Figura 3**) com o objetivo de desenvolver pesquisas que possam gerar conhecimento e tecnologia para o setor da pesca e aquicultura em todas as regiões do país. (EMBRAPA, 2016).

Essa iniciativa trouxe mais oportunidade para o setor, sobretudo, porque as tecnologias de comunicação têm ampliado as possibilidades de alcance dessa produção de informação, que antes ficava restrita apenas aos pesquisadores locais.



Figura 3 - Site da Embrapa Pesca e Aquicultura

Fonte: www.embrapa.br/pesca-e-aquicultura

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como mostra a **Figura 4** e o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade INCIBIO (Vide **Figura 5**), também são fontes de informação confiáveis, que dentre outros setores, atendem ao setor pesqueiro.

Essas instituições produzem muitas pesquisas e disponibilizam em diferentes formatos e suportes, informação e conhecimento para as pessoas envolvidas com a pesca (pescadores, gestores, pesquisadores e público em geral), contribuindo com o aumento da produção de informação para a pesca, uma vez que as pesquisas englobam diversos aspectos deste segmento.

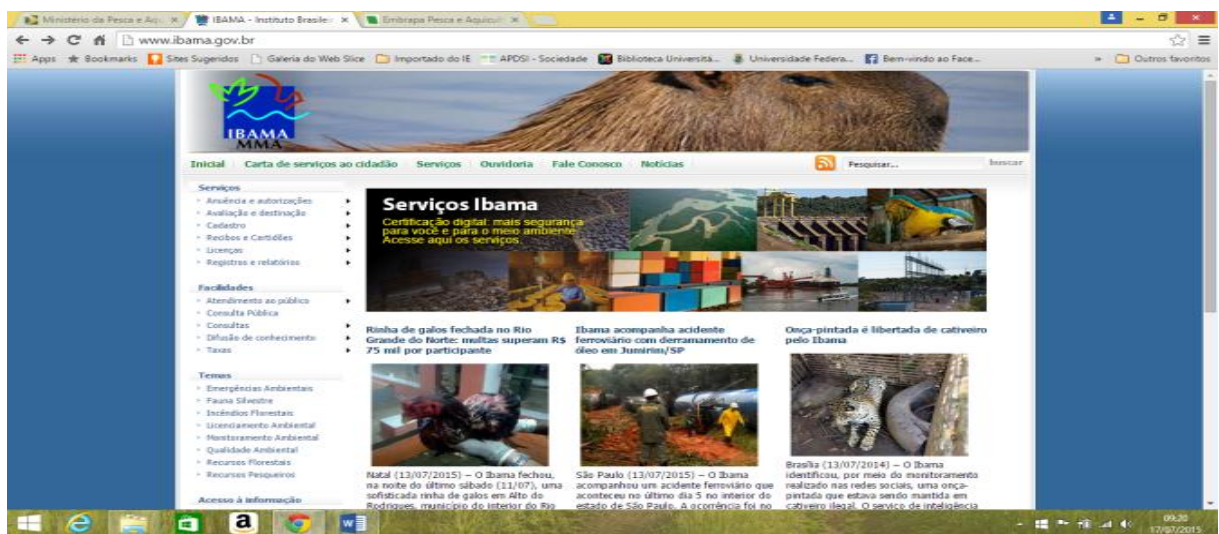


Figura 4 - Site do IBAMA

Fonte: <<http://www.ibama.gov.br/>>



Figura 5 - Site da CEPENE-INCIBIO

Fonte: <<http://www4.icmbio.gov.br/cepene/>>

Na mesma dinâmica dessas instituições governamentais, algumas colônias de pesca estão no espaço virtual (Vide **figura 06**), disponibilizando em seus *sites*, informações não apenas para seus associados, mas para todos aqueles que vivenciam o dia a dia no mar, e que necessitam de informação, ou aqueles que tenham interesse obter informações sobre o universo da pesca. É uma oportunidade a mais para que as pessoas possam conhecer um pouco mais sobre a atividade pesqueira e também um canal por onde se possa buscar parcerias e benefícios para a categoria.

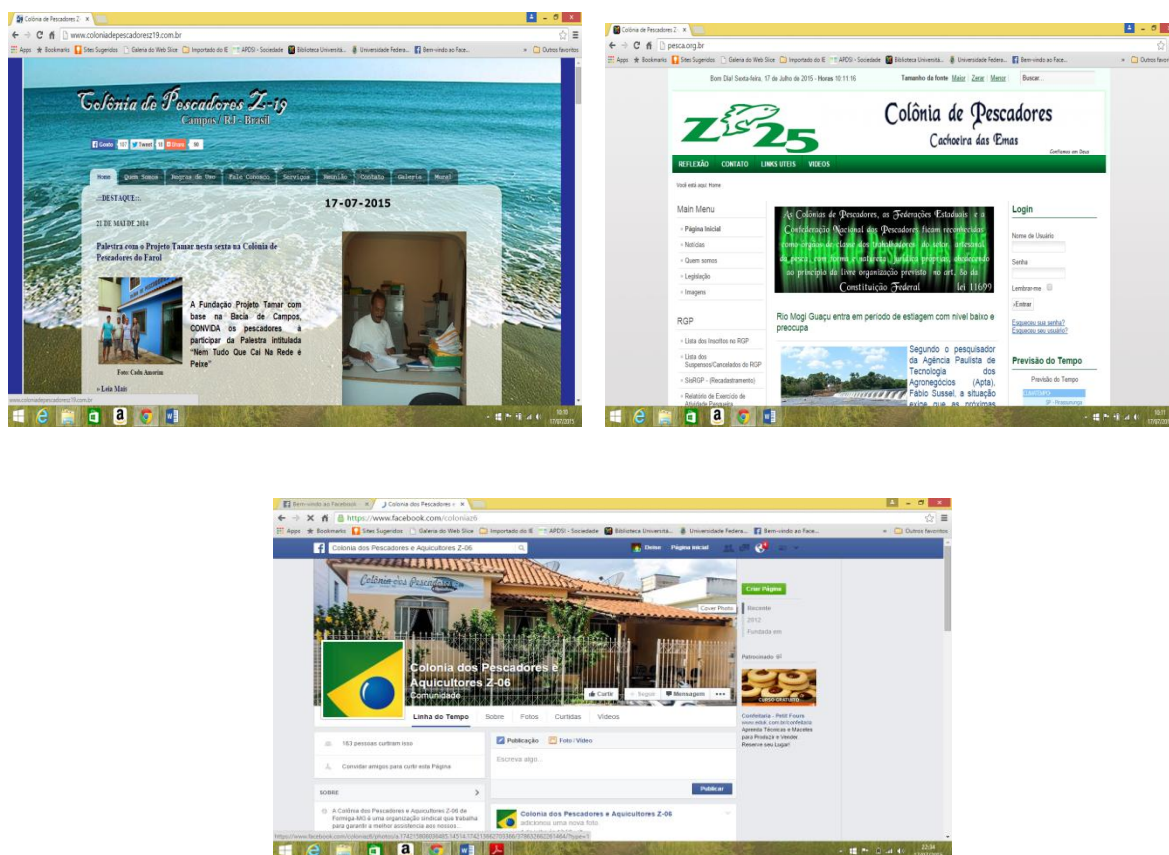


Figura 6 - Websites de Colônia de Pescadores

Fonte: www.facebook.com

É fato que, a internet trouxe mais visibilidade ao setor e as informações disponibilizadas através das fontes podem ajudar as pessoas a encontrar outras vertentes junto com o conhecimento tradicional que cada um traz consigo e resultar em melhorias e benefícios para a categoria dos pescadores artesanais.

A inserção no mundo digital não é a realidade de todas as colônias de pescadores, nem de todos os pescadores artesanais, contudo, não por isso, eles deixam de praticar diariamente

suas atividades. Os pescadores artesanais são profissionais que possuem habilidades para interpretar os eventos naturais, pois, trabalham com os fenômenos da natureza, e estes, se manifestam todos os dias de forma diferenciada.

Dessa forma, pela experiência adquirida com o trabalho e pelo conhecimento herdado, os pescadores artesanais podem ser reconhecidos como fontes de informação e a memória é o alicerce desta afirmação, pois, é nela que fica guardado, um acervo de informações valiosas, perpassado de lembranças e fatos marcantes. Recorrer à memória para relembrar situações e práticas vivenciadas no meio social é um hábito comum nas pessoas, que pode ou não fortalecer a identidade social tanto do sujeito, como no grupo social no qual ele está inserido. Nos grupos que formam um coletivo, como, por exemplo, o de pescadores artesanais, aqui pesquisados, há distinção entre os sujeitos e isso de certo modo, afeta a manutenção e afirmação de uma identidade. A fragmentação das identidades foi um risco assumido pela sociedade com a globalização. (GIDDENS, 1991; MELUCCI, 1999; KAPLAN, 1993).

As identidades dos sujeitos são construídas a partir da interação humana, quando compartilham interesses na perspectiva dos valores que acreditam e que motivam suas ações. O sujeito tem um comportamento dialético com a sociedade e, nessa dinâmica, há de se considerar a influência exercida de um, sobre o outro e, as constantes mudanças que ocorrem no meio social. (BERGER; LUCKMANN, 2012).

Aceitar os valores e comportamentos do outro, pode alterar a individualidade do sujeito, mas, também pode, na medida em que ele adéqua suas atitudes, buscando se alinhar a determinados grupos, reforçar a identidade do coletivo na sociedade. (SILVA, 2012).

Silva (2012, p. 47) argumenta que “a noção de identidade refere-se ao processo interativo “ação social-estrutura social” ou em outras palavras que a identidade remete-se a formações sociais”. Essas formações, por sua vez, constituem-se também de elementos/fragmentos armazenados na memória dos sujeitos e ou dos grupos sociais que são rememorados nas interações sociais constituídas.

A narrativa é o caminho que expõe o tesouro que a memória guarda e, que ajuda na (re) construção da identidade dos sujeitos e da própria memória a partir de um contexto social, tomado como referência para que o sujeito evoque suas lembranças. As lembranças para Bosi (1994, p. 55) significam “uma imagem construída pelos materiais que estão agora à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”.

De acordo com Catroga (2001, p.26) “é da essência da memória [...] a necessidade de

se continuar a narrar o acontecido através de discursos transgeracionais, a fim de, contra a amnésia, se manter viva a presença do que passou”. É nesse sentido, que se entende os pescadores como fonte de informação, no quais estão guardadas as reminiscências de um de saber, que foi construído através das práticas e vivências adquiridas na atividade da pesca, ao longo de uma vida. É, portanto, uma fonte de informação, que não deve ser desconsiderada na construção do conhecimento local.

Esses pescadores se assemelham aos “os homens-memória”⁶ na comunidade, eles são verdadeiros guardiões da memória da pesca no município em diferentes momentos e são detentores de um saber que pouco está registrado, apenas guardado em suas memórias e, recordado através de narrativas espontâneas com seus pares ou quaisquer outros, que tenham interesse em saber/conhecer um pouco mais desse universo da pesca. Os pescadores, principalmente os que estão fora da atividade pesqueira (aposentados), recorrem à memória com muita frequência, como registrado nos relatos de alguns dos entrevistados.

“Às vezes eu falo pra essa turma mais nova como a gente pescava antigamente, como era que a gente fazia a rede pra pescar. Se fosse hoje, eles morria tudinho de fome, porque num ia querer pescar não. A rede, a gente fazia com um fio de agave, ninguém conhecia nylon não. Dava um trabalho danado. Oxi, eu pesquei muito com rede assim. Lembro demais. (PA)”

“Quando eu to aqui e fico olhando lá fora, eu fico me lembrando do sofrimento que era no meu tempo. Eu sempre gostei de pescar sozinho e passei uns sufoco no mar, mas eu gostava” (PA)

“Antigamente, num tinha as condições que tem hoje, tudo era muito difícil. Só tinha a pesca mesmo e o cara tinha que trabalhar ou morria de fome. Hoje eu vejo a facilidade que tem pra conseguir as coisas e ainda tem pescador que reclama. É porque não viveu o tempo ruim”. (PG)

“Eu me lembro que meu pai e minha mãe saia de casa ainda escuro pra botar água e lenha pra casa, pra poder minha vó, ficar com a gente. Depois eles iam pra praia. Meu pai ia pescar e minha mãe ajudava. Quando eu e meu irmão chegava da escola, ajudava também. Eu num gosto nem de lembrar, porque era muito sofrimento e a gente mesmo sendo criança, tinha que trabalhar mesmo, o tanto que trabalhava”.

Nas referidas narrativas percebe-se que há uma memória e, ao mesmo tempo em que é

⁶ A expressão homens-memória foi criada por Pierre Nora e se refere aos homens que eram capazes de registrar os fatos ocorridos e depois lembrá-los à comunidade.

individual, é também, coletiva, e o momento de lembrar se torna também, um momento de reconstruir essa memória a partir dela mesma. Segundo Gondar (2005, p. 17) a memória “não nos conduz a reconstituir o passado, mas, sim a reconstruí-lo com base nas questões que nós fazemos, e que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados”. Para esses pescadores, a praia e as caiçaras⁷ serão (Vide **Figura 7**) sempre um “lugar de memória”, onde junto com outros, podem relembrar suas histórias e transmitir conhecimentos a outros pescadores. (NORA, 1984).



Figura 7 - Caiçaras: um lugar de memória

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Essa prática também possibilita que o conhecimento que cada sujeito mantenha em sua memória individual, aliada às novas informações e, possa se constituir em um conhecimento novo. Nesse sentido, o momento que todos estão reunidos, o conhecimento que se constitui nessa hora, passa a ser do coletivo, ou seja, irá pertencer a memória coletiva, que conforme Pierre Nora (1993, p.112), “é o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”.

As experiências compartilhadas com o grupo reforçam o entendimento do lugar, como um lugar de memória coletiva e social que vai sendo fortalecida por meio desses encontros e da memória individual, que cada sujeito carrega consigo, na comunidade ou no grupo de pescadores. A rememoração vai ter sempre uma interpretação diferente, porque cada um vai lembrar um jeito diferente do outro, e assim, a lembrança pode não manter-se fiel aos fatos. A

⁷ As caiçaras são pequenas cabanas feitas à beira mar pelos pescadores, de troncos e palhas de coqueiros, para guardar seus instrumentos de trabalhos, tipo: redes, âncoras, remos, linhas de pesca, velas e pequenas embarcações como jangadas, baiteiras e canoas.

experiência da pesquisadora nesse âmbito e conversando com os sujeitos participantes da pesquisa confirmou esse entendimento.

Nos relatos da história de vida registrados cada um quando evocava a memória, sobre o mesmo fato, ocorrido no passado, trazia um elemento diferencial a ser acrescido à memória que se reconstrói a partir do tempo presente e de diferentes interpretações. A preservação dessa memória configura-se em algo importante para a história da pesca no município de Lucena, sobretudo, porque, um campo social com características sociais múltiplas, como uma comunidade de pescadores, não pode ser esquecido. Trata-se de um campo fértil de representações, de uma identidade cultural e social que reforça o sentimento de pertença à comunidade. (ASSMANN, 2011).

2.5 REGIME E POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NA COLÔNIA DE PESCADORES

As possibilidades de produção de informação criadas pelas tecnologias fez com que houvesse um considerável aumento de informações disponibilizadas e isso, modificou de maneira relevante o agir das pessoas na sociedade, especificamente, em relação aos processos de produção e reprodução social, no modo como elas se relacionam umas com as outras, e de tomada de decisão. Com um maior volume em circulação, logo, a informação ganha valor capital e passa a orientar os sistemas (econômico, político, cultural e social) na sociedade, o que naturalmente, resulta em diferentes possibilidades para gerir e organizar esse bem, antes de disponibilizá-lo à sociedade, reforçando ainda mais a consciência de que é necessária a criação de políticas que democratizem o acesso a essas informações e garanta as relações informacionais constituídas nos regimes de informação.

Nesse sentido, tanto as pequenas iniciativas locais como ações de políticas públicas mais abrangentes podem resultar em possibilidades de participação para os sujeitos. González de Gómez (1999, p. 70) acredita que “é essa participação que permite não só o controle e gestão do próprio conhecimento, do conhecimento dos outros sujeitos significativos [...], mas, também o monitoramento e gestão social das atividades que geram e utilizam esse conhecimento”. Nesse sentido, as políticas de informação vão criar metas e princípios norteadores para as práticas de informação, as quais irão mediar o contato dos sujeitos com a informação. Promover e incentivar ações que estimulem o acesso e uso de informação é uma necessidade essencial dessa sociedade, especialmente porque o desenvolvimento científico e

tecnológico tem acelerado a produção de informação em todos os setores.

No caso do setor pesqueiro as pesquisas têm trazido inovações para a atividade da pesca em todas as modalidades e, as informações que estão sendo geradas a partir dessas ações têm subsidiado as resoluções que estão alterando a prática pesqueira, tanto em relação à pesca indústria e de larga escala, como também, em relação à pesca artesanal que é praticada por pescadores que utilizam tecnologias mais tradicionais. Pelo quadro social que impera, percebe-se essa situação como um grande desafio, tanto para quem tem a responsabilidade de disseminar informações para outros, como no caso dos gestores da colônia de pescadores que foi alvo desta pesquisa.

Olhando para o campo investigado e considerando a definição de González de Gómez (1999, p. 69) que considera política de informação como “um conjunto de práticas/ações encaminhadas à manutenção, reprodução ou mudança e reformulação de um regime de informação, no espaço social, nacional ou global de sua manifestação”, identificou-se nas informações coletadas com os gestores, que na Colônia de Pescadores não há uma política de informação estruturada que oriente as práticas de informação, porém, há o reconhecimento de que faz parte das atribuições da associação, atender seus associados também, em relação às necessidades de informação, manifestadas por eles. Essa postura em reconhecer suas responsabilidades, pode ser o ponto de partida, para se definir as prioridades e responsabilidades da colônia em relação ao compartilhamento de informação e, assim, formular uma política de informação.

Quando a política de informação existe, há abertura para que ações se efetivem, com a possibilidade de trazer mudanças na realidade informacional dos sujeitos, ainda mais, quando o momento tem se mostrado favorável para o setor pesqueiro. Lourenço e Freire (2008, p. 4-5), consideram que uma política de informação “é indispensável para o desenvolvimento de condições necessárias à oferta de serviços necessários para as comunidades no âmbito informacional”. Para esses autores, uma política de informação deve atuar de forma participativa, sendo um instrumento regulador entre a sociedade e os avanços científicos e tecnológicos, porque a “produção de informação é constante, não cessa, ao contrário quando nos damos conta estamos diante de uma nova informação e novas surgem a cada instante”.

A formulação de uma política de informação deve considerar as necessidades e perspectivas dos sujeitos para quem ela está sendo criada, e não desconsiderar as especificidades e as condições estruturais em cada contexto, nos quais as instituições são

constituídas. González de Gómez (1999) entende a constituição de uma política de informação como algo que está diretamente relacionada ao sujeito, por sua vontade. Ou seja, a política de informação deve ser pensada no sentido de criar mecanismos funcionais que possam dar oportunidades aos sujeitos de acessar informações e construir conhecimento.

Fornecer informações atualizadas a seus associados e criar tecnologias intelectuais para facilitar o acesso desses sujeitos à informação é uma questão de responsabilidade social, que se vê como prioritária, não podendo ser relegada a segundo plano pela colônia de pescadores ou por nenhuma outra instituição, que tenha como fim de constituição, representar e defender interesses de uma categoria de profissionais. É também, uma questão de cidadania, sobretudo, porque estimula a participação nos processos democráticos. Para Araújo (1992, p. 47) “o direito à informação antecede a prática dos direitos humanos e se constitui no direito-síntese dos direitos sociais”. Nesse sentido, o acesso à informação poderia ajudar o pescador no exercício de seus direitos com autonomia, sem que seja necessária a intermediação de outras pessoas, correndo o risco das informações serem distorcidas ou modificadas por virem de fontes sem critérios de confiabilidade.

Para além dessa questão, uma política de informação pode promover a integração de parcerias com instituições que possam vir a contribuir com questões, que são de interesse da associação e de seus associados. O papel da política de informação na colônia de pescadores é em grande medida, fornecer as diretrizes para que os gestores possam construir sua rede de informação, com fontes confiáveis e informações seguras. Dessa forma, eles poderiam prestar uma assistência ao pescador com confiança e de maneira apropriada, isto é: fontes de informação com representatividade e relevância no segmento da pesca e certamente daria outra reconfiguração ao regime de informação existente.

González de Gómez (2012, p. 31) considera que “cada nova configuração de um regime de informação resulta de e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sociocultural e política”. Trazendo essa reflexão à luz da sociedade da informação e de todos os seus dilemas e desafios, a referida autora apresenta uma definição de regime de informação que se baseia na concepção de Foucault, sobre dispositivo⁸. Dreyfus e Rabinow (1995) entendem que o “dispositivo relaciona-se com as práticas elas mesmas, atuando como

⁸ Para Foucault dispositivo é um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2000, p. 244).

um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando”. Na concepção de González de Gómez (2012) o regime de informação compreende,

Um modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

O conceito de regime de informação apresentado por González de Gómez (2012) foca nos aspectos políticos e, nesse sentido, orienta as práticas de informação no meio social, uma vez que promovem a aprendizagem propiciada pelo compartilhamento de informações. Estas práticas são oportunidades para os sujeitos ampliarem seus conhecimentos, podendo estes, vir a se transformar em inovações e num novo conhecimento para um coletivo.

Em cada territorialidade, o regime de informação se constitui de modo diferenciado em razão das concepções socioculturais que os sujeitos trazem consigo e que não podem ser desconsiderados quando se pensa no regime de informação. González de Gómez (2012) considera como componentes do regime de informação, os dispositivos de informação, os atores sociais e os artefatos de informação e as ações de informação, definindo-os da seguinte forma:

- Os **dispositivos de informação** – “um conjunto de produtos e serviços de informação e das ações de transferência de informação”. (GONZALEZ DE GOMEZ, 1996, p. 63);
- Os **atores sociais** – “aqueles que podem ser reconhecidos por suas formas de vidas e constroem suas identidades através de ações formativas existindo algum grau de institucionalização e estruturação das ações de informação”. (COLLINS; KUSH, 1999 apud GONZALEZ DE GOMEZ, 2003, p. 35);
- Os **artefatos de informação** – os modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados, mensagens, informação; poderiam ser, nos dias de hoje, as bibliotecas digitais e os portais da web. (GONZALEZ DE GOMEZ, 2002, 2003); e,
- **As ações de informação** - que consiste em uma ação de informação de mediação (quando fica atrelada aos fins e orientação de outra ação); uma ação de informação formativa (aquela que é orientada à informação não como meio, mas como sua finalização); e uma ação de informação relacional (quando tem por finalidade intervir numa outra ação de informação, de modo que - ainda quando de autonomia relativa - dela obtém a direção e fins). uma ação de informação de mediação; uma ação de informação formativa; e uma ação de informação relacional. (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003. p. 36).

As concepções González de Gómez se constituíram em guia neste estudo à

compreensão do regime de informação da Colônia de Pescadores “Benjamin Constant Z-5”, que é determinado pela ação administrativa do grupo que assume a gestão da Colônia de Pescadores. Cada corpo de gestores tem um modo diferenciado de agir e isso reflete nas relações que estabelece com a comunidade, com os órgãos públicos e com as demais instituições diretamente envolvidas com a pesca, principalmente no Estado da Paraíba.

Nesse caso, ocorre exatamente o que Farias (2014, p. 233) ressalta, “o regime de informação adquire diferentes configurações dependendo das informações que nele circulam, são produzidas e disseminadas pelos/para seus agentes e usuários”. O regime de informação sofre mudanças constantes em sua estrutura e essas mudanças por sua vez, alteram os componentes de informação, identificados por Gonzalez de Gomez (1999, 2002), como integrantes do regime de informação.

Sob o ponto de vista desses componentes, o regime tanto pode ser amplo como mais restrito. No caso específico da colônia investigada, o que se percebeu levou a pesquisadora a considerar o regime de informação como restrito e limitado, uma vez que não oferecendo aos atores sociais, maiores possibilidades informacionais, como relataram os gestores nas falas que apresentadas como se seguem:

“É na reunião que a gente dá todas as informações, se a pessoa num vem pra reunião, eu não vou ficar indo atrás de ninguém. Se num vem, deixa de ficar sabendo. As vezes eu também contrato o carro de som, mas isso eu num faço sempre não, é na reunião mesmo que a gente informa o que tem pra informar ”. (PG1).

“Olhe, tudo que tiver pra ser dito, é falado quando a gente faz reunião. Eu sei que tem pouco reunião, num tem mês a mês, como devia, mas a gente num esconde nada de ninguém”. (PG2).

“Eu sei que nós num tamos indo pelo que diz o estatuto, porque era pra fazer reunião todo mês, mas isso num tá acontecendo e eu já até falei que isso que tá errado. Mas é na reunião tudo é falado”. (PG3).

O delineamento de tais falas mostra que a atuação da gestão atual tem deixado a desejar, no que diz respeito ao cumprimento do que determina as normas estatutárias da Colônia de Pescadores e, possivelmente, pode estar comprometendo o regime de informação. Acredita-se que isso não ocorra por falta de informação/orientação para ser compartilhada, porque o setor pesqueiro (tanto no que se refere à pesca marítima, quanto à aquicultura) tem apresentado inovação e modernização e, isso implica em mudanças e adequações periódicas, sobretudo, do ponto de vista da legislação, sem contar que, como falado anteriormente, muitas

instituições de pesquisas têm disponibilizado em fontes específicas para esse segmento, resultados de estudos que orientam os pescadores, em relação aos diversos aspectos da atividade pesqueira.

Para uma melhor compreensão do que se trata, apresenta-se na **Figura 8** uma representação gráfica de como é percebida a estrutura, nessa gestão atual, do regime de informação da Colônia de Pescadores Benjamin Constant Z5.

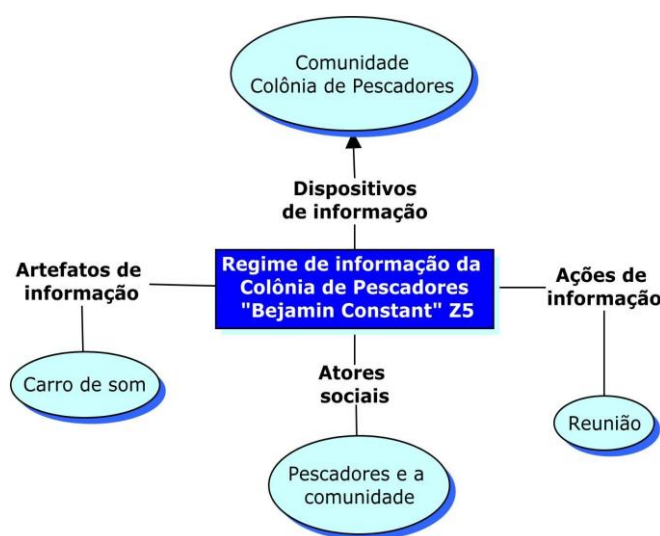


Figura 8 - Regime de informação da Colônia de Pescadores Benjamin Constant Z5

Fonte: Colônia de Pescadores Benjamin Constant Z-5

No modo que a sociedade tem avançado – com hegemonia tecnológica e informacional –, ter informação é um pressuposto que antecede às possibilidades de desenvolvimento e ascensão do sujeito dentro de seu grupo social e de sua comunidade. Nessa sociedade tudo se converte em informação, portanto, esta não pode ser negligenciada a quem dela precisa, contudo, a disponibilidade em grandes proporções como tem acontecido, não garante o acesso por e para todos, se a oferta de informação aos pescadores é grande, a demanda existe e pode ser ainda maior.

O caminho que os gestores da Colônia de Pescadores Benjamin Constant Z5 precisam encontrar, para sanar essa demanda, deve priorizar a ampliação do regime de informação. Para tanto, a política de informação deve ser abrangente no sentido de permitir a interação entre as partes (Colônia e seus associados) e as instituições em seu entorno que de um modo ou de outros, produzem e compartilham informações, além de orientar e financiar a atividade

pesqueira. Segundo Delaia e Freire (2010, p. 113) “a abrangência de uma política em qualquer nível da sociedade demonstra sua amplitude e interferência no modo pelo qual as pessoas convivem e interagem com seus pares”. Essa abertura poderá resultar em resultados importantes para os pescadores artesanais, que parece ser, os que mais precisam ter acesso a bens e serviços nesse segmento.

3 ETNOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE LUCENA - PB: ORIGEM HISTÓRICA

Lucena teve seu processo de ocupação (Vide **Figura 9**) dentro dos moldes, estabelecidos pela coroa imperial portuguesa, que distribuiu por doação feita às pessoas previamente selecionadas, as terras que pertenciam às chamadas capitanias hereditárias (SILVA, 2012).



Figura 9: Vista aérea do Município de Lucena-Pb
Fonte: PGI – Plano de Gestão Integrada- Lucena-Pb

Os registros históricos mostram que padres beneditinos, foram beneficiados com a doação de terras às margens do rio Miriri, ainda no ano de 1596, quando essas terras que hoje pertencem ao município de Lucena eram rota de passagem para os portugueses que tinham como destino a Baía da Traição. (IBGE, 2016).

Na ocupação das terras predominou, como em todo litoral paraibano, as plantações de cana de açúcar – como parte de uma estrutura voltada para atender o mercado europeu e a cultura agrária de subsistência, voltada a atender as necessidades básicas dos portugueses, índios e escravos que habitavam a região.

Nas terras de Lucena, além das plantações de cana de açúcar, havia também, os sítios com grandes plantações de coqueiros, onde vivia boa parte da população que efetivou o povoamento naquela localidade. (MADRUGA, 1986).

Segundo Madrugá (1986) os pescadores já viviam nessas terras mais próximas à costa, desempenhando a atividade da pesca associada ao cultivo da cana de açúcar, que abastecia também, os engenhos que foram surgindo na região.

No início do século XX, os engenhos foram substituídos pelas usinas que começaram

a investir na produção de álcool, para atender às demandas do governo federal, através do projeto Programa Nacional do Álcool (Pró-álcool), que tinha como objetivo, suprir as necessidades do mercado brasileiro, quando afetado pela crise do petróleo. (SILVA, 2012).

Esse projeto nacional teve reflexões no processo de ocupação de Lucena, que passou a ser reconhecido como vila do município de Santa Rita e, posteriormente, em 1938, por meio do decreto lei estadual nº 1.010 passou a ser reconhecido como distrito.

Ainda de acordo com os registros, o nome da cidade faz referência a um antigo morador, que tinha a função de fazer a travessia das pessoas, de uma margem à outra do rio Paraíba. Por ser uma rota de passagem, Lucena viveu um momento de progresso considerável, com um comércio promissor. (IBGE, 2016).

Por anos, Lucena permaneceu como distrito do município de Santa Rita e, somente em dezembro de 1961 é que foi emancipado e teve reconhecimento oficial como cidade.

Apesar da forte presença do cultivo agrícola, a pesca também teve seu momento de auge no município e sempre foi uma atividade produtiva. O desenvolvimento da pesca no município tem como marco referencial, a pesca da baleia que representou para a coroa imperial uma importante oportunidade econômica, tendo sido oficializada, no ano de 1911. (DIEGUES, 2011)

De 1911 a 1939, denominada pelo referido autor de *período inicial*, a pesca foi administrada por cônsules da Holanda e Noruega seus fundadores, que venderam em 1929, suas terras, barcos e equipamento a um grupo pernambucano chamado Mendes Lima & Cia. Este, não sendo bem sucedido, também se desfez da empresa em 1939. O segundo período denominado *período de Samuel Galvão*, vai de 1940 a 1957 e leva o nome de seu proprietário que adquiriu o material do grupo pernambucano e investiu em novos equipamentos. Tendo declínio financeiro a partir da década de 1950, Samuel Galvão vende seu controle da empresa em 1957. (SILVA, 2012, p. 40).

Um grupo de japoneses assumiu o controle dessa atividade e implantou em Lucena, a Companhia de Pesca Norte do Brasil (COPESBRA) que empregou os pescadores do município, em diversas atividades (cortadores, extratores de óleo, operadores de máquinas e estivadores), pois, da baleia nada se perdia.

De acordo com Levai e Souza (2009) foram gerados em média 600 (seiscentos) postos de trabalho, tanto no mar, quanto em terra. Era uma atividade ininterrupta, principalmente durante a temporada de caça, como relatou alguns dos entrevistados:

“Era muita baleia que eles matavam naquele tempo. Tinha emprego pra todo mundo e toda casa aqui, tinha uma pessoa que trabalhava na

companhia, era difícil num ter, e às vezes, tinha casa que tinha até três pessoas. Era muito bom! a gente tinha aquele ganho certo”. (Pescador Aposentado1).

“Eu trabalhei com os japoneses. Quando o navio apontava lá fora, a gente em terra já tava preparado esperando. As vezes, vinha mais de 10 (dez) baleia. Tinha o japonês que trabalhava no barco e tinha os que ficava lá com a gente dando ordem, eles eram bem durão, e ninguém ficava parado um minuto, todo mundo trabalhava pesado, mas a gente tinha um salário certo. Isso que era bom.” (Pescador aposentado 2).

A pesca artesanal, praticamente foi extinta durante o tempo que a COPESBRA atuou em Lucena, ninguém trocava a oportunidade de ter “um ganho certo”, por um duvidoso. Diz-se duvidoso, porque o mar não dá a certeza de um dia de trabalho rentável.

A pesca é uma atividade totalmente dependente dos fenômenos da natureza. Ela é quem determina o valor de cada dia de trabalho do pescador, e como eles costumam dizer, “ninguém num colocou nada lá, então o que tirar é lucro”.

No ano de 1985, o governo brasileiro atendendo a um apelo da sociedade e das organizações de proteção ambiental em todo o mundo, determina a proibição da caça às baleias em território brasileiro, por meio da Lei nº 7.643/85 - Lei dos Cetáceos, que determina:

Fica proibida a pesca, ou qualquer forma de molestamento intencional, de toda espécie de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras. Pena de dois anos de reclusão, e multa, com perda da embarcação em favor da União, em caso de reincidência.

Como consequência dessa lei, a COPESBRA, encerrou um ciclo de 29 (vinte e nove) anos de atividades em Costinha e a Paraíba perdeu, entre empregos diretos e indiretos, cerca de 2.300 (dois mil e trezentos) postos de trabalho.

Para o município de Lucena, isso representou perdas econômicas consideráveis, porque além dos empregos que gerou, houve também durante o período da pesca da baleia, um incremento no turismo local.

Sendo fortemente afetada, a população de Lucena não teve muitas alternativas de trabalho para manter a sobrevivência de suas famílias. Assim, muitos homens e mulheres, viram na pesca artesanal, a saída para continuar trabalhando. A pesca artesanal foi intensificada com foco direto na pesca do camarão marinho e passou a representar uma parcela importante na economia e no desenvolvimento do município.

Hoje, Lucena integra o conjunto de municípios pesqueiros da Paraíba e figura entre os

quatro maiores produtores de pescado do estado. (CEPENE, 2012). Essa posição de destaque ratifica a importância econômica e social da pesca para o município e, especialmente, para os pescadores responsáveis por essa colocação que a cidade ocupa. Lucena está localizada (Vide **Figura 10**) na região litoral norte do Estado da Paraíba a 40 km de distância da capital, João Pessoa.



Figura 10 - Mapa com a localização geográfica do Município de Lucena-Pb

Fonte: SOARES et al,

Por terra ou por mar, os caminhos que levam ao município de Lucena proporcionam uma visão diferenciada da paisagem. Não há exagero, em dizer que Lucena foi agraciada com uma beleza natural que compreende belas praias no litoral, até a área mais rural, com rios, manguezais e florestas.

A população de Lucena é estimada em 12.029 (doze mil e vinte e nove) habitantes, distribuídos numa área territorial de 89 km². Seus limites territoriais são: ao norte com o município de Rio Tinto, ao sul com Cabedelo, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o município de Santa Rita. IBGE (2012). Para se chegar ao município de Lucena, o acesso pode ser terrestre, seguindo inicialmente, pela rodovia federal BR-101 que dá acesso à entrada do município através da rodovia estadual PB- 025. Por essa via, o percurso é feito entre terras com imensas plantações de cana de açúcar e coqueiros, que formam uma paisagem agradável aos olhos de quem por ali passa.

As pessoas que querem ir ao município de Lucena por terra e não dispõe de veículo

próprio, têm a opção de embarcar em um transporte coletivo intermunicipal (Vide **Figura 11**), que parte da rodoviária de João Pessoa com destino ao município de Lucena, com parada do terminal rodoviário de Santa Rita, em horários com intervalos de 3 (três) horas de uma viagem à outra ao preço de R\$ 8,00 (oito reais) por viagem.

A outra opção para se chegar ao município de Lucena compreende um trecho por terra e outro por mar, iniciando pela rodovia federal BR-230, também conhecida como “Transamazônica”. Nesse caminho, a trajetória tem sentido inicial de João Pessoa para a cidade de Cabedelo, quando o percurso exige uma travessia marítima que pode ser feita de duas maneiras: a primeira, tanto atende as pessoas que estejam sem veículos, como aqueles que estão em veículos particulares, é ofertado um serviço de transporte fluvial *ferryboat* (Vide **Figura 12**), ao preço de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos), por pessoa para a travessia, ou ainda, o passageiro tem a opção de comprar a passagem integrada ao ônibus que aguarda em costinha, ao preço de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos). São balsas com capacidade para transportar até 40 (quarenta) veículos, entre carros de passeios, caminhões, veículos de tração animal, além de pedestres.



Figura 11 - Balsa que faz a travessia de veículos e pedestres para Lucena-Pb

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Essa travessia ocorre diariamente (inclusive aos finais de semana e feriados, quando a procura é mais acentuada), em intervalos de uma em uma hora, com saída da primeira balsa de Cabedelo com destino a praia de Costinha, no município de Lucena, sempre às 05h00min da manhã, encerrando-se às 20:30 (vinte horas e trinta minutos), quando a última balsa do dia retorna à cidade de Cabedelo.

O tempo médio da travessia fica entre 20 (vinte) e 30 (trinta) minutos, variando de acordo com as condições de navegação oferecidas pela maré e, pelo peso transportado pela balsa. Quanto mais pesada ela estiver, mais lenta será a sua navegação, retardando o desembarque na praia de Costinha.

A segunda maneira para se fazer essa travessia, é usando o “barcônibus” (Vide **Figura 12**) que é um barco que utiliza a carroceria de um ônibus, com capacidade de transporte que vai de acordo com o tamanho da embarcação, mas, tem em média o limite máximo de 80 (oitenta) passageiros por viagem, com mais 2 (dois) tripulantes.



Figura 12 - “Barcônibus” fazendo a travessia de Costinha a Cabedelo-Pb

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Essa opção de transporte é muito usada e em razão da rapidez com que faz o percurso (chegando à outra margem sempre antes do *ferryboat*) está na preferência daqueles que dependem do transporte coletivo em Costinha.

A linha de transporte que essa embarcação faz, atende a uma população maior e o seu percurso não se restringe apenas de Cabedelo a Costinha, compreende também o povoado de Forte Velho (distrito do município de Santa Rita), localizado às margens do rio Paraíba, próximo, tanto a Costinha, quanto a Cabedelo. Os horários de funcionamento dessa embarcação segue a mesma dinâmica do *ferryboat*, ou seja: de uma em uma hora de Cabedelo para Costinha e de duas em duas horas, de Cabedelo para Forte Velho, com parada em Costinha para embarque e desembarque de passageiros. Apesar da estrutura diferenciada, tanto o *ferryboat* quanto o “barcônibus” pertencem à mesma empresa de navegação. Ao desembarcarem em Costinha, (do *ferryboat* ou do Barcônibus) aqueles que estão em seus

veículos, seguem viagem pelas ruas dos bairros de Costinha, Fagundes, Gameleira, Ponta de Lucena até chegar à área mais urbana do município.

Já os pedestres que desembarcam em Costinha têm como opção para seguir viagem o transporte alternativo feito em carros de passeio por motoristas locais, mototáxis e o ônibus coletivo urbano (Vide **Figura 13**), de uma empresa privada local que circula de parte urbana mais extrema de Lucena, até o terminal de passageiros das embarcações em Costinha, passando por todos os bairros. (Vide **Figura 14**).



Figura 13 - Terminal de embarque/desembarque do *ferryboat* em Costinha-Lucena/Pb
Fonte: Dados da pesquisa, 2016



Figura 14 - Transporte coletivo em Lucena-Pb
Fonte: Dados da pesquisa, 2016

A beleza litorânea do município de Lucena está distribuída numa extensão de 15 (quinze) km, formada pelas praias de Costinha, Fagundes, Gameleira, Ponta de Lucena, Lucena, Camaçari e Bonsucesso. Algumas delas, ainda mantêm um aspecto natural de praia intocada. Quanto mais distante da área urbana, mas, pode-se perceber os aspectos naturais

que encantam os moradores e os visitantes que chegam à praia de Lucena, principalmente no período de férias, entre os meses de Dezembro a Março, quando a população da cidade aumenta consideravelmente. PGI (2008).

3.1 A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO

Em quase todas as vezes que a pesquisadora conversou com moradores da praia de Lucena, ouviu sempre a mesma expressão: *“Ah! Lucena mudou muito”*. Essa fala se reportava às mudanças ocorridas na estrutura física da cidade e nos aspectos de reorganização social que foram necessários para acompanhar o processo de evolução da sociedade.

Como cidade de pequeno porte, Lucena vivencia muitas transformações urbanas em decorrência da especulação imobiliária e do aumento no fluxo do turismo local. Esses dois fatores têm feito com que moradores mais idosos, sintam saudades do tempo em que Lucena era apenas uma pequena vila de pescadores, como registrado na fala; *“aqui era muito tranquilo, a gente dormia de porta aberta e ninguém mexia em nada que era seu. Agora a gente tem que viver trancado, ninguém pode mais nem ficar numa calçada”*. (Pescador aposentado).

Como acontece com outros municípios litorâneos, Lucena sofre a interferência do setor imobiliário, o que resultou na saída dos pescadores da beira mar para áreas mais afastadas, ficando esse setor, disponível para as construções de loteamentos e casas de veraneio, para pessoas de outras localidades que procuram a praia para descanso. (Vide **Figura 15**).



Figura 15 - Casa de pescador e casa de veraneio
Fonte: Araújo; Sassi; Lima (2014)

Muitos pescadores moravam em terras que pertenciam aos proprietários de grandes áreas com extensão que chegavam até a praia e, com valorização dessas terras em face do desenvolvimento do turismo, foram obrigados a deixar a localidade.

De acordo com Silva (2012, p. 31) “em alguns casos, os proprietários recompensavam a perda do direito à moradia nos sítios, doando terrenos (lotes) a esses moradores em áreas mais afastadas da praia, das quais também eram donos”. Essa situação predominou em toda extensão costeira de Lucena (Costinha, Fagundes, Gameleira, ponta de Lucena e Lucena).

O impacto desse momento foi sentido pela maioria dos pescadores, que hoje habitam numa comunidade chamada “Bairro Novo”, mais popularmente conhecido como “Comunidade da Carrapeta” (Vide **Figura 16**), como era chamada, desde que os primeiros pescadores começaram a se instalar naquela localidade.



Figura 16 - Localização da Comunidade Carrapeta

Fonte: Araújo, Sassi; Lima, (2014)

A vulnerabilidade social é uma consequência desse processo de deslocamento vivido pelos pescadores. Eles passaram a ter dificuldades para transportar seus equipamentos de trabalho até a praia todos os dias e de levar o produto da pesca até o ponto de comercialização no mercado público. Alinhando essas dificuldades aos problemas que já enfrentavam (baixo lucro, falta de informação e apoio) muitos pescadores migraram para outras profissões, submetendo-se à condição de subemprego. (ARAÚJO; SASSI; LIMA, 2014, p. 43).

[...] muitos pescadores se viram em uma nova condição, a de moradores urbanos. Nesse caso, em duas situações distintas, ou

morando em casas localizadas a alguns quarteirões do mar, ou pior, residindo em aglomerados de moradias subnormais, termo mais conhecido no Brasil por comunidades ou favelas, ou mesmo, em muitos casos, nas duas condições ao mesmo tempo.

Em verdade, a especulação imobiliária em Lucena tem transformado as áreas mais periféricas com a mesma intensidade com que cresceu na praia. Transitando pela cidade, é possível perceber um considerável aumento de domicílios ainda em construção e muitos já sendo ocupados por moradores.

Uma razão que explica esse crescimento pode ser justificada pelo programa do governo federal “Minha casa minha vida”, que facilitou o financiamento de imóveis para pessoas de baixa renda e estimulou a construção de muitos imóveis em todas as localidades. Essa nova organização do espaço físico, incide na estrutura social do município, que deve oferecer aos habitantes, possibilidades efetivas de qualidade de vida.

3.2 A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Apesar do potencial turístico de Lucena, intensificado pelo turismo religioso e pelo carnaval, que atrai muitas pessoas, aquecendo a economia local e, assim, gerando emprego e renda para os moradores, muitos habitantes de Lucena são obrigados a ir em busca de trabalho nas cidades próximas, como João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita, Bayeux e Mamanguape.

As oportunidades de trabalho na cidade de Lucena são poucas e ficou ainda menor, com a retirada pelo ministério público, dos quiosques localizados à beira mar, os quais empregavam muitas pessoas da comunidade. O comércio local é pequeno e em geral, em regime familiar, empregando pessoas que integram o núcleo da mesma família.

A economia da cidade de Lucena concentra-se em torno da Prefeitura Municipal, da pesca artesanal, da indústria de beneficiamento do coco, a “Coco do Vale” e das usinas, que mantêm nas terras de Lucena, extensas áreas dedicadas ao cultivo de coqueirais e da cana de açúcar, gerando emprego e subemprego para a população local.

A estrutura organizacional da prefeitura compreende 9 (nove) secretarias, são elas: Secretaria de Administração e Receita, Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, Secretaria de Articulação Política, Secretaria de Saúde, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer e a Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, além dos órgãos de Controle Interno, Procuradoria Jurídica e Tesouraria

Geral. (PML, 2016).

Nessa estrutura estão alocados os funcionários efetivados no quadro de servidores por meio de concurso público e, também, boa parte da população que presta serviços à prefeitura, em regime de contrato temporário, nas diversas atividades. A pesca artesanal se configura como um espaço de produção econômica de muita representatividade, por promover a geração de renda para muitas famílias. É uma atividade de tradição, que se mantém e se aprimora, sempre no sentido de permanecer viva atendendo as necessidades de quem dela sobrevive.

O turismo de lazer e o turismo religioso também movimentam a economia local, sobretudo nos meses de Dezembro a Março, quando acontece o período de férias escolares e as festas religiosas do município. Nesse período, a concentração de pessoas na cidade é alta e verifica-se uma intensidade no comércio local, com o aparecimento de vendedores ambulantes locais e também vindo de outras cidades, para aproveitar o momento de alta estação na cidade e as festividades locais, que já são conhecidas no Estado, como a tradicional festa do coco (**Figura 17**), a emancipação política do município (**Figura 18**), o carnaval (**Figura 19**), a festa de São Pedro Pescador (**Figura 20**).



Figura 17 - Festa do Coco em Lucena-Pb

Fonte: <<http://www.lucena.pb.gov.br/>>



Figura 18 - Festa de Emancipação política da cidade de Lucena-Pb

Fonte: <<http://www.lucena.pb.gov.br/>>



Figura 19 - Festa de Carnaval em Lucena-Pb

Fonte: <<http://www.lucena.pb.gov.br/>>



Figura 20 - Festa de São Pedro Pescador em Lucena-Pb

Fonte: <<http://www.lucena.pb.gov.br/>>

Além dessas festas populares, Lucena ainda tem um momento de celebração festiva em alusão ao dia dedicado a Nossa Senhora da Guia, uma das santas padroeiras da cidade e protetora dos pescadores. Numa localização privilegiada, o município abriga a uma distância de 12 (doze) km do centro de Lucena, o Santuário de Nossa Senhora da Guia⁹. Um ponto de peregrinação de romeiros de várias partes do Brasil, sobretudo no mês de Dezembro, quando é realizada a grande romaria em comemoração ao dia de Nossa Senhora da Guia. Além da festa religiosa que tem como marco principal a caminhada em procissão saindo ainda na madrugada da igreja matriz no centro de Lucena, e seguindo em direção ao Santuário (**Figura**

⁹ A Igreja de Nossa Senhora da Guia, foi construída em estilo Barroco no século XVI por padres carmelitas e é uma das igrejas mais antigas do país. Devido a sua localização era utilizada como ponto de observação contra os ataques invasores, pois sua localização permite a visão do mar e da zona rural, com plantações de cana de açúcar e coqueiros. Em 1763 a igreja foi demolida e reconstruída pelos esforços do Frei Manuel de Santa Tereza. A partir de 1866 sofreu reformas e depois ficou abandonada por vários períodos. Recentemente, foi restaurada segundo o Projeto da Fundação Cultural do Estado da Paraíba. (Silva, 2012, p. 31)

21) que tem o mesmo nome da santa, na comunidade da Guia.



Figura 21 - Igreja de Nossa Senhora da Guia em Lucena-Pb

Fonte: <<https://www.google.com.br>>

Uma caminhada de 8 (oito) quilômetros, os fiéis movidos pela fé depositam na santa, entoam cantos e orações, expressando assim sua devoção. Ao final dessa jornada, as pessoas participam de uma tradicional missa campal (**Figura 22**), celebrada pelo arcebispo com a colaboração dos padres e frades que habitam no santuário.



Figura 22 - Romaria e missa campal no Santuário de N. S. da Guia em Lucena-Pb

Fonte: <<https://www.google.com.br>>

Paralelo ao evento religioso ocorre também à festa profana, com a realização show e apresentação de grupos folclóricos locais como os Cambindas Brilhantes (Vide **Figura 23**), as quadrilhas juninas (tanto de jovens, como do grupo de mulheres), o Coco de Roda com senhoras do grupo da terceira idade, além da tradicional vaquejada que é referência no calendário desse esporte no Estado e atrai vaqueiros de cidades vizinha e até de outros Estados do nordeste brasileiro.



Figura 23 - Apresentação dos “Cambindas Brilhantes”¹⁰ da cidade de Lucena/Pb
 Fonte: <http://lucenainforma.blogspot.com>

Registra-se um grande número de pessoas no santuário e uma variedade de coisas sendo comercializadas, o que representa uma oportunidade a mais de ganho para os moradores, de modo a complementar a renda ao final do mês. Convivendo mais de perto com a comunidade de Lucena, percebe-se que os moradores depositam na santa, toda sua esperança de dias melhores e agradecem a vinda dos romeiros para a cidade, pois, isso se traduz em oportunidade de poder obter algum lucro com a festa em devoção à santa. É difícil não encontrar moradores de Lucena, especialmente da comunidade da Guia, que não estejam comercializando algum produto. O fluxo de pessoas que visitam o santuário causa surpresa e perplexidade nesse período em Lucena.

Fiquei surpreso com a quantidade de gente que tinha e com as muitas atividades que pareciam acontecer ao mesmo tempo, dificultando minha tarefa de observação. Muitos ônibus, carros de várias localidades, pessoas acampadas perto do Santuário, vendedores de velas, brinquedos e imagens votivas juntavam-se aos pagadores de promessas, alguns deles subindo de joelhos a íngreme ladeira que conduz ao santuário. [...] Consequentemente a comunidade pode aproveitar esse nicho econômico, abrindo pequenos negócios, como lanchonetes, bares, venda de adereços religiosos e entre outros. (ARAGÃO; FRANCH, 2009, p. 3)

O turismo de lazer explora os recursos naturais (praias, mangues, falésias, ruínas, rios) (**Figura 24**) e também movimenta a economia local. É possível praticar o turismo ecológico

¹⁰ O Grupo Cambindas Brilhantes é formado apenas por homens, todos pescadores da praia de Lucena, que vestidos como mulheres), apresentam uma manifestação cultural, (dança) que segundo alguns pesquisadores surgiu em alusão a promulgação da Lei Áurea, quando, embriagados, os negros libertos teriam se vertido de mulher para comemorar a abolição. Consiste no agrupamento em duas alas, sendo uma na cor azul e outra na cor vermelha, e os ritos e músicas se assemelham aos ritos do maracatu rural.
 Fonte: NASCIMENTO, Pablo Honorato - FUNJOPE. Disponível em: brincantesnaparaiba.blogspot.com.br.

fazendo caminhadas e trilhas utilizando bicicletas, motocicletas, ou carros com guias locais, até as ruínas da Igreja de Bom Sucesso (**Figura 25**), ouvindo as lendas que os moradores de Lucena contam sobre essa igreja. Também se pratica com muita frequência, passeios para as áreas mais rurais do município, onde há rios com águas transparentes e áreas para lazer.

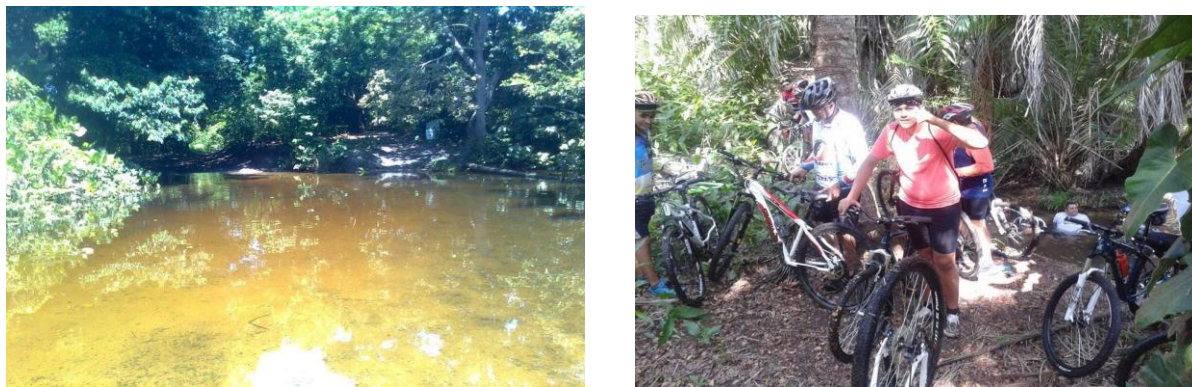


Figura 24 - Turismo ecológico em Lucena-Pb

Fonte: Dados da pesquisa, 2016



Figura 25 - Ruínas da Igreja de Bom Sucesso em Lucena-Pb

Fonte: <<https://www.google.com.br>>

Na praia, os pescadores também encontraram uma maneira de obter uma renda extra, aproveitando a presença de muitas pessoas na cidade. Eles oferecem ao preço de R\$ 20,00 (vinte reais) por pessoa, passeio de jangada para as piscinas naturais (**Figura 26**) formadas por bancos de corais, que ficam localizadas a uma distância de 3 (três) quilômetros (Km) da praia, onde o turista pode mergulhar e observar algumas espécies marinhas e com um pouco de sorte, pode acompanhar também, a pesca de curral.



Figura 26 - Piscinas naturais em Lucena-Pb

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Esse tipo de turismo apesar de aquecer a economia local, pode representar também prejuízos para o meio ambiente e fauna marinha local. É preciso que a Prefeitura esteja atenta a essa questão, criando regulamentações que protejam o ecossistema em conformidade à regulação ambiental determinada pelos órgãos competentes. Sobre essa questão, Ruschmann, (1992, p. 63) chama atenção para alguns problemas que podem ser ocasionados nos ambientes naturais e socioculturais.

Impactos Negativos do turismo ecológico	
Nos Ambientes Naturais	Nos Ambientes Socioculturais
◆ Acúmulo de lixo nas margens dos caminhos e das trilhas, nas praias, montanhas, rios e lagos; ◆ Uso de sabonetes e de detergentes pelos turistas contaminam as águas dos rios e lagos, comprometendo sua pureza e a vida dos peixes e da vegetação aquática; ◆ Contaminação – das fontes e mananciais de água doce e do mar, perto os alojamentos, provocada pelo lançamento de esgoto e lixo in natura nos rios e no oceano; ◆ Poluição sonora e ambiental provocadas pelos motores dos barcos e pelos geradores, que provêm energia elétrica para os <i>lodges</i>; ◆ Coleta e quebra dos corais no mar e das estalactites e estalagmites das grutas e cavernas para serem utilizados como <i>souvenirs</i>; ◆ Coleta e destruição da vegetação nas margens das trilhas e nos caminhos da floresta;	◆ Descaracterização das tradições e costumes das comunidades receptoras, cujos ritos e mitos muitas vezes são transformados em shows para os turistas; ◆ Sentimentos de inveja e ressentimento frente aos hábitos e comportamentos diferentes dos turistas e à ostentação de tempo livre e dinheiro - muitas vezes escassos para os moradores das localidades (efeito demonstração); ◆ Aumento dos preços das mercadorias e terrenos; ◆ Migração de pessoas originárias de regiões economicamente debilitadas para os novos pólos turísticos, em busca de empregos, provocando excedente na oferta de mão-de-obra e escassez de

♦ Alargamento e pisoteio da vegetação das trilhas e caminhos; ♦ O lixo e abandono de restos de comida ao ar livre, que atraem insetos e provocam mau cheiro.	moradias.
---	-----------

Quadro 4 - Impacto negativo do turismo ecológico

Fonte: Adaptado de Ruschmann, (1992)

Dentro dessa leitura etnográfica de Lucena, destaca-se ainda os equipamentos públicos disponibilizados para a população local. No contexto da educação, existem em Lucena 21 (vinte e uma) escolas, que oferecem da pré-educação ao ensino médio, além de uma unidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB, que funciona provisoriamente num prédio público cedido pela prefeitura, na comunidade da Guia e que oferece cursos profissionalizantes em diversas áreas de conhecimento à população. (PML, 2016).

Em relação aos serviços de saúde, não existem hospitais, nem laboratório ou realização de exames de imagem na cidade. A população é assistida por médicos que prestam apenas, atendimento de consulta médica, em dias alternados nas unidades do Programa de Saúde da Família (PSF). Para a realização de exames e os casos mais urgentes, os moradores são encaminhados para hospitais nas cidades vizinhas, ficando por conta deles a despesa com o transporte para o deslocamento.

Essa situação encontrada em Lucena, não foge a regra de outras cidades litorâneas e do interior na Paraíba. Com frequência, essas populações são afetadas por questões políticas que interferem no desenvolvimento local. A cidade Lucena por muitos anos foi administrada por uma única família, revezando-se pai e filho no cargo de prefeito, num ciclo vicioso hereditário, como se a cidade fosse uma organização privada. O reflexo desse tipo de comportamento político é sentido pelos moradores que sofrem com a ausência dos serviços básicos. São anos de atraso, sobretudo, em relação à assistência social e humana.

Durante a permanência da pesquisadora na cidade, pode-se constatar que mesmo com tantos problemas a enfrentar, os moradores de Lucena são pessoas que sabem expressar alegria ao receber um visitante e são sempre prestativos e dispostos a ajudar. Isso foi percebido durante a coleta de informações, quando da oportunidade de ir à casa de alguns pescadores. As pessoas demonstraram interesse em saber sobre o trabalho de pesquisa e em algumas situações, teve-se a participação de outras pessoas no núcleo familiar,

complementando a fala dos pescadores com informações consideradas de grande relevância para o estudo.

A oportunidade de fazer essa leitura etnográfica instigou a olhar com mais atenção para essa cidade, onde sempre pôde se encontrar abrigo, desde a adolescência quando a pesquisadora ia passar férias e depois, quando lá voltou na condição de pesquisadora. Foi um momento gratificante que a pesquisa proporcionou de poder de alguma forma, contribuir com uma parcela da população – os pescadores artesanais, com sugestões que possam promover melhorias na sua atividade.

4 ROTA METODOLÓGICA: UMA ETNOGRAFIA DA PESQUISA

Aqui, apresenta-se a metodologia empreendida na pesquisa, traçada a partir de um conhecimento prévio do campo a ser explorado. Essa vantagem (se assim pode-se considerar) foi importante porque indicou o lugar exato para começar a navegar em busca de respostas consistentes para o problema de pesquisa proposto.

Porém, sabia-se que não se navegaria o tempo todo, em águas tranquilas. Haveria de ter os momentos de tempestades (e teve). Afinal, aventurava-se em um mar (campo) complexo e, por isso, foi importante traçar bem essa rota, essa metodologia. Usou-se a história oral como um pesqueiro, tal qual, como faz o pescador e se foi à captura de informações. Saiu-se do porto, da terra firme, para se aventurar em águas talvez, nunca antes navegadas pela Ciência da Informação. Partiu-se.

4.1 PREPARANDO O LANCE: SUPORTES TÉCNICOS DA PESQUISA DE CAMPO

O trabalho de campo exige do pesquisador um preparo que vai além da capacidade de observação dos fatos. Ele precisa preparar também, um suporte material com itens que vão ajudá-lo a captar e registrar as ocorrências que em seguida, serão analisadas e apresentadas ao final da pesquisa.

No percurso dessa pesquisa, utilizou-se o diário de campo para registrar as informações coletadas nas observações, descrevendo o cenário encontrado, cada vez que se ia ao campo. Para Oliveira (2014, p. 1) “o diário de campo configura-se como um dispositivo de registro das temporalidades cotidianas vivenciadas na pesquisa, ao potencializar a compreensão dos movimentos da/na pesquisa”. Usou-se como diário de campo, uma agenda, com espiral, tamanho correspondente a de um caderno pequeno, de 100 (cem) folhas e canetas esferográficas em cores variando entre o preto, vermelho e o azul. Beaud e Weber (2007) reforçam a importância do diário de campo, pois consideram que;

O saber-fazer do etnógrafo consiste essencialmente em técnicas gráficas, em sistemas de anotações: o diário de campo, a transcrição da entrevista. Fazer observações e entrevistas e analisá-las são as duas pernas sobre as quais se sustenta para fazer avançar a pesquisa (BEAUD; WEBER, 2007, p. 93).

Além do diário de campo, utilizou-se o gravador de voz para o registro das histórias de

vida, feito com o consentimento dos pescadores. O gravador de voz utilizado foi o Sony digital portátil, modelo ICD-PX240 com MP3, com peso de 72 (setenta e dois) gramas, com microfone embutido e memória interna de 4 (quatro) gigabytes com capacidade de armazenar até 1043 (um mil e quarenta e três) horas de gravação, alimentados por bateria removível de longa duração (pilhas), com terminal de saída e entrada para microfones externos e portas USB, para conexão ao computador e transmissão dos arquivos de áudios gravados.

Sobre o uso desse suporte na pesquisa de campo, Beaud e Weber (2007, p. 137) consideram que “só a gravação permitir-lhes-á captar na íntegra e em todas as suas dimensões a palavra do entrevistado; ser-lhe-á possível, na sequência, trabalhar em profundidade sua entrevista especialmente executando várias vezes [...]”. No tipo de pesquisa realizada, não se tinha como deixar de utilizar a imagem para registrar a dinâmica social dos sujeitos. A fotografia e a vídeo filmagem ajudaram a compreender o modo como as regras de convivência e interação social são estabelecidas no contexto da pesca e na comunidade.

As expressões e gestos captados resultam numa narrativa visual que revela uma subjetividade de sentidos que fazem parte daquelas relações. Para o registro das imagens e a vídeo filmagem, utilizou-se câmera digital semiprofissional da marca Kodak, modelo PIXPRO AZ 501, com recursos automáticos e alto poder de captura.

O uso desses suportes (**Figura 27**) nas pesquisas de caráter etnográfico é uma prática comum nas ciências sociais. Essa área de conhecimento abriga ciências, como a Ciência da Informação, que trata de fenômenos emergentes dessa sociedade como, por exemplo, as tecnologias, bem como, a relação de tais fenômenos com a sociedade. Assim, com o auxílio desses suportes, conseguiu-se captar as impressões no campo de pesquisa procurando manter a fidelidade dos fatos observados, com o devido cuidado para não perder informações que seriam de grande relevância para a pesquisa.



Figura 27 - Suportes materiais utilizados na pesquisa de campo
 Fonte: Dados da pesquisa, 2016

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Na busca de resposta para as inquietações que deram origem a esta tese, recorreu-se a procedimentos metodológicos adotados pela ciência para explicar fenômenos sociais como o que foi investigado. Todos os elementos que constituem a metodologia são essenciais numa pesquisa, porém, Feyerabend (1989) em sua obra “Contra o Método” e Thomas Kuhn (1978), com a “Estrutura das Revoluções Científicas”, reconhecem que a ciência não deve seguir por um único caminho, nem permanecer nele para sempre.

Às vezes na pesquisa é preciso abandonar o caminho de onde se partiu, porque à medida que a investigação vai ganhando corpo, vai pedindo novas orientações e, nesse caso, a decisão mais assertiva é procurar a melhor abordagem para responder aos questionamentos. Foi assim, que muitos paradigmas foram quebrados na ciência e outros emergiram. A necessidade de uma metodologia para se empreender uma pesquisa é indiscutível, porque ela consiste, desde a teoria que fundamenta a pesquisa, ao conjunto de técnicas que permitem que o pesquisador encontre a resposta do problema investigado e se posicione sobre a questão, como deve fazer.

A abordagem metodológica que se mostrou adequada para esta pesquisa foi a Abordagem Etnográfica, apoiada nas concepções da corrente teórica Interacionismo Simbólico, por esta compreender “as pessoas como agentes ativos e não como partes permutáveis de um grande organismo, sofrendo passivamente a ação de forças externas a elas

mesmas”. (ANGROSINO, 2009, p. 20). Também porque, ela não tem rigidez nos procedimentos e nas técnicas que são utilizadas e, dá ao pesquisador no campo de pesquisa, a possibilidade de ser guiado por seus instintos questionadores. (MATTOS, 2001). É uma abordagem qualitativa que valoriza o sujeito, uma vez que procura compreender os fenômenos levando em conta sua percepção e sua situação no contexto. (GODOY, 1995).

A explicação dos fenômenos sociais pelo viés da pesquisa Etnográfica é uma prática comum desenvolvida pelos pesquisadores, que estão sempre buscando a possibilidade de extrair um entendimento melhor de fenômenos social marcantes, como a desigualdade social, as práticas sociais e os processos interacionais que se desenvolvem em contextos complexos, como por exemplo, as comunidades formadas por pequenos aglomerados humanos. Nesses espaços, a dinâmica do sujeito é passível de adequações constantes, dada a complexidade que envolve a vida em comunidade e que direciona o modo de agir e interagir de uns com os outros. Em razão disso, esses contextos estão sempre no foco das ciências sociais e humanas e dos pesquisadores inseridos nessas áreas.

Cada pesquisa é um desafio e uma oportunidade para conhecer e desvencilhar esses fenômenos e requer uma escolha e adequação dos métodos e técnicas, que sejam mais pertinentes aos propósitos da pesquisa, sobretudo, porque uma vez no campo, sempre poderá surgir situações que podem confundir o pesquisador e colocar em dúvida os procedimentos adotados, bem como o resultado obtido. Sobre isso, Angrosino (2009) faz algumas observações sobre o entendimento da abordagem como método e apresenta algumas diferenças em relação a outras, que também podem ser usadas por pesquisa dessa natureza. São elas:

- **É baseado na pesquisa de campo** (conduzido no local onde as pessoas vivem e não em laboratórios onde o pesquisador controla os elementos do comportamento a ser medido ou observado);
- **É personalizado** (conduzido por pesquisadores que, no dia a dia, estão face a face com as pessoas que estão estudando e que, assim, são tanto participantes quanto observadores das vidas em estudo);
- **É multifatorial** (conduzido pelo uso de duas ou mais técnicas de coleta de dados – os quais podem ser de natureza qualitativa ou quantitativa – para triangular uma conclusão, que pode ser considerada fortalecida pelas múltiplas vias com que foi alcançada);
- **Requer um compromisso de longo prazo**, ou seja, é conduzido por pesquisadores que pretendem interagir com as pessoas que eles estão

estudando durante um longo período de tempo (embora o tempo exato possa variar, digamos, de algumas semanas a um ano ou mais);

- **É indutivo** (conduzido de modo a usar um acúmulo descritivo de detalhe para construir modelos gerais ou teorias explicativas, e não para testar hipóteses derivadas de teorias ou modelos existentes);
- **É dialógico** (conduzido por pesquisadores cujas conclusões e interpretações podem ser discutidas pelos informantes na medida em que elas vão se formando);
- **É holístico** (conduzido para revelar o retrato mais completo possível do grupo em estudo). (ANGROSINO, 2009, p. 31).

A Ciência da Informação, que é uma ciência social, também dá abertura para investigar os fenômenos que são diretamente relacionados a ela – a informação e a tecnologia, por meio da pesquisa Etnográfica, uma vez que, a informação a tecnologia integram a realidade social e estão presentes nos contextos sociais promovendo processos de interação. Nesse sentido, na pesquisa teve-se a oportunidade de fazer conexões com outras áreas de conhecimento, que naturalmente se ocupam de questões de diferentes domínios, mas, que podem perfeitamente ser associados a esses de que trata a CI.

Para cumprir o objetivo, uma vez no campo, ficou-se atento a algumas particularidades, como pede a pesquisa qualitativa. O ambiente, que por si só, já se configurava como uma fonte de informação; as impressões subjetivas que o comportamento dos sujeitos transparecia e, por fim, o cuidado com a coleta dos dados e no momento de organizar e transcrever esses dados, pois eram informações importantes que respaldavam a investigação. Conforme Riveiro (1999, p. 114) a pesquisa qualitativa envolve a “descrição de dados obtidos pelo pesquisador através do contato direto com a situação estudada, [...] e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes diante dos fatos que envolvem o contexto social [...]”.

Deste modo, a técnica etnográfica de observação participante possibilitou conhecer o funcionamento do campo atentando para questões e comportamentos manifestados que revelasse alguns indícios, relacionado à temática investigada. O ato de observar é uma atividade que exige do pesquisador atenção máxima e utilização de todos os sentidos sensoriais (audição, visão, percepção, olfato), porque, os observados trazem consigo uma linguagem própria para se comunicar com seus pares, que dá significado a seu agir, conforme as situações vão surgindo.

Denzin (2009, p. 207-208) considera que a observação participante é o método mais utilizado na pesquisa qualitativa e a define “como uma estratégia de campo que combina, simultaneamente a análise de documentos, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação”. O autor considera ainda que dois aspectos diferentes devem nortear o entendimento sobre essa prática: primeiro, o pesquisador deve, “cada vez mais, tornar-se um participante e obter acesso ao campo e às pessoas e, segundo, a observação deve passar também por um processo para tornar-se mais concreta nos aspectos essenciais à pesquisa”.

Por essa linha de entendimento, ele concorda com o pensamento de Spradley (1980) que considera que a observação participante tem três fases distintas. São elas:

- **A observação descritiva** – no início serve para fornecer ao pesquisador uma orientação para o campo em estudo. Fornece, também, descrições não-específicas, e é utilizada para apreender, o máximo possível, a complexidade do campo e, (ao mesmo tempo) para desenvolver questões de pesquisa e linhas de visão mais concretas;
- **A observação focalizada** – restringe a perspectiva do pesquisador àqueles processos e problemas que forem os mais essenciais para a questão de pesquisa;
- **A observação seletiva** – ocorre já na fase final da coleta de dados e concentra-se em encontrar mais indícios e exemplos para os tipos de práticas e processos descobertos na segunda fase. (SPRADLEY, 1980, p. 61).

Sobre essa prática no campo da pesquisa, Velho (1978, p.39) considera que “o que **vemos e encontramos** pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não **vemos e encontramos** pode ser exótico, mas até certo ponto **conhecido**” (grifos do autor). Essas observações do autor chamaram atenção, especialmente porque, tinha-se um conhecimento prévio do campo da pesquisa e uma relação, até certo ponto próxima, com algumas pessoas da comunidade o que poderia ter sido um problema, na hora de empreender essa prática.

Nesse sentido, foi necessário reconhecer o momento de manter um distanciamento da comunidade, embora Denzin (2009) dê respaldo para compreender que manter-se um nativo pode não ser exatamente um problema para o pesquisador. Conforme o autor, “o processo de manter-se um nativo [...] pode ser um instrumento para refletir o próprio processo do pesquisador torna-se familiar e obter *insights* dentro do campo em estudo, o qual seria inacessível com a manutenção do distanciamento”. (DENZIN, 2009, p. 210). No caso desta

pesquisa, praticar o distanciamento não acarretou em nenhum tipo de problema que pudesse interferir nos passos seguintes e se mostrou uma postura necessária.

4.3 IÇANDO AS VELAS, COMEÇANDO A NAVEGAR: explorando o campo da pesquisa.

Nossa incursão no campo da pesquisa seguiu-se os postulados das Ciências Sociais, que orientam a relação do sujeito com o objeto. Assim sendo, houve o momento de estar próximo, observando e vivenciando o labor do pescador, e houve o momento do distanciamento, do olhar vindo de fora do campo da pesquisa.

O trabalho de pesquisa em si, determina esses momentos, contudo, acredita-se que não se faz ciência sem o mínimo de envolvimento com o objeto investigado. O contato direto com o objeto, faz parte do processo de aprendizagem que o trabalho de pesquisa proporciona ao pesquisador e que resulta na construção e reconstrução de conhecimentos.

Foi seguindo essa orientação que se chegou aos resultados apresentados nas análises. É importante ressaltar também, que o momento da qualificação do projeto, que resultou nesta tese, teve orientações metodológicas relevantes e norteadoras, pois, apontou possibilidades de novos rumos para a pesquisa e deu segurança para seguir adiante. Planejar o passo a passo desta pesquisa foi muito importante, porque se teve condições de trabalhar todas as etapas, no tempo adequado e conforme foi planejado, muito embora, algumas vezes tenha sido preciso reorganizar a agenda e mudar a estratégia de estudo.

É pertinente esclarecer que a observação foi uma prática constante na pesquisa, durante o período que se fixou residência no campo da pesquisa (de março de 2014 a Outubro de 2015). A rotina de ir à praia e acompanhar de perto o dia a dia dos pescadores foi mantida, de modo a promover a familiarização com as pessoas objeto do estudo e ouvir as conversas.

A integração com as pessoas que lá estavam ajudando com a rede de pesca foi feita imediatamente e assim foi possível constatar que as impressões que estimularam a proposta de pesquisa eram verdadeiras. Havia ali, realmente, um problema informacional na relação mantida entre os pescadores locais e a instituição que os representa; a Colônia de Pescadores. Tinha-se de um lado, uma necessidade informacional e, do outro, práticas de mediação da informação turvas. Ou seja, as impressões se confirmavam e, tinha-se os primeiros indícios para traçar a rota de estudo.

Criou-se a partir desse primeiro momento, um canal de comunicação aberto para poder

coletar as informações em conformidade ao objeto de estudo. Essa se mostrou uma atitude salutar para a pesquisa, pois, assim se iniciou o processo de escuta. Os passos seguintes da pesquisa foram definidos nos diálogos com o orientador, resultando na decisão assertiva da delimitação do campo da pesquisa. Isso foi necessário porque, ao se chegar à cidade de Lucena, tomou-se consciência do quão difícil seria se não houvesse uma delimitação de espaço prévia, até porque, também havia uma marcação temporal estabelecida, para o fim de jornada. Desta forma, foi em março de 2014, que a pesquisadora passou a residir no município de Lucena, acompanhando mais de perto a rotina dos pescadores artesanais.

O mar mesmo estando na maré de vazante¹¹ imprimia um medo ao mesmo tempo em que exigia dos pescadores um esforço descomunal na hora de puxar a rede. Havia ali muitas pessoas, homens, mulheres, jovens e até crianças, participando de um ritual que se repetia, cada vez que uma rede era retirada da água. Sobre esse ritual, Maldonado (1993) no livro *Mestres & Mares*, faz uma descrição do universo da pesca com muita transparência e verdade.

Nos primeiros dias de ida à praia, a pesquisadora ficou sempre no combro¹², observando o rito e a dinâmica subjetiva que regem aquele universo, na tentativa de identificar quem de fato era pescador e a qual rede pertencia, pois, havia muitas redes e muitas pessoas envolvidas. Uma experiência nada fácil pra quem chega sem nenhum conhecimento prévio, já que todos envolvidos (pescadores, turistas, moradores da comunidade) faziam parte daquela atividade e se ajudaram naquela hora.

Por um momento, o sentimento era semelhante ao pesquisador etnógrafo descrito por Malinowski (1978, p. 29), “vivendo na aldeia, sem qualquer responsabilidade que não a de observar a vida nativa”. Essa rotina de observação foi mantida por duas semanas, sempre nos turnos da manhã, já que os pescadores de arrasto não pescam à tarde, nem durante a noite. No entanto, o horário da pescaria é determinado pelo mar e os pescadores são exímios conhecedores dos horários da maré, sobretudo, o que propicia uma boa pescaria. É a partir desse conhecimento sobre a maré de vazante que eles organizam sua atividade diária.

Assim, a pesquisadora procurou se adequar a essa rotina, para poder vivenciar os momentos de observação e, dentre outras coisas, descobriu que os pescadores fazem uma

¹¹ De acordo com Cavalcanti (2010), a maré de vazante corresponde ao momento em que o mar passa de um ponto mais seco para um ponto mais cheio.

¹² Combro é o nome dado pelos pescadores à faixa de areia que divide a praia (beira mar), da área de areia mais extensa próxima à via pública.

segunda jornada de trabalho à beira mar, no período da tarde, quando eles voltam para reparar os estragos feitos nas redes e preparar a jangada para a jornada de trabalho no dia seguinte. De posse dessa informação, passou-se também a ir à praia no período da tarde e observar esse momento de atividade do pescador.

Após esse período observando à dinâmica de trabalho do pescador na praia, aos poucos, a inserção da pesquisadora nos grupos foi efetiva, hora ajudando a puxar a rede, hora ajudando a “catar o lance”. Nesse instante, duas coisas chamaram a atenção: a primeira é que os pescadores não se opõem que pessoas externas à pesca se envolvam nessas atividades. Qualquer pessoa que queira ajudar é sempre bem vinda, porque, quanto mais gente psra ajudar, melhor.

A segunda, diz respeito à forma como as pessoas são recompensadas por essa ajuda. Elas podem separar para seu consumo, a fauna excedente (peixe de pequeno porte, siri, lulas que a rede captura). Aos pescadores interessam apenas, os peixes de grande porte quando são capturados pela rede (fato raro na pesca de arrasto) e o camarão, tanto do tipo branco¹³ (que é o de maior valor comercial), quanto o espigudo¹⁴, que são comercializados no mercado de peixe local, ou diretamente aos consumidores, na beira da praia após a captura.

Nesse momento de observação aproveitou-se para fazer também, a identificação dos tipos de pesca praticados em Lucena. Considerada essa como uma atividade importante porque cada tipo de pesca requer uma dinâmica diferente e, resulta na captura de produtos diferenciados, o que dá ao pescador um ganho também diferente. Fazer essa distinção ajudou a caracterizar o perfil socioeconômico da população de pescadores, como proposto num dos objetivos específicos.

Desta forma, identificou-se 4 (quatro) modalidades de pesca que são realizadas diariamente na praia de Lucena, num ritual que tem hora e ritmo marcados pela maré¹⁵, pra começar e terminar. São eles: a Pesca de Arrasto ou Arrastão de praia, a Pesca de Curral, a Pesca de Bote e a Pesca de Rede de Sauneiro ou Rede de espera, como mostra o esquema

¹³ *Litopenaeus schimitti* é o nome científico do camarão conhecido como do tipo branco.

¹⁴ *Xiphopenaeu kroyeri* camarão espigudo ou sete barbas.

¹⁵ Essa marcação é feita pela oscilação entre a maré cheia e a maré baixa. Os pescadores locais determinam o início e fim de sua jornada de trabalho diária, pelo horário do mar ou da maré, como chamam. Eles têm plena consciência de que lidam com a natureza e seus efeitos, e que não podem desobedecer às regras por ela imposta. Em alguns momentos pode-se conferir esse reconhecimento da natureza como determinante das ações, quando, por exemplo, ao puxar a rede e nada ou quase nada vir de pescado, ouvimos o pescador dizer: “É a gente num colocou nada aí, então tá bom o que veio, é lucro”.

gráfico que se segue:

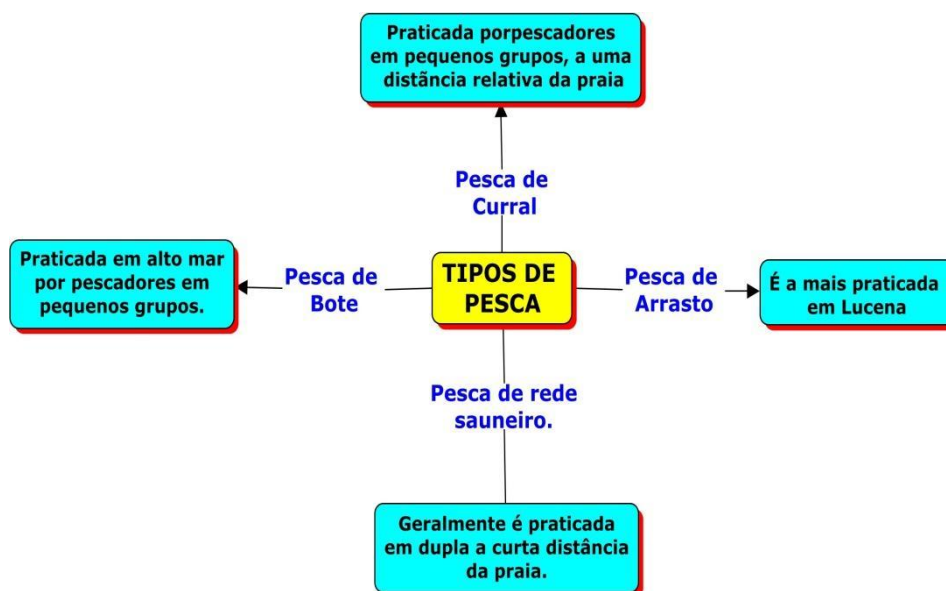


Figura 28 - Demonstrativo dos tipos de pesca praticados em Lucena-Pb

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Com exceção da pesca de bote que ocorre em águas mais profundas, distante da costa, as demais são realizadas praticamente no mesmo lugar, a uma pequena distância de uma para outra. No caso da pesca de arrasto, os pescadores demonstram perícia e conhecimento de tal prática, no manuseio das cordas que fazem a amarração da rede e permitem que ela seja controlada, evitando algum eventual problema, uma vez que as redes são entrelaçadas umas sobre as outras, tamanha é a proximidade delas.

É um trabalho de tradição artesanal, considerado por Silva (2012) como uma atividade que estabelece uma harmonia com os recursos naturais e resiste aos modos de produção capitalista. Assim sendo, apresenta-se a seguir uma descrição mais detalhada de cada tipo.

a) Pesca de Arrasto ou Arrastão de praia

A pesca de arrasto é um ritual, que envolve além dos pescadores, suas famílias (mulher e filhos), e outras pessoas da comunidade (**Figura 29**), além de turistas e visitantes,

que se unem para ajudar a puxar a rede e a catar o lance¹⁶, quando ela é totalmente retirada do mar. Para quem observar pela primeira vez, é difícil entender a forma como se organizam os pescadores nessa atividade, não só em relação ao trabalho, mas também, sobre a partilha do pescado que é feita ao final da pescaria, ainda na praia.

Assim que a rede sai do mar, não se percebe nessa hora, uma voz de comando ordenando aos pescadores suas atribuições. Eles sabem o que devem fazer e se dividem nas diferentes tarefas que precede essa etapa. Enquanto uns se ocupam de catar o lance, separando em cestos, o peixe do camarão, outros vão reorganizando a rede e as cordas na jangada para novamente lançá-las ao mar para uma segunda pescaria.

Após a rede ser colocada na jangada, dois pescadores adentram ao mar para soltá-la na água na medida em que a jangada vai sendo levada mar adentro. Os que ficam em terra, se preparam para iniciar o arrasto, logo que a jangada retorne com a outra ponta da corda, começando assim, o ritual que só se encerra quando a rede está totalmente fora da água.

Esse é um dos tipos de pesca mais praticados na cidade de Lucena, mesmo sendo considerado um dos mais prejudiciais ao meio ambiente aquático e à biodiversidade (DIAS NETO, 2002). Na pesca de arrasto não há como selecionar o tipo de pescado, nem o tamanho dos itens, conforme recomenda a legislação ambiental. Além do camarão, a rede traz uma fauna acompanhante¹⁷ diversificada e por isso é considerada uma pesca predatória.

¹⁶ A prática chamada de “catar o lance” corresponde à atividade de separar o tipo de pescado capturado. Geralmente corresponde a camarão do tipo “espigudo e branco” e peixes de pequeno porte e baixo valor de comercialização tipo: espada, buchuda, coró, sardinha branca e sardinha azul. Ao pescador, interessa o camarão pelo valor de comercialização, sobretudo o branco que chega a ser vendido na alta estação, ao preço de R\$ 50,00 o quilo. O peixe em geral, os maiores são divididos entre os pescadores da rede e os menores, distribuídos às pessoas que estão ao redor (curiosos e os que catam o lance).

¹⁷Na pesca, é considerada fauna acompanhante, as espécies que não são objetivo da pesca. Por exemplo, na pesca de arrasto o objetivo é a captura do camarão branco e do camarão espigudo, no entanto, quando a rede é retirada do mar, registra-se a presença de peixes de várias espécies e tamanhos, siri, lulas além da vegetação marinha. Essa captura é chamada captura acessória, que ocorre de modo acidental ou incidental, ou ainda colateral. (DIAS NETO, 2002).



Figura 29 - Familiares dos pescadores/pessoas da comunidade
Fonte: Dados da pesquisa, 2016

O arrasto de praia é uma arte de pesca muito utilizada na captura do camarão nas praias do litoral brasileiro, com uso mais acentuado na região nordeste. Essas redes (**Figura 30**) não possuem um tamanho padrão, podendo variar de 100 (cem) a 600 (seiscentos) metros (GAMBA, 1994). O número de rede de arrasto em atividade na praia de Lucena aproxima-se em média entre 20 e 25 (quarenta) arrastos (Informação verbal¹⁸).

Segundo um informante, essa imprecisão na informação, pode ser justificada pela migração de muitos pescadores para outras atividades de trabalho com melhor rentabilidade. Quando isso acontece, eles ou vendem seus equipamentos de pesca a outros pescadores, ou deixam guardados, fora de circulação para talvez um uso futuro. Assim, não se pode afirmar com exatidão o número de arrastos em atividade permanente.



Figura 30 - Equipamentos utilizados na pesca de arrasto
Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Nos primeiros dias de observação, aproveitando a baixa da maré, utilizou-se uma

¹⁸ Essa informação foi dada pelo vice-presidente da Colônia de pescadores “Benjamin Constant Z-5”.

bicicleta para deslocamento, percorrendo a beira mar para chegar ao local onde havia redes de arrasto em atividade (**Figura 31**). Iniciou-se sempre pela direção norte, encontrando-se no primeiro dia 3 (três) redes pescando. Durante o tempo de observação, essas redes permaneceram pescando na mesma direção, variando apenas o local.

Voltando na direção sul, registrou-se a presença de mais 5 (cinco) redes de arrasto e, como as outras redes, essas também mantiveram sua direção, alternando apenas local a uma pequena distância de uma pra outra. Em todas elas havia sempre a presença de muitas pessoas, inclusive crianças e mulheres. Permanecendo no local até o fim do trabalho dos pescadores e nesse tempo, ouvindo as conversas, percebeu-se que muitas daquelas pessoas que ali estavam são moradores da zona rural que vêm a praia para ajudar, em troca do peixe que pode ser levado para casa. Pelo modo com que se relacionam com os pescadores, acredita-se que essa seja uma prática comum, já que todos demonstraram haver ali, uma relação de amizade antiga.



Figura 31 - Concentração de redes de arrasto na praia de Lucena-Pb

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Ao observar a pesca de arrasto, tem-se a impressão de que se trata de uma ação desordenada, para a qual não há nenhuma regra a ser seguida e que regule a ação dos sujeitos naquele espaço. No entanto, não é assim que funciona e, todos têm uma função a desempenhar no ritual. Embora não haja uma delimitação visível, os espaços onde atuam as artes de pesca possuem uma territorialidade e as fronteiras invisíveis traçadas são respeitadas. (MALDONADO, 1994).

Várias espécies marinhas são trazidas a cada lance e, acabam sendo deixadas pelos pescadores, à beira mar, por não terem valor comercial. Consequentemente, isso causa um grande impacto ao meio ambiente comprometendo o futuro da pesca na localidade. Essa ação,

associada a outros fatores, prejudicam o desenvolvimento das espécies e manutenção da atividade por mais tempo. Conforme dizem Miller, Rial e Dias Neto (2016, p. 7):

Mais do que um trabalho, a pesca é um ofício, que evoca tanto uma qualidade do sujeito – o domínio da arte da pesca – como seu pertencimento a uma filiação coletiva de transmissão de conhecimento, sua inclusão em um conjunto de regras e de hierarquias que devem ser respeitadas e regem as relações entre os grupos sociais que a praticam e seu meio ambiente.

As redes usadas na pesca de arrasto apresentam a mesma tipificação quanto ao material usado para sua confecção. Ao expressar o tamanho de uma rede, o pescador considera o pano de rede¹⁹ e as cordas que fazem a amarração usada, para fazer a “puxada” na hora de retirar a rede do mar. Na confecção dessas redes, a tecnologia empregada é simples e artesanal, além das cordas, as redes possuem boias de flutuação em todo comprimento e uma boia maior ao centro e dois calões²⁰, sendo um em cada extremidade, que servem para dar sustentação à rede, na posição vertical, durante a pesca. Em geral, o pescador contrata outro pescador com habilidade e conhecimento para fazer o “entalhe da rede”²¹ (**Figura 32**).



Figura 32 - Pescador fazendo entalhe de redes de pesca

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

¹⁹ O pano de rede corresponde ao nylon mono ou multifilamento, também conhecida como tresmalho onde o pescado fica preso, no momento da captura. (Informação verbal, fornecida por um pescador).

²⁰ Calão é como são chamados os dois bastões de madeira que são colocados verticalmente nas extremidades da rede, para permitir que ela se mantenha aberta durante a sua utilização na pesca de arrasto. (Informação verbal, fornecida por um pescador).

²¹ Entalhar a rede significa fazer as costuras nas emendas e colocar as boias de flutuação na distância certa, uma da outra. (Informação verbal, fornecida por um pescador).

É importante ressaltar que no mar, não existe uma demarcação de territorialidade, então é comum se encontrar num mesmo lugar várias redes sendo lançadas (**Figura 33**), como também, pessoas que praticam a pesca esportiva com outros tipos de arte de pesca. Nesses casos, a ocorrência de problemas na hora da pesca, vai depender da habilidade do pescador e do conhecimento que ele tem do mar.



Figura 33 - Redes para serem lançadas ao mar

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Também chamou a atenção, a presença de adolescentes e crianças nessas redes na condição de “pescador da rede”²², muito embora, este não seja pescador devidamente registrado e não se reconheça como pescador. Todas as vezes que se esteve nas redes, encontraram-se jovens com idades entre 14 (quatorze) e 17 (dezessete) anos (**Figura 34**) nesta condição. Ao se perguntar se trabalhavam na pesca há muito tempo, a resposta era a mesma ou quase sempre muito parecida uma, com a outra: “*eu num não sou pescador não, eu estudo. Só venho pra rede pra num ficar em casa sem fazer nada*”. Mesmo não sendo objeto da pesquisa, procurou-se conversar de maneira informal com alguns desses jovens, para saber o que eles sabem sobre a pesca artesanal e as consequências dessa atividade, sobretudo, em relação à saúde, uma vez que, é uma atividade manual que exige do praticante muita força e

²² É considerado “pescador da rede” aquela pessoa que o dono da rede contrata para ser puxador da rede. Ele integra o grupo de pescadores da rede e tem ganho financeiro igual aos demais, mesmo que não tenha registro como pescador.

resistência e uso constante de determinados equipamentos, podendo ser prejudicial, também, ao pescador experiente.

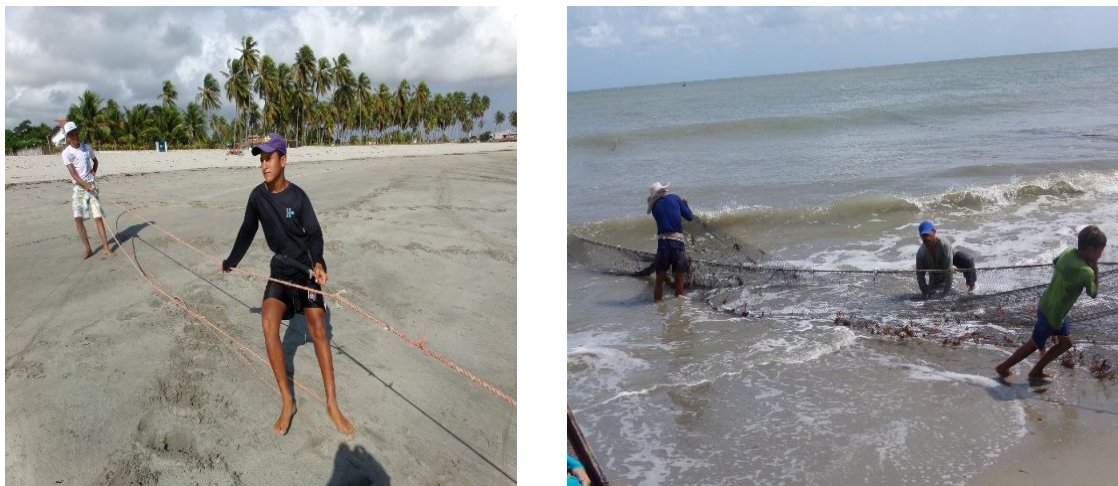


Figura 34 - Adolescentes pescando na rede de arrasto.
Fonte: Dados da pesquisa, 2016

A falta de informação é um grande problema para os pescadores. A atividade da pesca como qualquer outra atividade profissional tem seus riscos e suas consequências. O pescador, precisa ter conhecimento disso e ser orientado quanto ao uso correto de seus equipamentos, para não colocar sua vida em risco. O uso incorreto da puxadeira²³ (**Figura 35**) é um exemplo muito fácil de ser encontrados na praia de Lucena.



²³ A puxadeira é um instrumento de pano usado na cintura pelo pescador e confeccionado por ele. Consiste numa cinta feita em tecido grosso, do tipo lona, com alças nas extremidades, onde são passadas e amarradas as cordas que dão sustentação à rede. Essa é uma definição da pesquisadora feita a partir das informações dada por pescadores no campo da pesquisa.

Figura 35 - Localização da puxadeira no corpo do pescador

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Em geral, os pescadores utilizam esse equipamento na cintura, na hora de iniciar a puxada da rede, numa posição que concentra da altura dos rins, todo o peso que está sendo puxado. No entanto o uso correto seria na altura dos quadris, como informado por alguns pescadores, que demonstraram preocupação, sobretudo, em relação aos mais novos, iniciantes nesta atividade, sem nenhuma orientação.

A pesca de arrasto ou arrastão de praia como também é conhecida é uma atividade muito comum na Região Nordeste. A tradição tem permitido a manutenção dessa prática nas comunidades de pescadores onde o conhecimento é transmitido aos mais novos através das práticas diárias. Apesar de ser um trabalho árduo, muitos pescadores enxergam nessa atividade uma oportunidade de obter uma fonte de renda que lhes permita manter suas famílias. A **Figura 36** mostra a estrutura desse tipo de pesca.



Figura 36 - Estrutura da pesca de arrasto

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

b) Pesca de Curral

A pesca de curral compreende a utilização de armadilhas marinhas conhecidas como

“curral”, empregadas por habitantes de comunidades das áreas costeiras para retirar do mar, o alimento para a satisfação de suas necessidades. (NASCIMENTO, 2012). É uma pesca artesanal praticada há muito tempo. Esse tipo de pesca ocorre em várias regiões do Brasil e do mundo e pode ser utilizada pelos pescadores, tanto no mar quanto nos rios. A origem desse tipo de pesca ainda é indefinida e alguns autores atribuem sua origem aos índios, enquanto outros dão o crédito aos portugueses. (NASCIMENTO, 2012).

O curral (**Figura 37**) é uma estrutura fixa feita de madeira em formato “varas”, presas uma a outra com arames e implantadas no solo com profundidade variando conforme a maré. A estrutura é fixada formando um desenho que varia em suas formas, altura, largura e comprimento. Existem na literatura sobre pesca, dois tipos básicos diferentes de currais: o curral maranhense chamado de “boca para riba” e o curral cearense, chamado de “atravessado”. (PIORSK; SERPA; NUNES, 2009).



Figura 37 - Curral na praia de Lucena-Pb
Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Em Lucena existem apenas 2 (dois) currais em atividade, com mesmo formato do tipo conhecido como “furtado”, razão pela qual não houve um critério de escolha e seleção para a pesquisa. Um deles, conhecido como curral “canto de fora”, tem 7 (sete) metros de profundidade com a maré cheia e 4 (quatro) metros de profundidade em maré baixa.

O outro, conhecido como curral “João Pereira”, tem 4 (quatro) metros na maré cheia e 1,5 (um e meio) metro na maré baixa. Ambos estão localizados a uma distância de 3 (três) quilômetros da praia e ficam em funcionamento no período de setembro a março, sendo retirados no mês de abril quando permanecem desativados até setembro do ano seguinte.

Na visita de campo feita nos currais, percebeu-se que os currais de Lucena, seguem o modelo cearense, com algumas divisões. São compartimentos chamados pelos pescadores de “chiqueiro”, “salas” e “espias”, as quais servem para confundir o peixe, que ao entrar, não consegue mais encontrar o caminho de volta e acaba sendo capturado na hora que o pescador chega para praticar a pesca.

A dimensão de cada um desses compartimentos pode variar de acordo com a área onde está instalado o curral. Apresenta-se na **Figura 38** uma descrição dessa modalidade de pesca, tão comum na região.

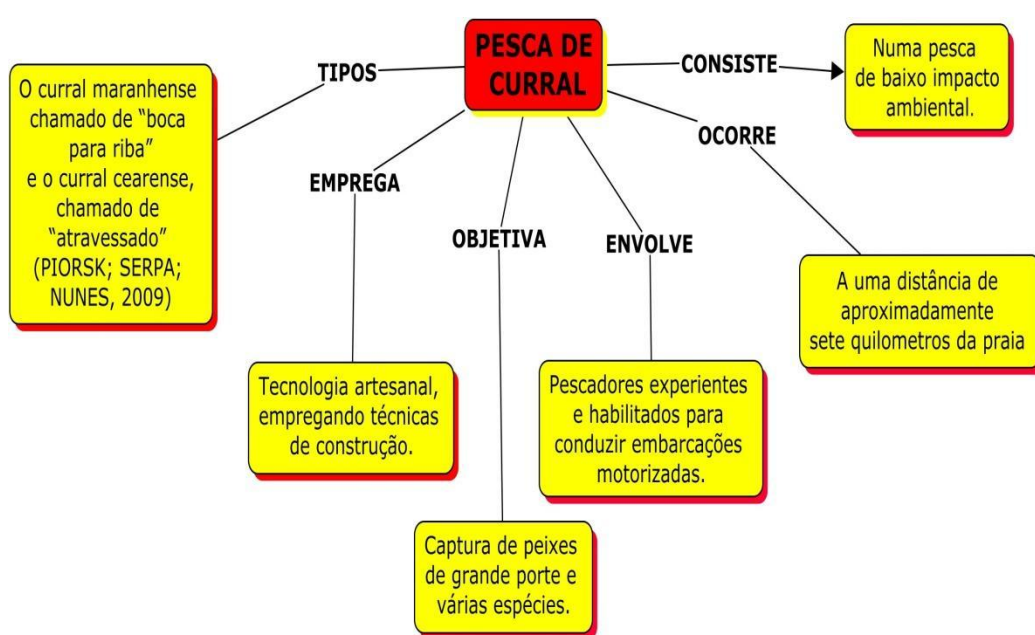


Figura 38 - Descrição da pesca de curral

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Em cada curral são cadastrados de 3 (três) a 4 (quatro) pescadores, que dividem as atividades de embarque das redes, comando da embarcação, pesca e desembarque do pescado. Essa é uma modalidade de pesca que exige do pescador um conhecimento que vai além da pesca, pois, utiliza técnicas da engenharia para fazer a perfuração das rochas que formam os recifes, onde serão colocadas as estacas de madeira, que dão sustentação às telas que cercam toda a extensão do curral.

Na instalação dos currais, os pescadores procuram utilizar um tipo de madeira mais resistente, na perspectiva de que não seja necessária uma reposição de madeira no curral, antes do tempo previsto, que é sempre ao final de cada período de pesca correspondente ao

verão.

c) Pesca de Rede de Sauneiro ou Rede de espera

A pesca de rede de sauneiro ou rede de espera (**Figura 39**) é um tipo de pesca que acontece diariamente a pouca distância da praia, independente da maré e dura em média, 6 (seis) a 8 (Oito) horas por dia. Os pescadores vão ao mar em dupla, sempre com o mesmo companheiro, com quem divide o lucro ao final da semana. Eles utilizam uma embarcação tipo canoa (**Figura 40**) que pode navegar tanto por propulsão a vela como também a motor.

No entanto, é cada vez mais comum se encontrar pescadores utilizando o motor movido a óleo diesel nessas embarcações. Mesmo com essa adequação, alguns pescadores ainda mantêm o sistema de propulsão a vela, pois, consideram a possibilidade de sempre haver uma falha mecânica, podendo eles, vir a ficar à deriva no mar. Assim, entendem que precisam estar preparados também para esse tipo de imprevisto.

Dependendo das condições de captura, os pescadores voltam no período da tarde ou durante a noite, aproveitando bem a oportunidade de realizar uma boa pesca e ter bons lucros. Quando as condições não favorecem, eles costumam apenas colocar as redes e retirá-las no dia seguinte.

Conforme Moura (2005) existem dois tipos de rede para essa prática: a rede do tipo “sauneiro laço”, usada no verão e a rede do tipo “sauneiro médio”, usada no inverno, com mais frequência. Em geral, essas redes são confeccionadas pelos próprios pescadores com tamanho variando entre 100 (cem) e 200 (duzentos) metros. São redes de malha fina, específicas para determinadas espécies de peixe, como a tainha e a sauna, de onde se origina o nome da pesca, e também para a captura de camarão branco.



Figura 39 - Pescadores praticando a pesca em Rede de Sauneiro em Lucena-Pb.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016



Figura 40 - Embarcações usadas na pesca de Rede Sauneiro

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Segundo informações fornecidas pela Colônia de pescadores, atualmente, na praia de Lucena há entre 20 (vinte) e 30 (trinta) embarcações cadastradas nesse tipo de pesca. Considerando que em cada uma, trabalhe dois pescadores, tem-se um número de pescadores nessa modalidade variando entre 40 (quarenta) e 60 (sessenta) pescadores. Como as demais modalidades de pesca que ocorrem em Lucena, essa também tem características e particularidades, como mostra a **Figura 41**.

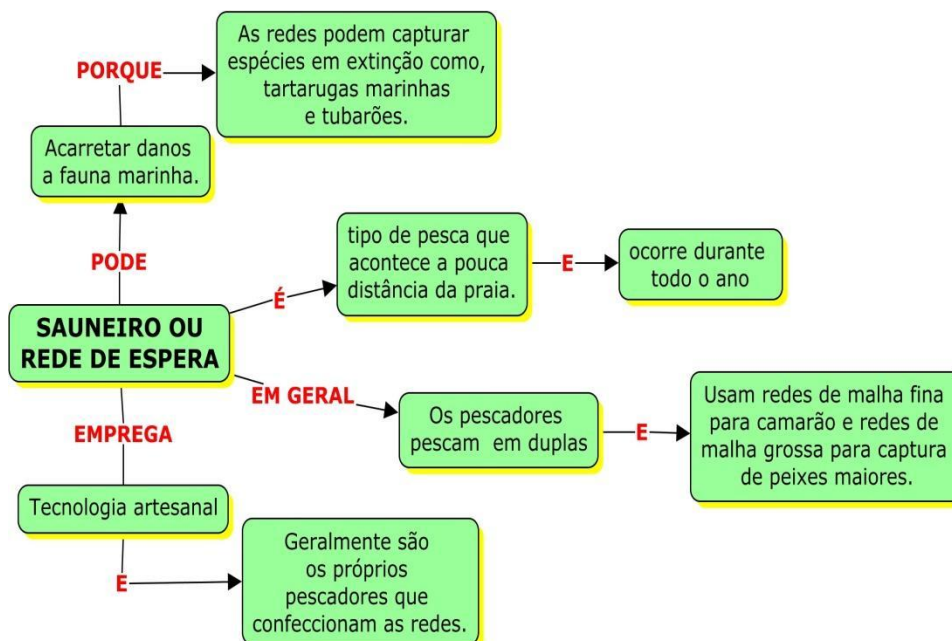


Figura 41 - Estrutura da pesca em rede sauneiro/rede de espera

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

d) Pesca de Bote

Esse tipo de pesca acontece em alto mar, por pescadores que utilizam como arte de pesca, a rede de malha fina para a captura peixes de grande porte com alto valor comercial. Em geral, os pescadores que praticam essa modalidade de pesca são guiados por um mestre que, tanto pode ser o próprio dono da embarcação ou, um pescador mais experiente, que responde pela embarcação e por toda atividade que ocorre no barco. A embarcação utilizada nesse tipo de pesca é um barco a motor (**Figura 42**), com capacidade variando de acordo com o tamanho da embarcação, e com uma tripulação que pode variar entre 3 (três) e 5 (cinco) pescadores embarcados.



Figura 42 - Botes pesqueiros na praia de Lucena-Pb

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

É uma pesca considerada de risco, porque os pescadores vão a áreas de grandes profundidades em busca do peixe com maior tamanho e qualidade comercial, com isso, eles não apenas se expõem aos perigos impostos pela própria natureza, como tempestades e altas ondas, como também, correm o risco de serem atropelados por navios, uma vez que as áreas de águas profundas se configuram como rota de navegação de tais embarcações. A respeito do risco, ouviu-se o seguinte relato:

“o navio passa por cima mesmo, eles vem carregado com aquelas caixas (containers), e de noite a maioria dele tá no piloto automático. Uma vez eu passei por uma situação dessa. Eu tava pescando muito longe e um pouco afastado de mim, do outro lado, tinha um bote de Cabedelo, que é até do filho de um conhecido meu. Eu tava distraído com a pesca que tava boa e num me dei conta do navio. Quando eu vi, o bichão já vinha em cima, eu fiquei doidinho, o menino que tava comigo ia pular no mar, quando eu consegui ligar o bote e sair, mas ele passou tão perto que a onda que o bicho fez, quase vira a gente. O

medo foi grande. O menino de Cabedelo veio até onde a gente tava, porque ele ficou preocupado. Nesse dia eu disse pro meu colega: isso é um aviso, pra gente ir mais pra terra, viemos simhora”. (P.14).

Em geral, os pescadores nessa modalidade passam entre três e cinco dias no mar, em condições precárias de acomodação, numa embarcação sem nenhum sistema de navegação, prevalecendo o conhecimento empírico construído ao longo da vida no exercício da profissão. As embarcações visitadas em Lucena não possuem equipamentos de navegação, tipo sonar, GPS ou sondas de navegação, nem mesmo cartas náuticas com marcações da costa litorânea de Lucena.

Os pescadores entrevistados demonstraram conhecer essas tecnologias, contudo, justificaram a ausência delas nas embarcações, alegando que não têm poder aquisitivo para adquirir tais equipamentos. Assim, utilizam o conhecimento adquirido empiricamente, e orientam a navegação durante a noite, se guiando pelas estrelas, como informado por um dos entrevistados, “*eu sei onde a gente tá, pelo cruzeiro do sul. Eu vejo pra que lado ele tá, e faço minha marcação e dá certinho, pode acreditar*”. (P26).

Os riscos desse tipo de pesca vão além do que a natureza pode ocasionar. Sem esses equipamentos, os pescadores têm dificuldades para evitar situações de risco e criam estratégias no sentido de evitar acidentes, como retrata essa fala: “*sempre fica um pescador acordado, ligado no barulho dos navios, mas eles são cada vez mais silenciosos*”. (P.26). Um demonstrativo dessa atividade pode ser visto na **Figura 43**.

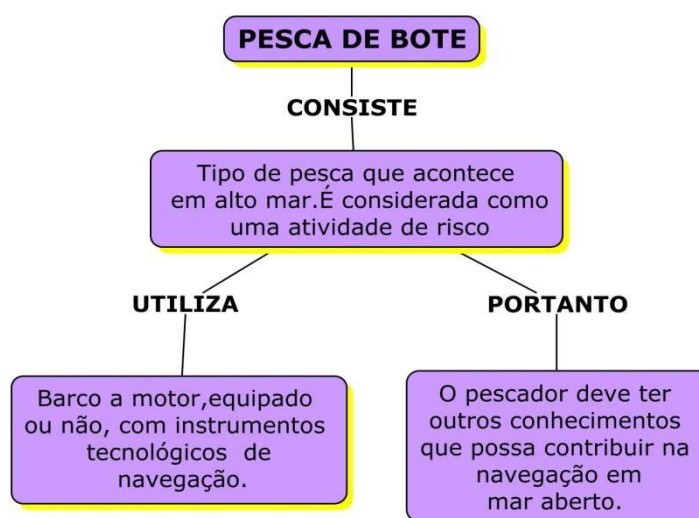


Figura 43 - Demonstrativo da pesca de bote

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

4.4 CAMINHANDO ENTRE TERRA E MAR: delimitação do campo da pesquisa

Essa pesquisa transitou entre dois campos: o primeiro, a praia, local onde acontece a pesca e onde os pescadores criam suas relações profissionais e fortalecem os laços de amizade. O segundo, a Colônia de Pesca, instituição que representa essa categoria de trabalhadores perante a sociedade. Iniciou-se essa parte da pesquisa fazendo a marcação da área de atuação na praia, estabelecendo as fronteiras do campo aonde a pesquisa se efetivaria.

Atentar para essa delimitação foi importante porque deu a noção exata do esforço que seria necessário para alcançar os objetivos. A partir daí, pôde-se também organizar toda a dinâmica de trabalho no campo de forma que tudo transcorresse em conformidade com o tempo planejado.

Para definir o campo da pesquisa em relação à área de praia objeto do estudo, foi necessário dar um recorte considerando a geografia local e a organização da pesca em águas oceânicas na localidade. É importante destacar essa especificação, “águas oceânicas”, porque no município há outra atividade no segmento da pesca considerada de água doce, que é a aquicultura, desempenhada por pescadores artesanais na área rural, bem como, porque, a pesquisa se reporta apenas aos pescadores artesanais marítimos.

A escolha de pesquisar a realidade informacional desses pescadores deu-se em razão do conhecimento prévio que a pesquisadora tinha sobre essa categoria e pelo fato de que, já se vinha propiciando uma ajuda informal para alguns deles a ter acesso às informações necessárias para sua atividade.

A área territorial litorânea do município de Lucena compreende uma faixa de praia com extensão de 15 (quinze) quilômetros (km), iniciando na praia de Costinha e seguindo até a praia de Bonsucesso (**Figura 44**). Em toda essa extensão registra-se a presença de pescadores atuando nas modalidades de pesca especificadas anteriormente. No entanto, não era objetivo dessa pesquisa atuar em todo litoral do município, por isso foi necessário, dar um recorte para delimitar a área de atuação.

Nesse sentido, o recorte dado levou em conta o aglomerado urbano local, por se entender que é nesse espaço que se concentram as relações sociais e comerciais estabelecidas pelos pescadores. Percebeu-se que desse modo se teria mais e melhores condições de acompanhar a rotina dos sujeitos objetos do estudo atentando para detalhes e informações (verbal e visual) que traria mais clareza ao fenômeno a ser investigado.



Figura 44 - Faixa litorânea do município de Lucena-Pb

Fonte: PGI – Plano de Gestão Integrada- Lucena-Pb.

Assim sendo, essa faixa litorânea que se constituiu o campo da pesquisa (**Figura 45**), correspondeu a uma extensão de 4 (quatro) quilômetros (km) começando na praia fluvial do Holandês, também conhecida por Pontinha, e terminando na praia de Camaçari.

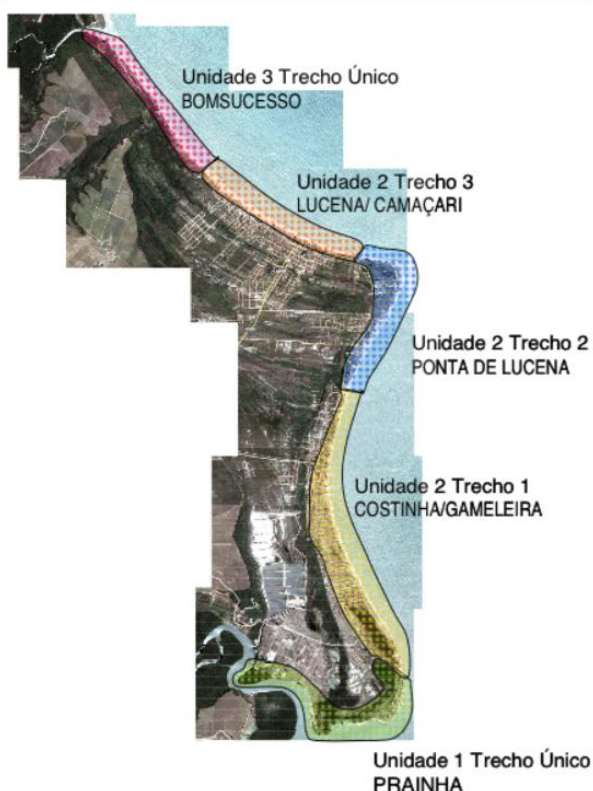


Figura 45 - Mapa da área de concentração da pesquisa

Fonte: Plano de Gestão Integrada da Orla de Lucena

Na área urbana está localizado o mercado público municipal, onde ocorre a comercialização do pescado e que se configura como um ponto de encontro de muitos pescadores, bem como, a Colônia de Pescadores “Benjamin Constant Z5”, que também integra o *corpus* investigado na pesquisa.

Nesse percurso, a concentração de pescadores é maior no trecho que fica entre a praia de Pontinha e o ponto conhecido como Tamarineira, onde, também, registrou-se um aglomerado de caiçaras (**Figura 46**), que os pescadores utilizam para guardar suas embarcações e seus equipamentos de pesca. Essas caiçaras também representam um lugar de encontro dos pescadores que costumam se reunir durante à tarde para trabalhar nas redes, ou apenas conversar.



Figura 46 - Caiçaras dos pescadores na praia de Lucena-Pb
Fonte: Dados da pesquisa, 2016

4.4.1 Colônia de Pescadores “Benjamin Constant Z5”

Antes de se iniciar a descrição do campo de pesquisa, considerou-se importante contextualizar historicamente, o surgimento dessas organizações no cenário brasileiro. A criação das colônias de pescadores foi uma iniciativa do Estado no começo do século XX, e coube a Marinha do Brasil a responsabilidade de estruturar sua criação, sendo a primeira colônia de pescadores criada em 1919 na cidade de Belém, no Estado do Pará. (MORAES, 2009).

Havia uma preocupação do Estado em proteger a costa litorânea do país, em razão do momento vivido, que era de conflito mundial. Os pescadores foram reconhecidos como “aqueles que melhor conheciam os segredos dos rios e mares” e, por isso, foram chamados a colaborar com o projeto. Nesse sentido, uma missão foi organizada pela marinha de guerra com o propósito de percorrer todo litoral brasileiro, mapeando as comunidades de pescadores e organizando essa classe de trabalhadores em regime de colônia. (MORAES, 2009),

Conforme Amorim (2014, p. 32):

De 1919 a 1924, o cruzador da Marinha realizou viagem pela costa do Brasil e em cada local que aportava a tripulação, composta inclusive de médicos e dentistas, atendia a população litorânea e promovia registro e criação de Colônias de Pescadores com a finalidade de representar e defender direitos e interesses de seus associados.

Deve-se a essa missão, a divisão dos rios e do litoral brasileiro, em zonas de pesca, considerando o distanciamento de cada área e a quantidade de pescadores que havia em cada uma. Assim sendo, nas áreas com até 200 (duzentos) pescadores criava-se uma colônia de pescadores e esta, além do nome recebia em seguida a letra “Z” e o número que correspondia uma sequência na medida em que elas fossem sendo criadas. Essa referência permanece até os dias atuais e os Estados seguem tal orientação.

Para manter uma relação de parceria com os pescadores, o Estado mostrou comportamento “paternalista e assistencialista”, caracterizado pela doação de redes e prestação de serviços de saúde aos pescadores e seus familiares. (MORAES, 2009). Ao longo do tempo, muitas mudanças legislativas ocorreram no âmbito da pesca, sobretudo, em relação à competência e gerência das Colônias de pesca, às adequações ambientais e a gestão de recursos pesqueiros, o que exige dos pescadores e das Colônias de Pescadores, uma adaptação e adequação constante aos aportes técnicos e tecnológicos que são instituídos pelo setor, como

se mostra no **Quadro 5**.

Período/Instrumento legal	Determinação
Década de 1920	Criação da Confederação dos Pescadores do Brasil e os Estatutos das Colônias em forma padronizada, pela marinha, através do documento nº 194 (CPP, 1984).
Decreto nº 16.183/23	Subordinação das Colônias de Pesca a Diretoria da pesca a ser criada. Ao Diretor desta nova entidade governamental competia, de maneira expressa, a fiscalização minuciosa do funcionamento das Confederações e Colônias, ficando a administração desta a cargo do Ministro da Marinha.
Decreto nº 23.134/33	Criação da <i>Divisão de Caça e Pesca</i> cujo objetivo seria gerenciar a pesca no país. Os pescadores deixaram de estar subordinados ao Ministério da Marinha e passaram para controle do Ministério da Agricultura que em 1934 cria o Código de Pesca.
Em 1941	As Colônias de Pescadores passam a ser reconhecidas como associações civis, e não mais, agrupamentos. No entanto, isso não representa uma mudança efetiva na situação da categoria. Os pescadores continuam sob a tutela da Marinha que mantém o controle e gestão da Confederação Geral dos Pescadores. Criação das Federações Estaduais de Pesca, pela Marinha que, segundo a CPP (1984, p. 7) tinham a missão de “subordinar as Colônias, numa missa muito mais fiscalizadora e repressiva”.
Decreto-Lei nº 4.890/42	Transferência da subordinação dos pescadores do Ministério da Agricultura para o Ministério da Marinha
Década de 1960	Criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, sendo extinta a Divisão de Caça e Pesca. O novo órgão teve como finalidade a promoção, desenvolvimento e fiscalização da pesca.
Decreto nº 22/67	Com o golpe militar (1964), as relações entre o Estado e os movimentos sociais, de um modo geral, foram cortadas culminando com fechamento dos sindicatos. O novo Código de pesca foi instituído, em pleno AI-5 do regime militar, estabelecendo as normas para o exercício da atividade da pesca.
Portaria nº 471/73 do Ministério da Agricultura	Retorno da organização dos pescadores para a tutela do Ministério da Agricultura, que instituiu um novo estatuto para as colônias de pescadores.
Em 1985	A Confederação Nacional de Pescadores convoca todas as Federações Estaduais, a realizar assembleias, para eleger delegados para compor um grupo que veio a denominar-se de “Movimento Constituinte da Pesca”.
Em 1988	As colônias foram equiparadas, em seus direitos sociais, aos sindicatos de trabalhadores rurais. Abriam-se possibilidades das colônias elaborarem seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus municípios.

Quadro 5 - Regulamentação das Colônias de Pesca no Brasil

Fonte: Adaptado de Moraes (2009)

Como as demais Colônias de Pescadores criadas no território brasileiro, a Colônia “Benjamin Constant Z5”, também, foi fundada por iniciativa da Marinha de Guerra, no ano

de 1924, ficando a cargo da Capitania dos Portos da Paraíba, sua delimitação costeira. A cidade de Lucena tem uma situação atípica em relação às Colônias de Pescadores. Existem no município duas Colônias: a Colônia de Pescadores “Benjamin Constant Z5”, objeto de estudo desta tese, e a Colônia de Pescadores “Antonio Felipe dos Santos Z19”, criada no ano, 2004 por um ex-integrante da diretoria da Colônia Z5, mas, somente, reconhecida oficialmente no ano de 2010.

A razão que levou a criação da segunda Colônia não é objeto deste estudo, no entanto, segundo relatos de alguns pescadores entrevistados, foram os constantes conflitos entre os membros da diretoria da Colônia Z5 que resultou na expulsão, aprovada em assembleia, de um membro diretor, como mostra os relatos que se seguem:

“Eu acompanhei a briga toda. Zélio queria mandar sozinho, parecia que a Colônia era dele. Olhe, se num fosse do jeito que ele queria, ele brigava com quem fosse, até conseguir fazer a coisa do jeito dele. Era um cabra bom, mas num sabia ouvir os outro. Ai, Antonio Carlos bateu de frente com ele e todo mundo ficou do lado de Antonio Carlos. Ele queria tanto ser o mandão de tudo, que mesmo sem poder, criou outra Colônia da mesma cidade. Tá vendo como é a coisa?”(P6).

“A verdade é que o cara da outra colônia tava metendo a mão no que era do pescador. Ele era muito esperto e se aproveitava disso. A gente se reuniu e tirou ele. Ele tinha uns amigo da política que fez um arrumadinho e ele criou a outra colônia e, é presidente pra vida toda e ainda é presidente da federação. Foi isso que aconteceu. Em cidade nenhuma da Paraíba e acho até do Brasil, num tem isso, só em Lucena (risos)”. (P14).

Como se pode observar, os conflitos fazem parte da vida dos pescadores e têm reflexos nas relações constituídas na comunidade. A política partidária é um ponto forte dos conflitos que ocorrem no grupo de pescadores e que acaba interferindo na sua relação com a Colônia.

A Colônia de Pescadores “Benjamin Constant Z-5” localiza-se no município de Lucena, litoral norte da Paraíba, sendo uma das mais antigas entidades de representação da categoria pesqueira no Estado da Paraíba e integra o grupo das primeiras Colônias de Pesca criadas no Brasil. Conforme seu estatuto, sua área de ação, além das praias citadas anteriormente, encampa as localidades rurais que compreendem: Fazenda da Guia, Outeiro de Miranda e a Estiva do Geraldo.

O corpo gestor é formado pelos seguintes membros: Presidente, Vice Presidente, Primeiro secretário, Tesoureiro e secretária. A duração do mandato da gestão é de 4 (quatro) anos e ao término de cada mandato nova eleição é marcada e os pescadores são chamados a escolher seus representantes, que, em geral, são pescadores da própria comunidade.

A Colônia é bem localizada e de fácil acesso e funciona para atendimento ao público de segunda à sexta feira, nos horários da manhã e tarde, com intervalo de 2 (duas) horas para o almoço. Seu prédio é próprio (**Figura 47**), porém apresenta uma estrutura pouco conservada que com alguma frequência, passa por reformas, como constatamos numa das vezes que visitamos a Colônia Z5.



Figura 47 - Colônia de Pescadores “Benjamin Constant Z5” na praia de Lucena-Pb
Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Em relação à infraestrutura, a Colônia “Benjamin Constant Z 5” vive uma realidade complicada, marcada pela ausência de bens e recursos provenientes de outras fontes, sendo a única fonte de renda da Colônia, a contribuição que os pescadores pagam mensalmente. Esse quadro, segundo informação do presidente, é resultado da má gestão dos administradores anteriores, que dilapidaram o patrimônio existente na Colônia.

“Aqui na Colônia tinha tudo, camara frigorifica, carro, frezers, geladeiras, computador, moveis e muitas coisas. Quando estourou aquele escândalo do defeso, você deve ter visto nos jornais que Lucena foi onde teve a maior fraude, desapareceu tudo e o que sobrou foi isso e o nome da Colônia que ficou sujo na Receita Federal. Assim a Colônia fica impedida de receber qualquer beneficio do governo”. (PG).

De acordo com informações do presidente, apesar das dificuldades a Colônia ajuda a muitos pescadores que procuram os serviços assistenciais ofertados. No entanto, conversando com os pescadores, percebeu-se um alto nível de insatisfação com a gestão. Ouviu-se ainda, muitas falas contrárias às afirmações do presidente da Colônia de pescadores. Como uma entidade de representação da categoria de pescadores ela é filiada à Federação dos Pescadores e Aquicultores da Paraíba (FEPESCA-PB) órgão maior de representatividade desse segmento no Estado da Paraíba. De acordo com a FEPESCA-PB, atualmente existem 54 (cinquenta e quatro) colônias de pescadores distribuídas em áreas do litoral ao sertão do estado.

No primeiro contato com os pescadores que integram o corpo gestor que responde pela administração da colônia, explicou-se com clareza a finalidade e os objetivos do presente estudo, expressando a intenção e necessidade de uma conversa posterior, mais detalhada sobre a dinâmica de funcionamento da Colônia. Nessa oportunidade, procurou-se de imediato, saber o número de pescadores registrados, pois era intenção retirar desse universo a amostra a ser pesquisada. No entanto, a resposta obtida mostrou que esse caminho não seria possível.

“Hoje nós temos 716 pessoas cadastradas entre homens e mulheres, mas eu lhe digo que pescando, pescando mesmo, é muito menos que isso. Muita gente que tem cadastro aqui, não vive mais da pesca, tem outra profissão, mas continua pagando a Colônia em dia para poder manter os benefícios e a gente não pode tirar o registro de ninguém. Então eu acho que esse cadastro nem vai adiantar pra você. Porque quem num pesca, num tá nem aí pra o que acontece, num é verdade?” (PG).

Diante desta fala, percebeu-se a necessidade de se fazer um cadastro próprio aos fins desejados no estudo. Era preciso saber quem realmente era pescador cadastrado na Colônia, porque são esses que têm mais interesse em obter informação frequentando a Colônia de Pesca com mais assiduidade. Uma informação relevante foi fornecida pelo presidente da colônia, o qual na qualidade de gestor ainda que saiba que alguém não atua mais como pescador, aquele não tem poderes para cancelar seu registro de ninguém, o que somente ocorre quando há uma fiscalização que comprove que a pessoa tem outra atividade profissional. A fiscalização é feita pelos órgãos que, na hierarquia de regulamentação da pesca estão acima da Colônia.

Pelas informações obtidas a Colônia de Pescadores “Benjamin Constant Z5” viveu

situações diversas nesse tempo de sua existência, no entanto, nunca tinha estado na condição em que se encontra, impossibilitada de operar junto aos órgãos governamentais em todas as esferas, municipal, estadual e federal. Sem o apoio dado pelo governo através dos incentivos financeiros, diminuem as possibilidades que os pescadores têm de melhorar suas condições de trabalho. Sem os recursos provenientes dessa fonte, eles quase não têm condições de melhorar seus equipamentos de trabalho e, conseqüentemente, limitam suas áreas de atuação no mar. Nesse sentido, cabe aos gestores, a responsabilidade de mudar tal realidade.

4.5 SELEÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA: do cadastro à escolha final

A seleção dos sujeitos para esta pesquisa foi uma etapa que exigiu da pesquisadora uma maior dedicação. Sobre essa etapa, Duarte (2002) considera ser uma das mais importantes da pesquisa e uma das primeiras a ser realizada, porque os sujeitos selecionados darão as informações relevantes, as quais, a partir da análise, vão dar sustentação consistente ao problema da pesquisa.

Criou-se então um cadastro próprio para identificar os pescadores em atividade, que se mostrou uma premissa importante à condução desta pesquisa, sobretudo, porque se buscava informações que revelassem a realidade dos sujeitos naquela localidade, uma vez que, o cadastro existente na Colônia de Pescadores não atendia aos requisitos de caracterização ou o perfil socioeconômico dos pescadores.

De modo sistemático, imprimiu-se uma dinâmica de trabalho para esse momento que privilegiou inicialmente, a interação com os pescadores, intensificando o processo de observação de segunda à sexta-feira, obedecendo ao ritmo de trabalho dos pescadores, que reservam o sábado e o domingo para atividades de lazer e descanso. Havia chegado a hora de iniciar o cadastro, começando pelos pescadores de rede de arrasto, informando a intenção da pesquisa, pois, conforme Cruz Neto (1994, p. 55), “[...] os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo”.

Essa escolha levou em consideração o fato de que os pescadores de arrasto são mais assíduos à praia, diariamente, com redes na praia em atividades. Embora seja a natureza que determina as condições para a pesca, a jornada de trabalho do pescador começa todos os dias, antes do sol raiar. Ainda é madrugada quando eles começam a chegar à praia para organizar o

dia de trabalho, colocando a rede sobre a jangada e separando as cordas enquanto esperam que a maré esteja no ponto ideal para iniciar a pesca. Essa jornada em geral, corresponde a oito horas de trabalho, podendo ser estendida ou encurtada. Tudo vai depender do resultado, cada vez que a rede é puxada para fora do mar.

Em 17 (dezesete) dias, realizou-se o cadastro de 85 (oitenta e cinco) pescadores, atendendo ao objetivo específico “a”, que consistia em mapear os pescadores em atividade na praia de Lucena. O próprio cadastro se configura como um mapeamento, uma vez que registra quem de fato exerce a atividade da pesca. Para melhor visualização do cadastro, apresenta-se os números no **Quadro 6**:

Tipo de pesca	Pescadores cadastrados
PESCA DE ARRASTO	57
PESCA DE REDE DE ESPERA	16
PESCA DE CURRAL	6
PESCA DE BOTE	6
TOTAL	85

Quadro 6 - Número de pescadores cadastrados pela pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Face ao número registrado e, levando em conta o tempo para conclusão da pesquisa, percebeu-se a necessidade de utilizar mecanismos metodológicos para reduzir o montante deixando-o em conformidade à condição da pesquisa. É importante o pesquisador ter essa consciência e procurar adequar suas intenções de pesquisa à delimitação temporal do trabalho, buscando sempre o melhor resultado, como foi a intenção.

Assim, estabelecer critérios para fazer a escolha dos sujeitos que efetivamente seriam partícipes da pesquisa foi o mecanismo metodológico utilizado. Os critérios de seleção dos informantes foram baseados nas técnicas qualitativas denominadas por Babbie (1999) de “seleção por conveniência e informantes-chave”.

Nesse sentido, considerou-se “informante-chave” aquele sujeito que tem conhecimento e informação sobre o objeto pesquisado e, nesse caso, não se poderia deixar de incluir no processo de escuta, os pescadores aposentados. Os indicadores para estabelecer os critérios levaram em conta a condição de regularidade do pescador junto à colônia de pescadores, sua posição na hierarquia da rede e o tempo de atuação na pesca. Desta forma, os principais critérios considerados foram:

- Ser pescador ativo e registrado nos órgão de regulamentação da pesca;

- Ter perfil de mestrança e maior tempo na atividade da pesca.

A sistemática adotada representou uma estratégia importante, para chegar aos informantes da pesquisa. O primeiro critério resultou em um número menor de sujeitos, isso porque é muito grande o número de pessoas que sobrevivem da pesca, sem a devida legalização, como é o caso de muitos adolescentes cadastrados. Registrou-se no cadastro a participação de adolescentes com idade entre 14 e 17 anos, exercendo a atividade como pescador, em diversas redes de arrasto, até porque, muitos acompanham o pai ou um irmão mais velho. Assim, com a aplicação do primeiro critério de eliminação reduziu-se o número de pescadores de forma considerável, como mostra o **Quadro 7**.

Tipo de pesca	Pescadores cadastrados	Pescadores excluídos	Pescadores aptos
PESCA DE ARRASTO	57	38	19
PESCA DE REDE DE ESPERA	16	4	12
PESCA DE CURRAL	6	2	4
PESCA DE BOTE	6	2	4
TOTAL	85	46	39

Quadro 7 - Demonstrativo do universo da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Assim, 39 (trinta e nove) pescadores representaram o universo de onde se extraiu a amostra. Esses são pescadores regularizados e, portanto, exercem o direito de reivindicar ações, junto à colônia de pescadores, o que não significa dizer que os demais não estejam atentos às ações empreendidas pela colônia de pescadores ou que não tenham interesse nas informações compartilhadas em benefício da categoria. Com a aplicação do segundo critério, chegou-se a uma amostra participativa de pescadores em atividade, que correspondeu a 14 (quatorze) pescadores, sendo 5 (cinco) da pesca de arrasto, 5 (cinco) da pesca de rede de espera, 2 (dois) da pesca de curral e 2 (dois) da pesca de bote.

A técnica da observação no campo da pesquisa permitiu identificar os pescadores aposentados que frequentavam as rodas de conversas nas caiçaras com uma frequência habitual e a escolha dos pescadores aposentados deu-se a partir deste critério. Nesse sentido, selecionou-se 3 (três) pescadores aposentados.

Quanto à participação de gestores, foram selecionados 3 (três) sujeitos que ocupam as funções de presidente, vice-presidente e primeiro secretário. A escolha se deu em razão da proximidade que esses sujeitos mantêm com os demais pescadores. Assim, chegou-se a um número final de 20 (vinte) informantes com o perfil mostrado no **Quadro 8**:

Informante / Pescador	Caracterização do perfil dos informantes
P1	Homem, 48 anos de idade, natural de Lucena, casado e pai de quatro filhos, começou a pescar com a idade de nove anos na rede que pertencia a seu pai. Não completou o primeiro grau e sua atividade de trabalho sempre foi a pesca. Participa da pesca de arrasto, com um dos filhos e é proprietário da rede.
P2	Homem, 56 anos de idade, está no seu segundo casamento, pai de seis filhos, natural do Rio Grande do Norte onde iniciou sua atividade na pesca ainda criança, ajudando aos pais. Mora em Lucena há 19 anos e trabalha na pesca de rede sauneira. Não completou o primeiro grau.
P3	Homem, 57 anos de idade, casado e pai de dois filhos, natural de Pernambuco, onde trabalhava como agricultor. Mudou-se para Lucena a 14 anos, a convite de uma irmã que já morava na cidade e foi levado para trabalhar na pesca pelo cunhado com quem trabalha na pesca de arrasto.
P4	Homem, 28 anos de idade, separado, com dois filhos. Natural de Lucena tem primeiro grau completo e também, esporadicamente, trabalha como pintor na construção civil. Atua na pesca arrasto.
P5	Homem, 53 anos de idade, casado, pai de seis filhos, natural de Lucena, pesca desde os dez anos de idade mesmo sendo filho de comerciante. Segundo ele, seu pai era um homem muito ruim e desde que ele e a irmã foram abandonados pela mãe, foi criado pela avó materna que era muito pobre. Relata que teve uma infância muito difícil, pois, pescava e estudava a noite, conseguindo completar o primário. Pescador de sauneira é proprietário das redes e da própria embarcação (jangada).
P6	Homem, 43 anos de idade, separado, cria sozinho um filho adolescente. Natural de Lucena, concluiu o ensino médio e tem conhecimento de gestão e administração. Trabalhou na empresa Coco do Vale, onde sofreu um acidente de trabalho que resultou na perda visão do olho esquerdo. Afastado da empresa sem aposentadoria, foi trabalhar na pesca de curral, onde é o pescador responsável por um dos currais existentes em Lucena.
P7	Homem, 30 anos de idade, solteiro, um filho, natural de Lucena. Desde a infância pesca com o pai, que também é pescador profissional. Segundo ele, o pouco que estudou foi obrigado pela mãe que era merendeira da escola. Sempre gostou de pescar de rede sauneiro e não tem outra profissão.
P8	Homem, 40 anos de idade, casado e pai de 3 filhos natural de Lucena, pesca desde a adolescência. Possui ensino médio completo e trabalhou na marinha mercante. Ao ser desligado da empresa, voltou para Lucena onde comprou um barco pesqueiro tipo Bote , e trabalha com mais dois outros pescadores.
P9	Homem, 55 anos de idade, casado, pai de 4 filhos, natural da cidade de Santa Rita. Estou pouco (semianalfabeto) porque teve que trabalhar logo cedo. Mora em Lucena há 22 anos e pesca de rede sauneiro.
P10	Homem, 54 anos de idade, casado e pai de duas filhas, que moram em Recife. Mora apenas ele e a esposa que sempre o acompanha na pesca. Concluiu o ensino médio, é natural de Pernambuco e pescador na rede de

	arrasto que é de sua propriedade.
P11	Homem, 29 anos de idade, solteiro, pai de um filho natural de Lucena. Mora com a mãe e a avó. Pescando em rede de arrasto, mantém ajuda a manter a casa. Parou de estudar na adolescência, quando começou a pescar com doze anos.
P12	Homem, 44 anos de idade, casado, natural de Lucena, e considera-se pescador desde que nasceu. Não estudou, tem quatro filhos e hoje, enfrenta um problema de saúde que tem comprometido em parte o seu trabalho na pesca de curral.
P13	Homem, 58 anos de idade casado, pai de quatro filhos, natural da Baía da Traição, veio morar em Lucena com dez anos de idade para ser companhia da avó, após o falecimento de seu avô. Ainda garoto, ajudava a sua avó na praia, onde ela ia pegar peixe e estudou pouco. Pesca de rede sauneiro de sua propriedade.
P14	Homem, 31anos de idade, natural da Baía da Traição, casado e pai de um filho, ensino médio completo, mora em Lucena a cinco anos, e trabalha na pesca de alto mar, num bote pesqueiro de propriedade de outro pescador.
PA15	Homem, 63 anos, casado e pai de seis filhos, natural da Barra de Mamanguape, veio morar em Lucena ainda criança acompanhando os pais. Considera-se pescador desde a infância, estudou pouco (semianalfabeto). Na pesca, trabalhou em rede de arrasto, rede de espera e também na pesca da Baleia, como funcionário da empresa COPESBRA.
PA16	Homem, 68 anos, casado, pai de três filhos, natural de Lucena, estudou até o primário (que corresponde hoje à primeira parte do ensino fundamental) e pesca desde os nove anos de idade. É um dos pescadores mais respeitados entre os pescadores e considera-se vitorioso em razão das situações difíceis que passou no mar quando era pescador.
PA17	Homem, 61 anos, casado pai de uma filha, natural de Pernambuco. Veio morar em Lucena com sete anos de idade, quando sua mãe faleceu e ele foi trazido pelo pai para ser criado pela tia. Em razão das dificuldades (pobreza) daquela época, estudou pouco (semianalfabeto) e logo foi trabalhar na pesca ajudando os tios e primos. Trabalhou na COPESBRA, por dez anos e quando a empresa fechou, voltou para a pesca de sauneiro.
PG18	Homem, 56 anos, divorciado, pai de três filhos, natural de Lucena, possui primeiro grau incompleto e não atua mais como pescador. É comerciante de pescado e integra a equipe de gestores da colônia de pesca na posição de Presidente. No pleito eleitoral de 2016, foi eleito para o cargo de vereador na cidade de Lucena, e será afastado definitivamente das atividades na colônia de pescadores.
PG19	Homem, 46 anos, casado, pai de dois filhos, natural de Lucena. Iniciou sua atividade na pesca com sete anos de idade, ajudando o pai e os irmãos, estudou só até a 4ª série. Trabalha na pesca de arrasto e é o proprietário da rede. No grupo gestor da colônia, ocupa o cargo de vice-presidente.
PG20	Homem, 48 anos de idade, casado, pai de dois filhos, natural de Lucena, semianalfabeto. Desde criança trabalha na pesca de arrasto e é proprietário da rede. É primeiro secretário da Colônia de Pescadores.

Quadro 8 - Perfil dos informantes da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Vale ressaltar que apesar de existir mulheres na comunidade cadastradas como pescadoras/marisqueiras, não se encontrou em realidade, nenhuma mulher participando da pesca. As mulheres encontradas na praia acompanhavam a pesca, fazendo parte do ritual como espectadoras e ajudantes voluntárias e não, como pescadoras, integrante de algum grupo dos tipos de pesca identificados. Em razão disso, elas não figuram na pesquisa como sujeitos participantes. No entanto, ouviu-se informalmente, muitos relatos feitos pelas mulheres que acompanhavam seus maridos na pesca.

4.6 COLETA DE DADOS



Figura 48 - Entrevista informal com sujeitos da pesquisa
Fonte: Dados da pesquisa, 2016

A coleta de dados foi realizada em dois momentos distintos: o primeiro momento se deu com a aplicação do cadastro com todos os pescadores em atividade na praia de Lucena, uma vez que o modelo de formulário que adotado requisitava diversas informações, assim, no mesmo momento que se cadastrava os pescadores, também se coletava informações para posterior análise; o segundo momento ocorreu com o processo de escuta dos sujeitos selecionados a partir deste cadastramento. No primeiro dia, chegou-se a praia às 05h00min (cinco) horas da manhã, quando os pescadores já estavam com suas redes na água, como eles dizem, “era o primeiro lance”, ou seja, a primeira pescaria do dia.

Observou-se que havia uma concentração de redes em um mesmo local e como elas são partes de pescas de grande porte, houve curiosidade em saber, como os pescadores

conseguiam manusear o trançado das cordas que dão sustentação às redes, sem que houvesse problemas. De imediato, entendeu-se que aquela dinâmica resulta de um conhecimento construído pelas práticas diárias, das vivências naquele lugar. (GERBER, 2013). Há regras de ordenação subjetivas implícitas nos movimentos, que só os pescadores entendem e que faz com que, não haja problemas durante a atividade. Isso não significa que não possa haver problemas, não se pode esquecer que a pesca é uma atividade que depende da natureza e dela sofre as influências, portanto, está sujeita aos seus efeitos.

Atentou-se ainda, para saber em qual estágio da pesca cada uma delas estava (se sendo lançada, se estava saindo, se já estava fora sendo puxada ou se já havia feito a virada para iniciar a catar o lance). Cada um desses momentos tem uma tensão diferente exigindo do pescador a máxima atenção, pois, um erro em qualquer dessas etapas, pode acarretar em perdas significativas no seu dia de trabalho e, não se deveria interferir para não atrapalhar.

Observar essas particularidades foi importante, propiciando à pesquisadora a condição de saber o melhor momento para se aproximar e iniciar uma conversa com o pescador. Assim, seguiu-se conforme a situação se mostrava favorável sem a imposição de uma sequência linear rígida, sempre transitando entre uma rede e outra, conversando com as pessoas esperando sempre a melhor oportunidade para a abordagem.

Enquanto esperava, aproveitando que algumas daquelas pessoas que estavam ali, já se inter-relacionavam, procurou-se conversar com elas de maneira informal e obter informações relevantes para a tese. Nessa ocasião, teve-se conhecimento que duas pessoas da comunidade referências na pesca local – D. Maria da Praia e Sr. Antônio (ou como era conhecido por todos: “Tonho de Carminha”) enfrentaram sérios problemas de saúde e morreram. Tal informação foi muito tocante (emocionalmente), pois, eram pessoas do conhecimento da pesquisadora. Infelizmente, no caminhar da pesquisa, partilhou-se com toda a comunidade, também, o sentimento de tristeza e dor pela perda dessas pessoas.

Ficou-se por algum tempo ouvindo relatos, inclusive com fortes críticas à colônia de pescadores, por não prestar uma assistência ao pescador numa hora como essa. Essa conversa permaneceu até a hora em que as primeiras redes começam a sair do mar e todos se levantaram para ir ajudar a puxá-las, inclusive a pesquisadora. Após a saída da rede, os pescadores se revezavam nas tarefas (catar o lance e arrumar as cordas e a rede novamente na jangada, para uma nova pescaria). Todos já sabem o que vão fazer, sem que seja necessário ser direcionado para alguma atividade. É nesse momento também que eles se revezam para

tomar café (**Figura 49**) trazido por alguém da família, uma vez que eles saem de casa durante a madrugada.



Figura 49 - Pescador tomando café da manhã na praia durante a pesca
Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Um dos momentos ideais para se fazer a abordagem ao pescador foi o referente à pesca de arrasto. Outro momento oportuno foi quando os pescadores estavam puxando a rede (**Figura 50**). Nessa hora, eles vão lentamente, caminhando para trás com passos curtos e às vezes, parando e esperando a hora exata de voltar a puxar a rede, conforme a vontade do mar, até que ela esteja totalmente fora d'água.



Figura 50 - Pescador puxando a rede na praia durante a pesca
Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Embora a relação estabelecida com alguns pescadores tenha facilitado o momento da abordagem, quando se explicou a intenção de estar ali, solicitando colaboração, bem como, autorização para fotografá-los e fazer uso da imagem na tese, houve da parte de alguns pescadores, certa desconfiança e recusa em participar da pesquisa. Também se teve que lidar

com a resistência de alguns pescadores, em informar o nome para o cadastro, sem, no entanto haver insistência para inserção no cadastro.

Esse comportamento é perfeitamente compreensível, já que a pesca é uma atividade regulamentada por órgãos de proteção ambiental e em razão disso, os pescadores vivem constantemente sendo alvo de inspeções e investigações. Também não se pôde deixar de reconhecer, que esse comportamento reflete o temor que eles têm de sofrer algum tipo de represália, em decorrência das muitas situações de conflitos existentes na comunidade, envolvendo os pescadores e as lideranças políticas partidárias da cidade. Apesar dessas intercorrências, considerou-se uma boa receptividade.

Diante desse fato e respeitando a vontade de cada colaborador, à medida que se procedia ao cadastro, as informações já eram organizadas. Foi atribuído um código para o pescador representado pela letra “P” acrescida de outra letra, que corresponde a sua condição de pescador, mais um numeral que indica a posição na sequência do cadastramento, ficando assim entendido: “P” para pescador, “PA” para pescador aposentado e “PG” para pescador gestor.

Dessa forma, a coleta de dados com os pescadores de arrasto foi realizada em nove dias, com uma média de 6 a 7 cadastros por dia, no período da manhã e também à tarde. Foi uma tarefa que exigiu de todos, paciência e sabedoria para cadastrar 57 (cinquenta e sete) pescadores das oito redes de arrasto em atividade identificadas na faixa delimitada. Vale ressaltar que o número de pescadores não é igual em todas as redes: é possível que uma rede tenha 9 (nove) pescadores e outra apenas 6 (seis). É importante destacar também, que nesses dias de coleta de informações junto aos pescadores de arrasto, presenciou-se diferentes situações de sociabilidade que são resultantes do convívio no dia a dia.

Embora o quadro parecesse ser o mesmo todos os dias e algumas coisas se repetissem como: a presença de muitas pessoas nas redes, incluindo adultos e crianças, as mulheres que tratavam os peixes ali mesmo; a concentração de curiosos, etc, testemunhou-se gestos de alegria, expressões de solidariedade e preocupação com o outro, quando, por exemplo, numa das manhãs, um pescador passou mal chegando a desmaiar enquanto puxava a rede e todos se mobilizaram para ajudá-lo ou, a alegria com um colega que tinha recebido a carta do INSS, informando que o mesmo a partir daquela data, estava aposentado.

São muitos os laços de identificação social existentes entre os pescadores, os quais não se limitam apenas à atividade profissional. Na comunidade eles partilham outras experiências

e situações que nem sempre podem resolver sozinhos e por isso, necessitam criar laços de união, como forma de enfrentamento coletivo de situações complexas impostas, como o cerceamento de informações, dentre outras. Talvez por isso, a pesquisa tenha sido vista com bons olhos por muitos pescadores, sobretudo, por aqueles que são mais conscientes da realidade que lhes é imposta.

Na sequência dessa etapa, no décimo dia seguinte ao que se havia estabelecido, seguiu-se para cadastrar os pescadores atuantes nos currais. Conhecendo a rotina deles, seguiu-se em direção a “caiçara de Roberto”²⁴, onde foram encontrados aguardando a hora exata de pegar o barco e ir em direção aos currais.

Esse foi um momento bastante proveitoso, porque se teve a oportunidade de cadastrar ao mesmo momento os pescadores dos dois currais. Como a maioria dos pescadores já cadastrados, estes também demonstraram boa receptividade com a pesquisadora, como registrado na fala de um dos pescadores: *“Vou participar sim, ... o pessoal da universidade sabe de coisa que a gente num sabe, e é bom conversar com esse pessoal”*. (P6). Na oportunidade, veio o convite para acompanhá-los numa pescaria aos currais. O convite foi aceito e se efetivou em outro momento, posterior ao período do cadastramento (**Figura 51**). Oportunamente, cadastrou-se 6 (seis) pescadores dessa modalidade.



Figura 51 - Pescadores indo em direção aos currais na praia de Lucena-Pb.
Fonte: Dados da pesquisa, 2016

No momento de interação com esses pescadores, eles deixaram transparecer sua

²⁴ A Caiçara do Senhor Roberto (proprietário de um dos currais) é uma das mais conhecidas e frequentadas pelos pescadores, especialmente pelos pescadores de curral, que costumam se reunir lá, enquanto esperam a hora de ir ao mar. Pela estrutura que possui (geladeira, mesa, cadeiras) essa caiçara também é muito usada pelos pescadores para a realização de festas (aniversários, confraternização de final de ano) e se configura como um espaço de interações sociais.

insatisfação com a situação administrativa da Colônia de Pescadores e com a falta de assistência ao pescador. Pelo que se percebeu a carência vivenciada pelos pescadores não é só de informação, os pescadores fizeram reclamações em relação a outros aspectos que não compete à pesquisadora, uma avaliação ou sugestão de procedimentos. Procurou-se ouvi-los, sem opinar ou imprimir opinião sobre tais questões. Um comportamento nesse sentido refoge completamente aos propósitos de pesquisa e não era intenção conhecer todas as celeumas que permeiam a relação dos pescadores com o grupo gestor da colônia de pescadores.

Com os Pescadores de rede Sauneiro ou rede de espera, também não houve nenhuma reação de estranhamento e a iniciativa da pesquisa foi vista de forma positiva, como disse um dos pescadores; *“é bom um trabalho assim, porque ninguém nunca se lembra de Lucena”* (P20), o que deu bastante conforto. A maior parte desses pescadores foi encontrada no turno da tarde na praia estavam consertando as redes como costumam fazer quando não estão pescando, embora, também tenha se visitado alguns em suas casas. Conseguiu-se então, em quatro dias, o cadastro de 16 (dezesseis) pescadores nessa modalidade.

Neste grupo de pescadores, assim como os pescadores de curral, observou que muitos estavam insatisfeitos com a atuação dos gestores da colônia de pescadores e como já mencionado antes, manteve-se a mesma postura diante das situações relatadas por esses sujeitos focando apenas no objetivo da pesquisa.

Para cadastrar os pescadores que atuam em alto mar na pesca de bote, o tempo conspirou a favor, mantendo-os em terra por um período maior que o normal. Assim, ficou-se atenta à permanência deles em terra, porque esses pescadores têm um ritmo de vida diferente dos demais. Quando vão para o mar, se a pesca estiver sendo produtiva, eles passam até 15 (quinze) dias sem voltar para seu porto em Lucena, como relatou um dos pescadores no momento do cadastro.

“Quando a gente sai pra pescar leva muito gelo e tudo que vai pescando vai colocando lá, no gelo, quando tem muito peixe e o gelo tá acabando, a gente vai vender o peixe no porto mais perto de onde a gente tá, aí abastece de novo de gelo, de comida, abastece o barco e, volta de novo pra pescar e só volta pra casa quando tem feito uma pesca boa”. (P8).

O cadastro de 6 (seis) pescadores dessa modalidade foi realizado em três dias. Os encontros aconteceram na praia como os demais. É importante informar que foi nesse momento do cadastro, que os pescadores aposentados que frequentam as caiçaras e a praia

com regularidade diária foram contatados, posto, também, se ter a intenção de ouvi-los, uma vez que são conhecedores da pesca e costumam ser consultados e ouvidos pelos demais pescadores.

No segundo momento da coleta de dados, utilizou-se outro método muito comum na pesquisa etnográfica e que se adequou bem à investigação – a História Oral. A História Oral, enquanto método pressupõe recorrer à memória para recobrar o tempo passado e os acontecimentos vividos de modo autêntico ajudando na reconstrução de acontecimentos no presente. (BAUER; JOVHELOVITCH, 2015). Para chegar ao ponto que objetivamente interessava à investigação, seguiu-se as orientações apresentada por Flick (2009) que reconhece que o ponto de partida para a narrativa na história oral, é dada pelo pesquisador por uma pergunta que ela chama de “pergunta gerativa de narrativa”, cuja finalidade é estimular a narrativa principal e que no caso desta pesquisa foi: *Você pode começar me contando a sua história como pescador?*

Por esse fio condutor a investigação avançou se aprofundando até chegar ao ponto chave para a obtenção dos resultados, o que não significa dizer, que não se deu importância a outros fatos relatados pelos pescadores. Seria um erro esse comportamento, pois o mote da investigação passou também pelas interações que se constituem fora da relação do pescador com a Colônia de pesca, até porque, a comunidade é relativamente pequena, todos se conhecem e se encontram com frequência, estimulando as formas de sociações. Conhecer melhor as minúcias deste universo e perceber através de algumas expressões, das falas dos sujeitos, o sentimento incorporado a cada lembrança trazida da memória, foi um momento importante da pesquisa. Como sugere Demo:

[...]. O analista qualitativo observa tudo, o que é ou não dito: os gestos, o olhar, o balanço, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, a cara de quem fala ou deixe de falar, porque tudo pode estar imbuído de sentido e expressar mais do que a própria fala, pois a comunicação humana é feita de sutilezas, não de grosserias. Por isso, é impossível reduzir o entrevistado a objeto. (DEMO, 2012, p. 33).

Nas pesquisas etnográficas a fotografia é um recurso que traz possibilidades ao pesquisador e uma realidade na pesquisa qualitativa. Elas tanto podem servir para confirmar informação oral, captadas no processo de escuta, como também, por meio do registro de expressões, fornecer informações que não foram ditas nas narrativas. Em relação ao uso que feito deste recurso na pesquisa, procurou-se captar a imagem o mais próximo possível da

realidade dos fatos, embora se reconheça que sempre há a possibilidade de que algo possa fugir ao controle de captura da imagem.

Nesse sentido, o pesquisador é alertado por Denzin (2009) quanto ao uso da câmera no campo da pesquisa, pois há sempre a possibilidade de interferência na imagem que o pesquisador pretende capturar com naturalidade e isso não é o esperado. Na pesquisa qualitativa a fotografia pode ter inúmeras funções e dentre elas, Silva e Koller (2002) destacam:

- **Função de registro:** a fotografia é utilizada para documentar determinada ocorrência; **Função de modelo:** a fotografia é apresentada para os participantes para evocar determinada reação ou opiniões sobre as fotos; **Função autofotográfica:** é pedido aos participantes que produzam determinada quantidade de fotografias na expectativa de responder a questões específicas. Normalmente, há entrevistas para que os participantes relatem suas percepções sobre as fotos ou pede-se para que escolham as que consideram mais relevantes; **Função de feedback:** o participante é fotografado e, logo após, a fotografia lhe é apresentada com a finalidade de retomar aspectos estudados na pesquisa.

O uso da imagem nesta pesquisa transpareceu aspectos das formas de sociabilidade e dos momentos de interações sociais que às vezes, ao ver a cena, não se percebe, mas quando se olha a fotografia de modo mais detalhado, é facilmente identificável. A fotografia faz transparecer a memória, ou seja; o olhar capturado de forma despretensiosa numa fotografia aponta indícios de que o sujeito mergulhou em sua memória para trazer a lembrança de algum momento marcante até o presente.

É indiscutivelmente, um recurso que ao ser empregado pelo pesquisador na pesquisa etnográfica, vai inferir qualidades ao trabalho. A gravação de voz e a videogravação foram outros métodos utilizados para captar mais informações e agregar valor ao que já se tinha coletado na observação, por isso, procurou-se priorizar o ambiente natural e familiar ao pescador deixando-o mais à vontade para narrar sua história.

Nesse sentido, Gaskell (2009, p. 65) considera que a “compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e dos grupos sociais especificados é condição *sine qua non* da entrevista qualitativa”. É importante observar as questões que norteiam a vida das pessoas cotidianamente, porque são elas que vão construindo as situações, moldando os comportamentos e possibilitando as relações.

Cabe ao pesquisador, saber entender e ficar atento a isso, só assim, conseguirá êxito em sua coleta de informações. Por essa razão é que se considera uma vantagem o uso desses recursos na pesquisa, porque o pesquisador na hora das análises pode recorrer a esses

registros, quantas vezes forem necessárias para ter um resultado válido.

4.7 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

A organização dos dados teve início ainda, durante o primeiro momento da coleta. Após cada dia no campo teve-se o cuidado de ir colocando na sequência, segundo a numeração atribuída a cada cadastro. Também se procurou registrar as lembranças desse momento que estavam vivas na memória, tentando não esquecer a riqueza expressada em algumas ações empreendidas.

Na transcrição das narrativas foram respeitando os indícios determinados pelo próprio sujeito no momento da narração, de modo que fossem mantidos os princípios de originalidade, quando havia uma pausa na fala, uma respiração mais profunda, uma entonação mais forte ou, uma sequência de repetição de palavras. Essas intervenções ocorrem naturalmente no momento da gravação e é difícil para o sujeito ter controle sobre elas, pois são manifestações que eclodem da memória, com uma carga de sentimentos e emoções inolvidáveis. Na escrita para representar esses indícios seguiu-se a orientação apresentada por Pretti (1999) sobre o uso de normas para transcrição de entrevistas gravadas, conforme o **Quadro 9**.

Ocorrências	Sinais	Exemplos
Qualquer pausa	...	Quando a gente vinha ... a gente era pequeno demais ... vinha da Barra pela praia ... era longe demais.
Comentários descritivos do transcritor	()	Lá fora o cara to sozinho, ele e Deus (aponta na direção mar adentro)
Ênfase	MAIÚSCULAS	NA COLÔNIA TINHA TUDO, depois que desapareceu tudo.
Citações	“ ”	Ele ficou com raiva porque Jair perguntou: “porque é que pescador de curral num tem direito?”
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	A gente leva tudo na catraia ou baiteira() batera lá pro barco
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	Quando é no tempo da eleição (...) todo mundo é amigo de todo mundo.
Interrogação	?	A gente num paga a colônia todo mês ?

Quadro 9 - Sinais utilizados na transcrição dos dados

Fonte: Adaptado de Pretti (1999, p. 19-20).

Na sequência, para proceder à análise, atribuiu-se um tratamento igual para todas as entrevistas, com a finalidade de destacar nas falas os fatos significativos e relevantes para validar a hipótese. A análise, de acordo com Queiroz (1991, p. 5), “significa decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais, isto é, separar claramente os diversos componentes, recortá-los a fim de utilizar somente o que é compatível com a síntese que se busca”.

Nesse sentido, a análise de conteúdo foi o método escolhido porque corrobora como Gomes (1994) a entende, isto é; pela análise de conteúdo podem ser encontradas respostas para as questões formuladas, bem como, validar a hipótese estabelecida. De acordo com Minayo (2000, p. 203) a análise de conteúdo é vista como “todo esforço teórico para desenvolvimento de técnicas, que visam ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação”. Reigota (1998, p. 73) complementa, dizendo que:

Do ponto de vista operacional, ela visa atingir um nível mais aprofundado, relacionando as estruturas semânticas (significantes) com as estruturas sociológicas (significados) dos enunciados. A análise de conteúdo consiste na busca dos sentidos contidos no texto de forma a permitir a compreensão da forma de acesso aos grupos e a sua forma de construção e transmissão de informação. (REIGOTA, 1998, p. 73).

Tendo em vista o volume de material em mãos para se analisar, apropriou-se das três fases (Pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação) propostas por Bardim (2009) para balizar a pesquisa. Assim sendo, todas as transcrições das entrevistas foram lidas cuidadosamente e, em cada uma delas, destacou-se indicadores para a construção das categorias que melhor correspondessem às questões a serem respondidas. Segundo Bardin (2009, p. 199) o uso de categorias “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”. Desta forma, entende-se que criando categorias ter-se-ia mais condições para compreender a subjetividade que poderia está por trás de cada fala emitida pelos sujeitos.

A construção das categorias de análise resultou dos recortes dados após a leitura minuciosa do material transcrito e, nesta pesquisa, apontam possíveis caminhos para a sugestão de propostas inovadoras no regime de informação da colônia de Pescadores “Benjamin Constant Z5” com base em práticas de informação que possibilitem o acesso à

informação por seus associados. Os dados coletados com os pescadores e com os gestores permitiram constituir as seguintes categorias para análise:

- a) Planejamento e ocorrência das práticas de informação na colônia de pescadores: Considerando o imediatismo dessa sociedade e o grande volume de informação que é produzido pelas fontes de informação, procurou-se identificar as práticas que compartilham informações e orientam os pescadores em relação às suas necessidades informacionais, e promover o acesso às diversas fontes de informação existentes para o segmento da pesca, bem como verificar a frequência na qual elas ocorrem.
- b) Outras possibilidades para constituir as práticas de informação: Observando a presença de pesquisadores na comunidade e de instituições de ensino voltadas para o segmento da pesca nas proximidades, foi interesse da pesquisadora verificar a ocorrência de parcerias para a realização das práticas de informação.
- c) Acesso à informação: Procurou-se mostrar as estratégias usadas pelos pescadores para terem acesso à informação, sobretudo àquelas que dizem respeito a sua atividade profissional. E, tendo em vista que se trata de um campo social complexo tentou-se identificar algum/uns fator/es que possa/m interferir no processo.

A criação dessas categorias foi orientada pelas informações dada pelos sujeitos na intenção de responder aos objetivos e a hipótese levantada nesta tese e, nesse sentido, o referencial teórico que deu respaldo à pesquisa e, também orientou a análise dos dados, foi fornecido pela Ciência da Informação, na perspectiva da mediação da informação e do regime de informação. A discussão de determinadas temáticas por diferentes autores ratifica a importância de se empreender pesquisas com um direcionamento mais voltado para o campo social, como foi desenvolvido neste estudo.

5 PUXANDO A REDE: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

O anúncio de que se desenvolvia esta pesquisa na comunidade de pescadores, causava nas pessoas sempre a mesma reação: a satisfação de poder estar num lugar agradável, com praias paradisíacas e belas paisagens. De fato, essa pode ser uma descrição para o campo desta pesquisa, muito embora, os traços da civilização contemporânea, tenham cada vez mais, reconfigurado esse cenário, que no imaginário das pessoas se mantém intocável e inalterado. É fato que não se pode desconsiderar esse imaginário, mas, o olhar da pesquisadora se voltou em outra direção: observar a interação entre as pessoas, em especial, entre os pescadores e seus colegas, que também são gestores da colônia de pescadores, pois, isso poderia estar interferindo na ocorrência de práticas que promovem o acesso à informação. Conforme Minayo (1996, p. 197) quando se analisa o que se coleta, busca-se atingir três objetivos:

Ultrapassagem da incerteza: o que eu percebo da mensagem estará lá realmente contido? Minha leitura será válida e generalizável?; **Enriquecimento da leitura:** como ultrapassar o olhar imediato e espontâneo e já fecundo em si, para atingir a compreensão de significações, a descoberta de conteúdos e estruturas latentes?; **Integração das descobertas:** que vão além da aparência, num quadro de referência da totalidade social no qual as mensagens se inserem. (grifos da autora).

São oportunidades para refletir sobre o que foi coletado, atentando para aspectos mais subjetivos, que não transparecem facilmente. A análise de conteúdo possibilita isso. Segundo Bardin (1979, p. 42) a análise de conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativo ou não) que permitam inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

De acordo com a concepção contextual que envolve a análise de conteúdo no entendimento de Franco (2007, p. 12) a pesquisa “assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem”. Para a autora, a linguagem nesse sentido ‘entendida como “uma construção real de toda a sociedade e como expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que estabelece entre linguagem, pensamento e ação”.

Assim sendo, as falas foram dispostas nas categorias, pois dessa forma acreditou-se ter uma melhor condição para interpretar de forma mais cuidadosa cada fala seguindo a mesma dinâmica que conduziu a permanência da pesquisadora no campo. Isto é; em dois momentos: primeiro, trouxe a análise das informações obtidas por meio do cadastro dos pescadores e, no segundo momento, a análise das narrativas orais.

5.1 ANÁLISE DO CADASTRO DOS PESCADORES

No formulário utilizado para o cadastro dos pescadores, além dos campos específicos para as respostas, havia uma parte para anotações de observações, que a pesquisadora utilizou, tanto para fazer registro das falas dos sujeitos, como também registrar as impressões pessoais observadas nesse momento. Isso foi importante porque, em algumas ocasiões, a pesquisadora se deparou com pescadores ávidos em falar sobre a situação da pesca na localidade.

Cada pescador cadastrado trazia informações que respaldam o problema de pesquisa e, dava convicção de que a escolha foi correta. Assim, além das respostas diretas obtidas, algumas falas marcantes dos sujeitos em relação à situação investigada foram também apresentadas.

No âmbito da pesca o uso de apelidos é algo comum entre os pescadores. Muitos deles são mais conhecidos por seus apelidos do que pelo próprio nome de batismo. No trabalho de campo, percebeu-se que quase todos os pescadores tratavam uns aos outros, por seus apelidos, aguçou a curiosidade em saber se de fato, todos tinham uma identidade diferenciada, um apelido. Nesse sentido, a questão inicial do cadastro solicitava a indicação do nome de batismo ou apelido. Dos 85 sujeitos cadastrados, 74 (setenta e quatro) informaram possuir um apelido.

Os apelidos são identidades sociais que na maioria das vezes, começam a ser construídas no ambiente familiar, na relação com os pais e os irmãos e em alguns casos, o apelido ultrapassa essa dimensão familiar e se constitui nas relações com outras pessoas, ou ainda, podem resultar de uma situação potencializada no espaço social. Para Dias Neto (2012, p. 124) “o nome ou o apelido dos personagens dizem muito quem eles são. Dizem sobre sua história de vida de suas personalidades”. Muitos dos apelidos ouvidos fazem referência à família, a alguma situação vivida pelo pescador ou até mesmo, uma característica física.

Em relação à faixa etária dos pescadores, verificou-se que há uma variação

considerável entre os sujeitos. Na faixa etária de 14 a 25 anos de idade, cadastrou-se 28 pescadores; de 26 a 45 anos, identificando-se a presença de 37 pescadores e, por fim, 20 pescadores com idade entre 46 e 60 anos. A pesca artesanal é uma atividade de tradição familiar e é por meio dessa tradição que ela se mantém, porque muitos desses sujeitos iniciam suas atividades na pesca ainda muito jovens, pela influência dos pais e irmão mais velhos e também, porque não encontram outras oportunidades de trabalho. A família é responsável também, por transmitir a eles uma herança que não é composta apenas de bens materiais, mas, sobremaneira, diz respeito à tradição e aos valores culturais vinculados a tal prática, armazenados na memória dos mais velhos. É assim que esse ciclo se mantém contínuo e o conhecimento se renova, apesar das adversidades, como se pôde ouvir em algumas falas no

Quadro 10:

Sujeito	Narrativa
P38	<i>“Eu comecei a pescar muito cedo, com nove anos eu já vinha pra rede com meu pai. Como era pequeno ainda, eu ajudava fazendo a corda, ficava enrolando a corda que ia saindo da água, pra depois o pescador botar na jangada e ir e novo soltar a rede. A vida de pescador começa cedo”</i>
P41	<i>“Esse pessoal mais velho, que é mais do tempo antigo, todo mundo começou a pescar ainda menino, porque tinha que ajudar com algum dinheiro. O tempo era outro e difícil. Nesse tempo todo, eu já sofri demais”.</i>
P52	<i>“num lugar como Lucena a pessoa num tem muita oportunidade não, tem que começar a trabalhar cedo mesmo. Eu ia pra escola e quando chegava ia pra praia ajudar meu pai”.</i>
P57	<i>“Lá em casa todo mundo pesca, meu irmão tem uma rede, eu tenho a minha e a gente foi criado assim, pescando desde de moleque”.</i>
P61	<i>“Ou o cara pescava ou morria de fome, ... num tinha outra coisa. Eu comecei a pesca lá no Pernambuco com sete anos eu já ia pra praia com meu pai e meu irmão”.</i>

Quadro 10 - Narrativas dos pescadores

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Pôde-se avaliar com base nas informações que a pesca artesanal em Lucena tem de certo modo se renovado, pois, a pesquisa considerou jovens os pescadores que estão na faixa de idade entre 14 e 45 anos, embora, incluídos nesse grupo mais jovem, não tenham o registro que os identifica como tal e, pode ocorrer que fiquem atuando na pesca por muito tempo, sem os direitos que são dispensados a estes profissionais, como por exemplo, a aposentadoria com tempo de serviço diferenciado.

No campo, as conversas ouvidas podem explicar a falta de interesse desses pescadores

em buscar juntos aos órgãos competentes, o registro e a regulamentação na atividade pesqueira. Pelo que se pôde perceber, os pescadores da praia de Lucena estão vivendo um momento difícil quanto ao relacionamento que mantêm com os gestores da Colônia de Pescadores e essa situação tem resultado em situações de enfrentamento e conflitos.

Em relação ao lugar de origem dos pescadores, captou-se que muitos são nascidos em Lucena, mas, também, há aqueles que são oriundos de outras cidades litorâneas e do interior da Paraíba, até mesmo de outros Estados vizinhos como Pernambuco e Rio Grande do Norte. Dentre as cidades de origem citadas tem-se: Barra de Mamanguape, Baía da Traição, Conde, Santa Rita, Recife, e São José do Mipibu. Apesar de serem de origem de outras cidades, todos residem em Lucena onde constituíram família e trabalham.

Quanto ao estado civil, 35 (trinta e cinco) sujeitos informaram que são solteiros e não possuem relacionamento conjugal. Também se registrou 14 (quatorze) casados oficialmente; 19 (dezenove) separados; 3 (três) viúvos; e 14 (quatorze) em regime de união conjugal não oficializada, convivendo na mesma casa e dividindo responsabilidades familiar. Sobre a existência de filhos, apenas entre os pescadores solteiros identificados não possuem filhos, os demais todos afirmaram ter filhos, com número variando de 1 a 6 filhos.

Sobre o nível de escolaridade dos pescadores, a análise mostrou que há uma predominância de pessoas com o ensino fundamental incompleto, em número de 59 (cinquenta e nove) pescadores não concluíram essa etapa dos estudos; 5 (cinco) afirmaram que não frequentaram a escola e, por essa razão, não sabem ler nem escrever; 4 (quatro) concluíram o ensino médio e 17 (dezessete) informaram que estão estudando. A justificativa quanto ao nível de escolaridade é exposta pelos próprios pescadores em suas narrativas conforme o **Quadro 11**:

Sujeito	Narrativa
P1	<i>“Antigamente tudo era com muita dificuldade e aqui na Ponta de Lucena não tinha escola, a gente tinha que vir de lá a pé, pelo mato, num tinha estrada era tudo mato (...) e quando chegava já era hora de voltar (risos) porque todo mundo pequeno, perna curtinha, cansado. Aff Maria!, era sofrimento viu.”</i>
P2	<i>“Eu ainda estudei, mas parei logo e fui pescar. O filho homem tem que trabalhar logo e começa ajudando seja no que for, tem que trabalhar porque todo mundo era muito pobre”.</i>
P5	<i>“Meu pai era um homem ruim e minha mãe num aguentou, então quando ela foi embora, eu e minha irmã, a gente foi morar com minha vó. Eu trabalhava e estudava de noite, ainda fiz o até a quarta série”.</i>
P6	<i>“Quando eu terminei o científico, que agora é o ensino médio, eu num tive como</i>

	<i>continuar, fazer uma faculdade como era meu sonho. Eu num tinha como ficar em João pessoa ou Cabedelo e a prefeitura nessa época num botava ônibus, como tem agora. Então eu parei”.</i>
PG3	<i>“A minha mãe queria que nós tudinho estudasse, mas meu pai era um cabra meio ignorante e só via futuro em trabalhar, por isso a gente lá em casa num foi pra frente com o estudo”.</i>
PG2	<i>“Eu só terminei o segundo grau, porque quando a minha mãe morreu, minha irmã que trabalhava em João Pessoa, veio tomar conta de mim e de meus dois irmãos. Se a gente tivesse ficado só com meu pai, ninguém tinha mais estudado”</i>
PA20	<i>“Rapaz, ... a gente penava tanto nessa Lucena, que eu num sei como se criava filho aqui. A dificuldade era pra tudo, escola, médico e até pra gente fazer feira. Eu estudei muito pouco, QUEM AGUENTAVA? Tinha que apanhar lenha, carregar água ... fazia tudo isso antes de ir pra escola que era longe, lá em Lucena”.</i>

Quadro 11 - Justificativa dos pescadores sobre o nível de escolaridade

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Os fatores que dificultaram o acesso à educação apontados pelos pescadores de Lucena remetem à realidade enfrentada por pescadores artesanais de outras localidades como mostra os estudos de Lima. Doria e Freitas (2012) e de Rezende e Oliveira (2015). A falta de acesso à educação interfere no desenvolvimento profissional do pescador, porque compromete o acesso a outros conhecimentos que poderiam ajudá-lo a ter êxito na gerência de seus recursos, eliminando a figura do atravessador e conseqüentemente, obter melhores resultados.

Por meio da educação haveria o acesso à informação e, estando informado, o pescador teria mais e melhores condições de agregar conhecimentos e se preparar para o enfrentamento das dificuldades que viessem a surgir na sua atividade, além de ter condições para exercer uma participação mais efetiva na gestão das entidades de representação da categoria, bem como, refletir com mais embasamento as questões que interferem de diferentes formas, nas relações constituídas na comunidade.

Sobre o tempo de atuação na pesca as respostas indicaram que a maioria dos pescadores está nessa atividade já há bastante tempo. Entre aqueles com idade mais elevada o tempo ultrapassa o limite de 10 (dez) anos e alguns até já possuem tempo de trabalho suficiente para requerer aposentadoria que é de 15(quinze) anos, porém, não possuem a idade necessária de 60 (sessenta) anos. (MPA, 2014). Os adolescentes respondentes foram os que informaram um menor tempo de atuação, variando entre 1 (um) e 3 (três) anos.

Sobre o registro na colônia de Pescadores ou em algum outro órgão que regulamente a atividade pesqueira, 46 (quarenta e seis) pescadores informaram que não possuem tal

identificação. A maioria deles apresentou como justificativa para a não filiação à Colônia de Pescadores, a falta de confiança em algumas pessoas que até aqui passaram pela gestão da associação. Segundo esses pescadores, a maioria dos gestores não trabalhou em benefício da categoria como um todo e, somente agindo em causa própria ou de alguns pescadores que, usando as palavras dos próprios pescadores, “diziam amém pra tudo que eles queriam fazer”.

Entre os 39 (trinta e nove) pescadores que são associados, alguns não demonstraram ter confiança nos atuais gestores, afirmaram que nem sempre a situação foi essa e, que houve um tempo em que “dava gosto ter a carteira da Colônia”. Essa expressão se refere ao momento de outras gestões que estiveram à frente da associação e que trabalharam no sentido de levar benefícios e desenvolvimento para os pescadores. Algumas falas registradas expressam esse momento, conforme o **Quadro 12**:

Sujeito	Narrativa
P15	<i>“Tem uma máfia ali na Colônia e eles só diz as coisas importante pra quem é da panelinha deles”.</i>
P27	<i>“Aqui em Lucena, o pescador fica de fora de muita coisa porque a gente num tem, uma pessoa que realmente trabalhe pelo pescador”.</i>
P55	<i>“Eu num me associei porque quem entra ali é sempre pra puxar pro seu bolso e num faz nada pela gente. Eu num vou ficar numa luta dessa, ganhando quase nada e ainda dá dinheiro pra eles”.</i>
P61	<i>“Essa colônia tem muita coisa errada e eu aposto com qualquer pescador aqui que quando esse presidente sair, o rombo que vai ficar vai ser grande”.</i>
P67	<i>“A gente precisa de muita coisa homi, e de informação principalmente. As coisa acontece pra benefício do pescador e ninguém aqui sabe de nada”.</i>
P81	<i>“Aqui só teve um presidente da colônia que lutou pelo pescador, foi Belo. Ele dizia a gente, tudo que tava se passando e é por isso que esse pessoal que tá na colônia agora, num gostava dele, porque ele ia atrás e levava o cara lá junto com ele, pra saber o que tava acontecendo e se tivesse errado ele abria a boca e quem quiser que achasse ruim. Ele era pelo direito do pescador”.</i>
P85	<i>“Essa colônia precisa ser investigada, porque ninguém vê uma prestação de conta, ninguém sabe onde foi parar o patrimônio que a colônia tinha. Sumiu tudo e ninguém nunca deu uma satisfação ao pescador. E tinha que dá, porque é nosso, num é verdade?”.</i>

Quadro 12 - Fala dos pescadores expressando insatisfação com os gestores

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Em algumas situações os pescadores são vistos como sujeitos desconfiados e silenciosos. Essas características são peculiares no comportamento dos pescadores artesanais e justificadas pela situação a que sempre estão sendo submetidos, com frequentes investigações dos órgãos de fiscalização que atuam sobre essa atividade. (CASTELLUCI

JUNIOR, 2007). Os pescadores de Lucena também se mostraram desconfiados em alguns momentos, mas, pode-se dizer que apesar da desconfiança demonstrada por alguns sobre o propósito da pesquisa, a pesquisadora foi bem aceita na comunidade.

A situação de insatisfação que predomina entre os pescadores sobre a gestão, pode ter sido um fator positivo para a aceitação da pesquisadora por parte dos pescadores e estes podem ter enxergado naquela presença uma possibilidade positiva que possa resultar em alguma mudança, como relatou um dos pescadores *“Sua pesquisa é importante, pra gente. Se a senhora for fazer ela, com outros pescadores de outro lugar, vai ver que a coisa aqui em Lucena tá muito errada”*. (P10). A intenção sempre foi de poder contribuir de alguma forma, para que os pescadores artesanais de Lucena tenham possibilidades de receber informações, especialmente aquelas que os ajudem na sua atividade profissional.

Alguns dos pescadores cadastrados já participaram em outros momentos da gestão da Colônia de Pescadores e conhecem a dinâmica de funcionamento e, por essa razão, discordam do modo como a associação está sendo conduzida atualmente pelos colegas. O inconformismo maior pelo que se percebeu, dá-se em razão da falta de ações e esforços para regularizar a situação perante os órgãos públicos, como a Receita Federal e o Banco do Nordeste, neste a associação está com cadastro negativo, ficando impossibilitada de participar dos programas do governo federal e de receber qualquer tipo de incentivo e apoio financeiro.

Essa situação prejudica diretamente os pescadores, porque todas as ações criadas pelo governo para beneficiar essa categoria, são sempre compartilhadas via órgãos de representação, nesse caso a Colônia de Pescadores –, e estando esta, com pendências juntos aos órgãos públicos, automaticamente é excluída e impossibilitada de participar. Em consequência, os pescadores a ela associados, perdem o direito de participação e não conseguem financiamento para compra de equipamentos novos ou reformar suas embarcações. O efeito dessa situação incide nos ganhos do pescador ao final do mês, porque sem condições adequadas para trabalhar, ele não consegue aumentar seu poder de captura e a tendência é que sua receita diminua.

Os pescadores cadastrados foram unânimes em afirmar, que com o que ganham na pesca não têm condições de manter suas famílias e muitos são obrigados a recorrer à ajuda de familiares ou fazer outra atividade no horário que não estão pescando, para poder complementar a renda média mensal obtida com a pesca. Conforme informaram os pescadores de arrasto e rede sauneiro, seus ganhos ficam em torno de R\$ 700,00 (setecentos

reais) a R\$ 800,00 (oitocentos reais) para os pescadores que são proprietários de redes e embarcações e entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) e R\$ 600,00 (seiscentos reais) para os que são apenas pescadores contratados.

Não há precisão exata desses valores, pois o ganho obtido depende do que rende a atividade diária, assim, há dias em que fazem boa pescaria e dias em que só conseguem o suficiente para consumo próprio, lembrando que o rendimento maior do pescador de arrasto e do pescador de rede sauneiro é obtido pela captura do camarão branco, que é comercializado com uma margem de lucro melhor, enquanto, os pescadores de curral e os de bote dependem do tipo de peixe que capturam, pois, há uma variação de preço no mercado para cada espécie.

Os pescadores informaram que na divisão dos lucros o proprietário da rede recebe dois “quinhões²⁵”, um que corresponde ao trabalho dele como pescador e outro referente ao uso da rede que é de sua propriedade, no entanto, cabe a ele manter a rede sempre em boas condições para que os pescadores possam trabalhar. A mesma regra vale para os pescadores de rede sauneiro. Os pescadores de bote e curral cadastrados não informaram valores, mas, garantiram que ganham mais que os pescadores das outras modalidades, embora, também tenham afirmado que o lucro maior fica para o dono das embarcações e dos currais.

Quanto às atividades que fazem para complementar a renda, identificou-se que os que mais se submetem a uma segunda jornada de trabalho são os pescadores de rede de arrasto. Muitos afirmaram que fazem “bico” na construção civil – a maioria como ajudante de pedreiro, manutenção e vigilância de casas de veraneio, serviços de pintura, capinagem em jardins e limpeza em plantações de coqueiros nas diversas propriedades na área mais rural do município. São alternativas que eles buscam na própria localidade e que podem conciliar com a atividade pesqueira, mas, nem sempre conseguem esse complemento, como se pode ver no **Quadro 13:**

²⁵ O quinhão é a parte atribuída a cada pescador na divisão dos lucros obtidos com a venda do pescado ao final de cada dia de trabalho. O mestre ou dono da rede ao final da pescaria, vendo o produto capturado e o valor é dividido entre os pescadores. Geralmente esse dinheiro fica guardado com o líder do grupo e o final da semana é feita a prestação de contas e o pagamento aos pescadores, referente a produção semanal.

Sujeito	Narrativas
P22	<i>“Eu faço um pouco de tudo o cara tem que se virar, porque só a pesca num dá não. Eu limpo mato, limpo caixa d’água, cavo poço e vou arranjando um pouco aqui, um pouco ali e a gente vai passando”</i>
P39	<i>“Do jeito que a pesca tá, num dá pra viver só pescando não!! Tem que ter outra coisa pra completar”</i>
P58	<i>“O que eu tiro no arrasto num dá não, a minha sorte é que a mulher lá em casa faz uns bico de faxina, tem as casa certa que ela trabalha e me ajuda muito na despesa”</i>
P66	<i>“o meu cunhado tem um terreno lá no Vieira, e me deu pra eu plantar, aí eu planto macaxeira, batata, feijão e tido pra gente e ainda vendo. Todo dia quando eu saio daqui, depois que eu almoço eu vou pra lá”.</i>
P72	<i>“Eu tomo conta de umas casa do povo de fora (veranistas), limpo e vigio aí vou juntando trinta de uma, trinta de outra, eu também conserto rede pra outros pescadores aí dá pra ter um dinheirinho melhor”.</i>
P80	<i>“Eu sei fazer um bocado de coisa na construção, então o pessoal sempre me chama e eu consigo ganham mais assim. Pesco e faço serviço de pedreiro”.</i>

Quadro 13 - Justificativa dos pescadores sobre a complementação da renda

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Para caracterizar a condição socioeconômica dos gestores, utilizou-se o mesmo cadastro e em comparação com os demais pescadores, verificou-se que do ponto de vista econômico, eles encontram-se numa condição privilegiada. Dos cinco membros da diretoria da Colônia, todos são nascidos e criados em Lucena, onde vivem com suas famílias. A média de idade dos gestores está entre 40 e 55 anos, são casados, com número de filhos variando de um a três. Em relação ao nível de escolaridade, apenas 1 (um) tem o segundo grau completo, 3 (três) possuem o primeiro grau incompleto e, 1 (um) continua estudando, cursando o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Quanto à atuação como pescador, apenas 2 (dois) informaram que atuam na pesca de arrasto, os outros 3 (três) apesar de já terem exercido essa atividade, atualmente desempenham outras habilidades profissionais, bem mais rentáveis que a pesca. São profissionais autônomos e nas últimas eleições municipais, um deles foi eleito para ocupar o cargo de vereador na Câmara Municipal de Lucena. Os dois integrantes da gestão que atuam na pesca, também possuem outra fonte de renda fixa que lhes possibilita melhores condições. Um é proprietário de uma peixaria e outro, possui imóveis alugados que obteve por meio de herança deixada pelos pais.

Dos cinco gestores, apenas o presidente já participou outras vezes da gestão da colônia de pescadores, os demais estão exercendo pela primeira vez, um cargo na gestão e, conforme informou dois dos entrevistados, ao final do mandato não vão mais querer se envolver nessa

atividade. A justificativa para essa decisão deu-se em razão das dificuldades que passaram a ter no relacionamento com seus pares na comunidade.

A falta de uma gestão mais participativa talvez seja o motivo de insatisfação dos pescadores, como constatado na coleta de dados. Segundo eles, não lhes é dado o acesso às informações sobre o funcionamento da colônia e a diretoria não é transparente nas suas decisões. A colônia de pescadores deve primar pela participação das pessoas nos processos de tomada de decisão e resolução de problemas de forma conjunta, porque ela é uma associação que tem por objetivo o interesse comum. (FREITAS et al, 2016). Nesse sentido, para que haja descentralização da gestão seria necessária uma mudança no estatuto regimental da Colônia e a aprovação em assembleia por todos os associados, no entanto, essa não parece que seja a vontade do atual grupo gestor. Contudo, se os pescadores se unirem para reivindicar essa mudança, pode resultar nessa conquista.

No entendimento da pesquisadora a adoção de um modelo de gestão participativa, poderia diluir muitos conflitos que hoje existem entre os pescadores associados e o grupo gestor e possivelmente até pudesse atrair mais pescadores a se associar a colônia. Sem dúvida, é uma situação delicada que requer esforço e boa vontade dos dois lados, pois a administração participativa implica primeiramente, no compartilhamento de informações. Todos os envolvidos na gestão participativa devem ter acesso igual às informações, sobretudo aquelas que dão embasamento aos processos de tomada de decisões, que tratam das questões de regulamentação da associação e da relação mantida com seus associados. Prezar por uma boa relação com seus associados deveria ser uma prioridade dos gestores, pois os pescadores de Lucena têm outra opção de filiação com a colônia localizada no distrito de Fagundes.

As informações adquiridas nesse primeiro momento da análise serviram para atender ao segundo objetivo específico proposto nesta tese e o cadastro se confirmou como foi um suporte de relevância para a pesquisa, porque possibilitou ouvir outros pescadores e não apenas, os que figuram como sujeitos da pesquisa. As narrativas meio da história oral foram um reforço a mais às informações coletadas propiciando importante direcionamento para estabelecer as categorias de análise de acordo com as orientações de Bardin (2009) sobre a técnica de análise de conteúdo.

5.2 ANÁLISE DAS CATEGORIAS ESTABELECIDAS

A análise das narrativas forneceu elementos importantes para que se pudesse entender como se constitui a relação dos gestores da colônia de pescadores com os pescadores associados e, assim compor o ponto de vista enquanto pesquisadora. As relações se mostraram complexas e permeadas de elementos que interferem no processo de interação social, fazendo com que este seja ainda mais difícil entre tais atores e, nesse sentido, a relação profissional é igualmente afetada.

A possibilidade de criar as categorias para análise foi dada pelos próprios sujeitos em suas falas, com algumas delas expondo de modo muito explícito a questão problema que norteou a pesquisa e conduziu esta investigação. Assim, procurou-se ouvir com bastante cautela as narrativas, para não se correr o risco de criar premissas que fugissem ao propósito do estudo e, que não pudessem se fundamentar no referencial teórico já construído na tese. Ao final da análise de cada categoria, apresentou-se uma representação gráfica das falas na forma de quadros para uma melhor visualização.

Portanto, procurou-se nesta análise harmonizar da melhor maneira possível, o objeto investigado e a teoria, respondendo a questão problema e ao terceiro objetivo específico que era “observar como se constitui a relação estabelecida entre a Colônia de pesca e os pescadores”. Convém considerar também este esforço, como uma maneira de contribuir para que ocorram mudanças na realidade informacional da categoria de profissionais pesqueiros, se não de todos, ao menos de alguns sujeitos, pois, a falta de informação limita as possibilidades daqueles e reforça as situações de dominação e submissão que ainda prevalecem em alguns contextos sociais.

A primeira categoria **“Planejamento e ocorrência das práticas de informação na colônia de pescadores”** (Vide **Figura 52**) foi constituída levando em conta a produção de informação para o setor pesqueiro e o imediatismo com que tais informações têm sido compartilhadas na sociedade. Desta forma, procurou-se identificar as práticas que compartilham informações e orientam os pescadores em relação às suas necessidades informacionais, promovem o acesso às fontes de informação existentes para o segmento da pesca, bem como, verificar a frequência com que elas ocorrem.

O compartilhamento de informações pode gerar ações de cooperação entre os sujeitos a partir de suas experiências pessoais e nesse sentido, pode ser entendido como uma “cultura

de interação social, na qual ocorre a troca de conhecimento, experiências e habilidades” que pode promover uma aprendizagem coletiva resultando em oportunidades para todos. O trabalho em cooperação é uma alternativa muito utilizada, principalmente por grupos minoritários como os pescadores artesanais, no enfrentamento e superação de dificuldades sociais. (ALCARÁ et al, 2009, p. 171).

A dinâmica de apresentação destas análises é diferente do modo como se fazia anteriormente. Separados em quadros distintos as falas dos gestores e dos pescadores, por se entender que desse modo ficaria mais claro o entendimento que os dois grupos têm sobre o que versa a categoria em análise. Assim, no **Quadro 14**, são expostas as falas dos gestores e logo, no **Quadro 15**, são apresentadas as falas dos pescadores. Na sequência, a análise sobre a questão em conformidade com o referencial teórico já apresentado.

Gestor	Narrativa
<i>PG1</i>	<i>“Não é sempre que eu faço reunião não, eu espero ter bastante assunto pra tratar pra poder marcar uma reunião, mas isso num atrapalha nada, porque é na reunião que a gente dá todas as informações, as vezes eu também contrato o carro de som pra divulgar, (...) mas já teve curiosos e muitas palestras com o pessoal do Ibama, com engenheiro da Embrapa.</i>
<i>PG2</i>	<i>“A gente faz reunião. Eu sei que tem pouca reunião, num tem mês a mês, como devia, mas a gente num esconde nada de ninguém”. E se for uma coisa mais urgente, a gente usa o carro de som, coloca cartaz na colônia.</i>
<i>PG3</i>	<i>“Era pra fazer reunião todo mês, mas isso num tá acontecendo. Mas é na reunião que tudo é falado”.</i>

Quadro 14 - Categoria 1: Narrativa dos gestores

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Pescador	Narrativa
<i>P1</i>	<i>“Eles quase num faz reunião, e ninguém sabe nada nem sobre as contas da colônia, que era pra saber.”.</i>
<i>P2:</i>	<i>“Pode perguntar aqui a qualquer pescador se tem reunião todo mês na colônia, num vai ter um que diga que tem”.</i>
<i>P3:</i>	<i>“Num é sempre não, e faz tempo que teve reunião”.</i>
<i>P4:</i>	<i>“Eles querem é isso, que o pescador não pergunte nada e num saiba o que tá acontecendo. Por que ai eles fazem o que quer é por isso que num tem reunião”.</i>
<i>P5:</i>	<i>“Reunião aqui é coisa que quase num acontece, ... esse pessoal não fala nada pra ninguém”.</i>
<i>P6:</i>	<i>“Quando acontece reunião é que a gente fica sabendo de alguma informação pela Colônia, fora isso eles não fazem mais nada”.</i>
<i>P7:</i>	<i>“Eu to esperando mesmo que tenha uma reunião pra perguntar sobre uma</i>

	<i>coisa, porque como é que o cara pode marcar uma parte da praia pra eles impedindo os outros de pescar naquele lugar? mas ta de rosca essa reunião, porque num acontece nunca”.</i>
P8:	<i>“Se lhes eles disser que faz reunião com a gente, pode ter certeza que é mentira deles”.</i>
P9:	<i>“Esse presidente que tá lá não foi colocado por nós não, foi um arrumadinho do prefeito com o presidente que a gente votou. Esse cara não é de confiança, gosta de fazer as coisas caladinho, eu já conheço ele bem direitinho. Um cara desse num vai dizer nada a ninguém, num é verdade?”</i>
P10	<i>“Já teve palestra e curso na colônia, mas faz muito tempo. Antes a gente sabia das coisas até pelo rádio, porque o presidente botava anuncio na rádio que tem aqui”.</i>
P11:	<i>“Esse pessoal é devagar demais, num faz nem reunião e, as vezes, quando tem reunião, eu ainda desconfio que o presidente num diz tudo que sabe”</i>
P12	<i>“Era pra ser como a gente vê nas outras colônias, que tem muito curso, orientação, reunião e tudo de bom pro pescador aprender mais e saber das coisas.”</i>
P13:	<i>Aqui minha amiga, num tem reunião não, nem outra maneira do pescador ser informado de nada não. Já teve, mas agora? Ta difícil!!</i>
P14:	<i>“Se eu disser que nunca teve curso eu to mentindo, mas era pra ter sempre, porque a gente aqui precisa de informação”.</i>
PA15:	<i>“Quando eu pescava, eu viva na colônia procurava saber das coisas, isso obrigava os caras a fazer reunião, então a gente tinha mais reunião que hoje”.</i>
PA16:	<i>“Pelo que eu escuto aqui na praia, esse pessoal num ta fazendo reunião não”.</i>
PA17:	<i>“Parece que agora ta pior do que no tempo atrás. O presidente parece que é o dono da colônia e faz tudo calado, num chama o pescador pra informar nada.</i>

Quadro 15 - Categoria 1: Narrativa dos pescadores

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

É importante antes de iniciar a análise, destacar a participação efetiva dos sujeitos envolvidos (gestores e pescadores ativos e aposentados) expressando suas opiniões e ideias acerca da questão tratada. Esse gesto de contribuir com a pesquisa, foi o que possibilitou compreender as minúcias de uma realidade social conhecida de modo mais superficial. Assim, em relação à primeira categoria, todos os sujeitos se posicionaram e expressaram seu ponto de vista, sobre a questão colocada. Os relatos dos gestores PG1, PG2 e PG3 citam como práticas de informação – reuniões, cursos, palestras e divulgação de informação utilizando carro de som. No entanto, percebe-se em suas falas que a realização dessas práticas não tem uma ocorrência nem um planejamento sistemático, que favoreça e possibilite o envolvimento de pessoas que tenham interesse em contribuir.

Todas as ações citadas pressupõem a necessidade de um planejamento prévio que

permita o compartilhamento de informações, até porque, a tendência é que o controle do conhecimento saia cada vez mais, das mãos dos gestores, em razão do excesso de informação que força a descentralização e, uma vez que, tanto a informação quanto o conhecimento são inerentemente sociais, ocorrendo a partir de interações complexas e estão relacionadas ao aprendizado e ao desenvolvimento dos sujeitos. (JOHNSON, 2011).

A realização de reuniões com os pescadores é a única prática de mediação da informação que todos os gestores admitem ser desempenhada, muito embora, não haja clareza quanto à regularidade dessa ocorrência, como determina o artigo 45 do Regimento Interno da Colônia de Pescadores Benjamin Constant Z5, que estabelece a periodicidade das reuniões, em caráter mensal. Os gestores demonstraram ter consciência deste ato, mas, consideram que o fato de não haver uma regularidade não impede que a informação seja compartilhada posteriormente com os pescadores.

No entanto, essa iniciativa não é uma prática positiva para a pesquisadora. O acúmulo e a não regularidade no compartilhamento dessas informações podem acarretar prejuízos para o pescador. Ou seja, se num determinado momento a colônia recebe informações sobre mudanças na legislação que regulamenta a atividade pesqueira e essas mudanças passam a vigorar em caráter imediato à sua publicação, o pescador não poderá ficar livre de penalidade, caso seja pego infringindo a legislação, se ele não recebeu em tempo hábil tal informação.

É um ponto de vista equivocado e totalmente contrário ao que a sociedade está vivendo, sobretudo, porque limita o raio de ação dos sujeitos e vai na contramão do que se espera que aconteça, quando se implantam práticas sociais mediadoras de informação. Nesse sentido, a mediação possibilita a superação de situações, porque dá ao sujeito a possibilidade de construir outras configurações cognitivas e a partir delas, dá outro sentido às suas ações. A mediação é uma “ação vinculada à vida, ao movimento, ao processo de construção de sentidos e, os seres humanos agem em relação à realidade tomando como referência o significado que atribuem a essa realidade, que é construída nas interações sociais e mediações simbólicas”. (GOMES, 2010, p. 87). É por esse entendimento que a pesquisadora se posicionou contrária a atitude manifestada pelos gestores e defendeu que a realização desta prática siga as orientações do regimento da associação.

Em relação às outras práticas informadas pelos gestores, a impressão causada é que elas são mais improváveis ainda de se efetivarem na atualidade, embora tenham ocorrido em outras gestões. Na fala dos pescadores transparece um princípio contraditório, que coloca em

dúvida o que afirmam os gestores. Os pescadores reconhecem que realmente não há uma regularidade para a realização de reuniões com o propósito de compartilhar informações e estão convictos de que os gestores não fazem uma gestão transparente e participativa. Consequentemente, esse comportamento dos gestores é o que tem gerado o alto índice de insatisfação constatado entre os pescadores.

Nessa primeira análise, surgem evidências que podem confirmar o que já se havia presumido, quando se levantou a possibilidade de haver aspectos de sociabilidades da teoria de *Simmel* interferindo na relação constituída entre os sujeitos investigados. As narrativas de **P1**: *“e ninguém sabe nada nem sobre as contas da colônia”*; **P5**: *“esse pessoal não fala nada pra ninguém”*; **P9**: *“não é de confiança, gosta de fazer as coisas caladinho”*; **P11**: *“eu ainda desconfio que o presidente num diz tudo que sabe”*; **PA17**: *“[...] e faz tudo calado, num chama o pescador pra informar nada”*. Essas falas mostram que há uma espécie de segredo entre os gestores e que este não deve ser conhecido por todos os pescadores.

É possível que o segredo seja um dos elementos no qual se baseiam as relações e o comportamento dos gestores e, de acordo com Maldonado (2011, p. 98) “o segredo implica também em atitudes como hábito ao silêncio, a cooperação, a confiança, elementos sem os quais ficaria difícil viabilizar as relações sociais”. Manter informação em segredo não é um privilégio desses sujeitos, é uma prática medieval como mostra o livro Umberto Eco em sua obra “O Nome da Rosa”, prática disseminada na sociedade contemporânea.

O segredo e a informação permeiam as relações sociais e conforme Mostafa e Maranon (1992, p. 204) apesar de serem contrários, “um não vive sem o outro, são polos opostos e complementares”. Schritzmeyer e Campos (2015, p.1) observam que é importante discutir o segredo além das fronteiras das etnografias desenvolvidas na História e na Sociologia defendendo que outras áreas como a Ciência da Informação, também, aborde essa temática. Para as autoras, “isso evidencia a necessidade de uma maior sistematização do conhecimento [...] dos seus instrumentais teóricos e metodológicos para estendê-los e aplicá-los às investigações [...], focalizando-se as facetas “ocultas” das diferentes formações socioculturais”.

Na relação que se efetiva hoje no campo investigado, foi possível perceber que há coisas que devem permanecer em segredo. Trocas de olhares entre os pescadores, durante as conversas e frases do tipo: *“é melhor eu ficar calado”*, foram indícios para se acreditar que a relação estabelecida entre os gestores da colônia de pescadores e os pescadores é complexa e

conflituosa, mas, pelo visto, não foi sempre assim e, em outras gestões essa relação foi mais harmoniosa e mais positiva em termos de ações e resultados para a categoria. De acordo com Maldonado (2007, p. 24) “a identificação de diferença [...] nas dinâmicas de distribuições de informação em diferentes formas sociais, levou a sociologia a considerar o segredo como um dos processos imanentes ao conflito [...]”.

Os pescadores são conscientes do que significa ter informação, sobretudo de maneira antecipada e talvez isso, seja mais um precedente para a manutenção daquela em segredo, longe do conhecimento de todos. A informação nesse contexto também implica em poder e vantagem competitiva sobre os demais pescadores e, pode justificar certos comportamentos desconfiados percebidos em alguns desses sujeitos, mas, que não foram impedimentos para continuar a busca de validação da hipótese.

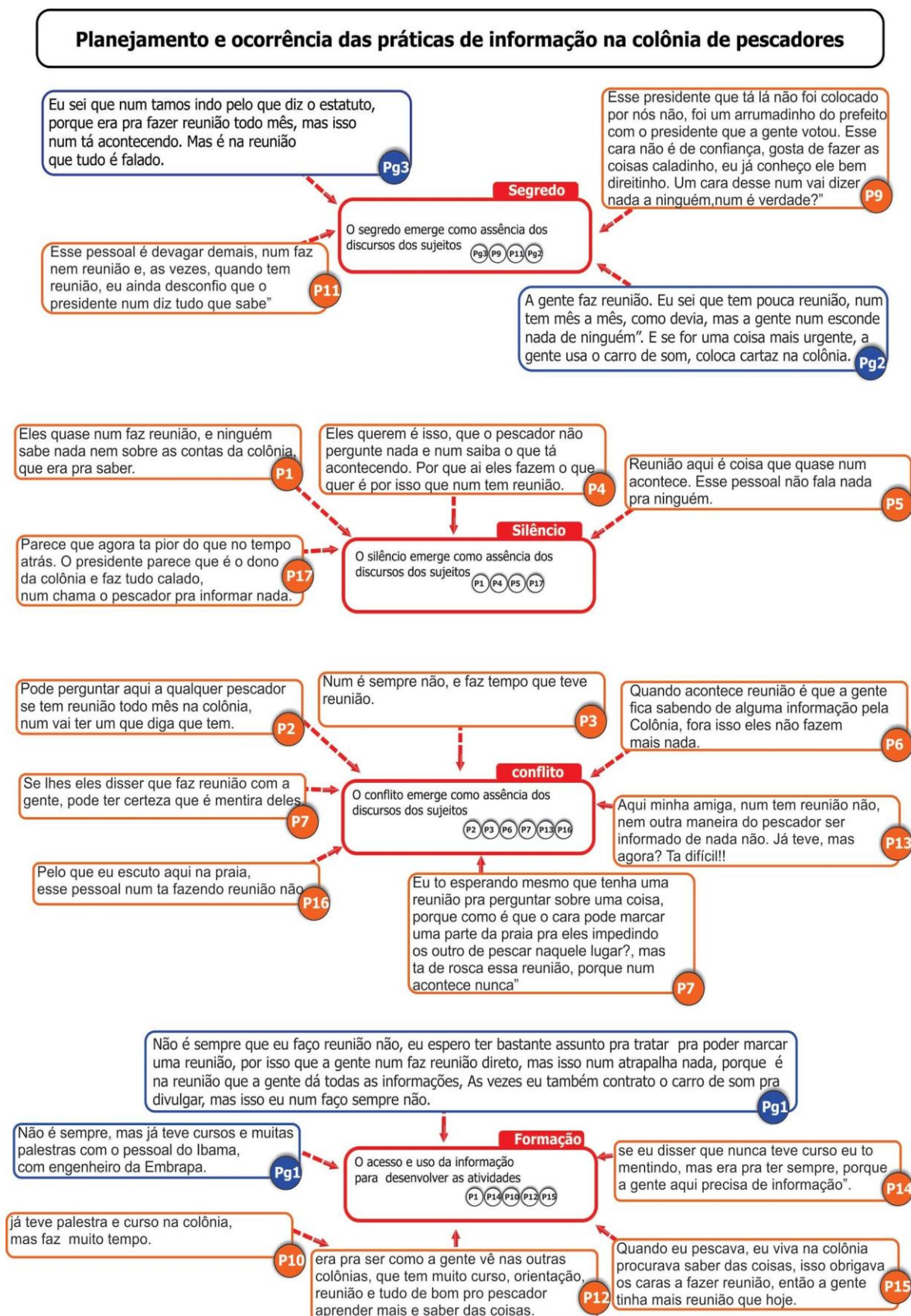


Figura 52 - Representação gráfica da primeira categoria

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Na categoria **Outras possibilidades para constituir práticas de informação**, a análise levou em conta o fato de que os pescadores de Lucena são solicitados a colaborar com pesquisadores de diferentes instituições de ensino voltadas para o segmento da pesca, localizada nas proximidades do município, como o IFPB e a UFPB, razão do interesse em verificar a ocorrência de parcerias para a realização dessas práticas de informação. (Vide **Quadro 16** e **Quadro 17**).

Gestores	Narrativas
PG1	<i>“Eu sei que tem a escola em Cabedelo (IFPB), que tem o curso de pesca e tem também o Centro de referência, mas eu nunca procurei ninguém de lá pra vir dá um curso aqui pro pessoal. Quando eu assumi a colônia não tinha nenhuma parceria feita e eu confesso que também não fiz isso até agora. Mas teve já palestra, e uns três cursos”.</i>
PG2	<i>“Os curso que já teve aqui até onde eu sei, era sempre o pessoal que vinha aqui, nunca era o presidente que ia atrás”.</i>
PG3	<i>“O pessoal sempre pergunta, porque tem colônia que tem muito curso, mas isso depende do presidente ir atrás”.</i>

Quadro 16 - Categoria 2: Narrativa dos gestores

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Pescadores	Narrativas
P1	<i>“Eu já fui da diretoria da colônia e sei que o pessoal tem que ir atrás de curso, de oficina, de palestra ... mas sabe qual é o problema daqui? É que quem tá lá agora num tem interesse”.</i>
P2	<i>“Eu vejo tanta coisa errada acontecendo aqui e é por falta de quem oriente e ensine”.</i>
P3	<i>“Se a colônia chamar, o pessoal vem aqui, dá um apoio a gente, porque tem muita coisa que a gente num sabe, tem pescador aqui que nunca viu um GPS”.</i>
P4	<i>“Se for depender só da colônia, a gente num tem assistência de nada, nem apoio pra fazer nada”.</i>
P5	<i>“Aqui num tem nada porque esse presidente num quer é só isso”.</i>
P7	<i>“Nas outra colônia por aí, só vive tendo curso, aqui num tem é nada”.</i>
P8	<i>“Tem um professor do IFPB que tá fazendo uma pesquisa também, como você, ele ta me ajudando e eu ajudando a ele. Ele vem duas vezes por mês e ai no dia que ele vem com os aluno e os técnico ele compra minha produção, que é pra ele estudar o camarão. Ele e o pessoal que vem com ele já explicou tanta coisa pra gente.</i>
P9	<i>“O problema Deise, é que o povo daqui briga muito por qualquer coisa, ai fica um grupinho aqui,,outro ali e acaba que ninguém resolve nada”.</i>
P10	<i>“Esse ano vai acabar a gente num teve nada, num teve um curso. Num teve nada que se possa dizer, que teve”.</i>

P11	<i>“Eu acho que o que falta é vontade de trabalhar pra todo mundo, eles só fazem as coisas pra eles”.</i>
P12	<i>“Se for ficar esperando que a colônia faça alguma coisa, você nunca sai disso. O cara tem que ir fazer por conta própria, entendeu?”. E a gente sempre aprende alguma coisa, num é?</i>
P13	<i>“Olhe, tem o Ibama, tem o Banco Nordeste, tem o pessoal do governo, que vez por outra tão aqui fiscalizando, tem Ong, tem a escola em Cabedelo (IFPB), tem a universidade, tudo isso, o que num falta é que possa vir trazer informação. O que falta mesmo é o presidente da colônia ir atrás desse pessoal”.</i>
P14	<i>“A última vez que teve curso aqui foi na gestão passada, de Belo. Tinha curso, oficina, palestra, tinha tudo só não participava que num queria, mas tinha. Foi muito bom, porque eu mermo aprendi muita coisa que eu num sabia”.</i>

Quadro 17 - Categoria 2: Narrativa dos pescadores

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Na análise desta categoria, foram consideradas as falas mais expressivas em relação à questão abordada, portanto, não se teve a participação de todos os pescadores que integram a pesquisa. Na escala produtiva do setor pesqueiro os pescadores artesanais representam uma parcela de mais de 50% do total da fauna marinha capturada no mundo e emprega 98% das pessoas que diretamente, estão envolvidas com essa atividade. (REBOUÇAS. FILARDES VIERA, 2006). Apesar da importância dos pescadores artesanais para a economia mundial, muitos desses profissionais estão longe de terem seus direitos respeitados como deveria ser. Com isso, dependem de outras pessoas para ter o acesso aos bens e serviços o que acaba na maioria das vezes se convertendo num relação de dependência com as instituições que os representa, como as colônias de pescadores, os sindicatos e as federações.

Os pescadores artesanais de Lucena vivem uma situação muito próxima disso, sobretudo, porque, alguns fatores se constituem como impedimento para que eles saiam de sua cidade e possam buscar informação em outras localidades. Tal situação revela-se como uma boa oportunidade para os gestores da colônia onde esses pescadores estão associados, possam empreender ações que reverta esse quadro. Uma estratégia muito usada por pequenas comunidades e grupos minoritários como os pescadores artesanais é a busca por parcerias com outras organizações que possam contribuir para superar os problemas que afetam o grupo.

Os gestores ouvidos na pesquisa estão cientes de que muito próximo dali, existe instituições que poderiam contribuir, através de parcerias, para que os pescadores locais

pudessem ter acesso à informação e conhecimento, sem que fosse preciso um deslocamento. Eles também reconhecem que essa iniciativa deveria partir deles e admitem que desde que estão à frente da colônia de pescadores, não agiram nesse sentido e justificam essa atitude alegando apenas que deram prioridade a preocupações mais urgentes.

No entendimento da pesquisadora, essa questão deveria figurar entre as prioridades da gestão, pois, seria uma oportunidade a mais para os pescadores obterem conhecimento e, se atualizarem sobre as tecnologias inovadoras utilizadas na pesca de um modo geral e, também, uma oportunidade para os gestores incentivarem um maior envolvimento dos pescadores com a colônia. No caso das instituições de ensino, a parceria poderia ser uma via de mão dupla: os pescadores ao mesmo tempo em que iam aprender através dos cursos e oficinas, poderiam também, ensinar aos alunos seu conhecimento adquirido através de anos de experiência na pesca.

As iniciativas de criar parcerias têm sido a saída para os pescadores artesanais encontrar solução para alguns de seus problemas. Um exemplo pode ser o da “Rede Solidária da Pesca, iniciativa que envolve pescadores, universidades, projetos e representantes dos poderes públicos municipais e federais de diversas regiões do país”. (LOPES et al 2011, p. 188). Esse tipo de parceria possibilita o compartilhamento de informações, o contato com diversas fontes de informação e geralmente tem efeitos positivos para as partes envolvidas, podendo resultar em inovações e mudanças na organização da pesca local.

Em relação a essa questão, os pescadores criticaram com veemência os gestores em suas falas e demonstraram conhecimento sobre as instituições que de alguma maneira poderia ajudá-los. Segundo eles, a experiência de parcerias já foi vivenciada na comunidade sendo uma oportunidade muito proveitosa para quem participou dos cursos, oficinas e palestras. Para a pesquisadora a não promoção dessas ações impede que o pescador seja ouvido e assim, possa estar deixando de contribuir com seu conhecimento na construção de metodologias de cursos para esse público que sejam mais próximas de sua realidade e suas necessidades, especialmente, porque eles são uma fonte de informação que não deve ser desconsiderada.

A criação dessas parcerias poderia ajudar na construção de políticas públicas mais inclusivas e efetivas e traria uma nova configuração para o regime de informação da colônia de pescadores, que passaria a ter mais elementos nos componentes identificados e conseqüentemente, uma configuração mais ampla favorecendo a sua ação enquanto produtora de informação e, posteriormente, o compartilhamento com a sociedade. (GONZALEZ DE

GOMEZ, 1999). Considerando essas falas apresenta-se a configuração gráfica de como poderia se constituir um novo regime de informação da colônia de pescadores se fossem efetivadas possíveis parcerias, a partir das narrativas. (Vide **Figura 53**).

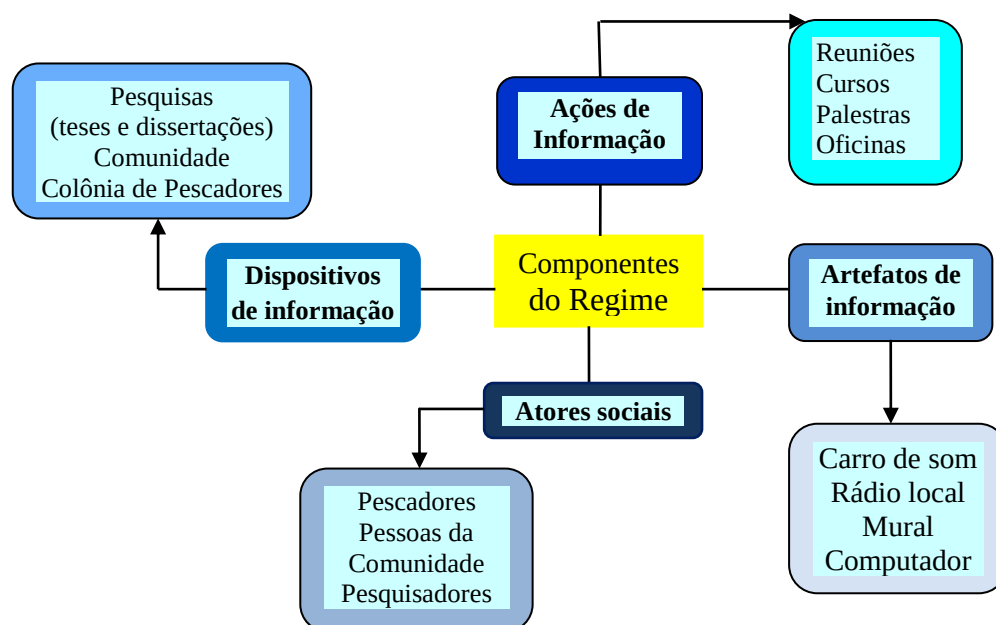


Figura 53: Regime de informação a partir das narrativas.
Fonte: Dados da pesquisa

No contato com os gestores, nós percebemos que se houvesse um uso efetivo dos recursos tecnológicos que a colônia dispõe (computadores com acesso a internet), ela poderia ampliar ainda mais, sua atuação e a prestação de serviços a seus associados, pois muitas informações seriam disponibilizadas através da internet, e os pescadores que costumam acessar a rede, poderiam dispor dessas informações em qualquer hora e lugar e o regime de informação ganharia mais elementos. Como veremos na próxima análise, contrariando a todas as limitações os pescadores desenvolvem estratégias para acessar a informação por meio da internet e para tanto, muitos deles, contam com a ajuda de outras pessoas.

Outras possibilidades para constituir práticas de informação

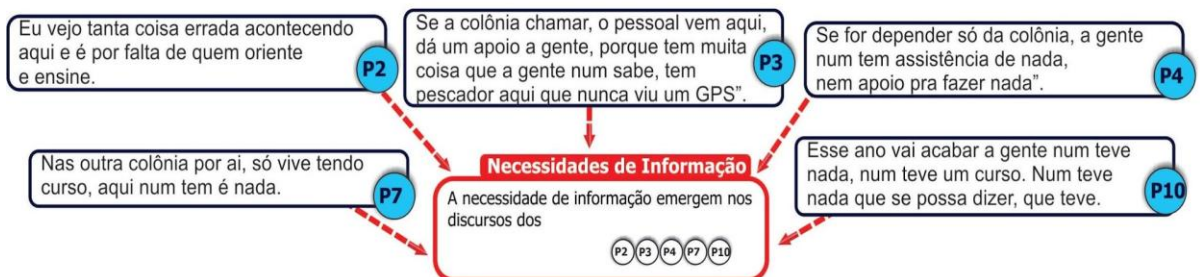
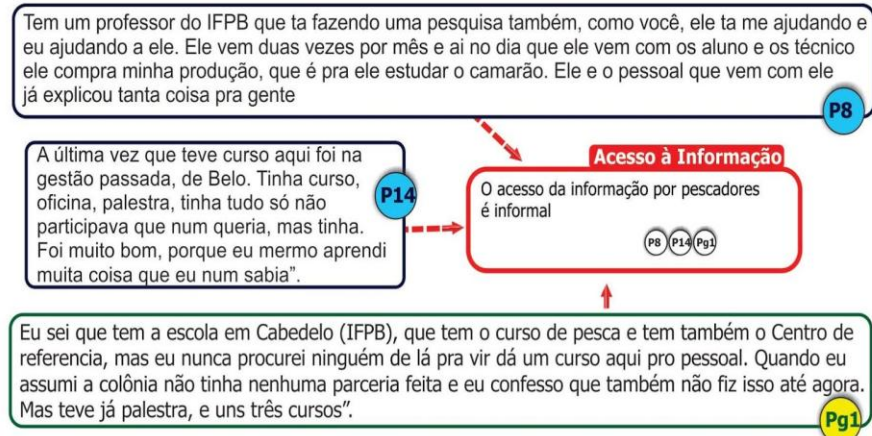
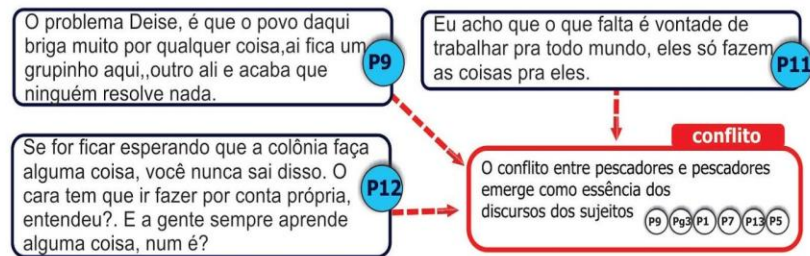
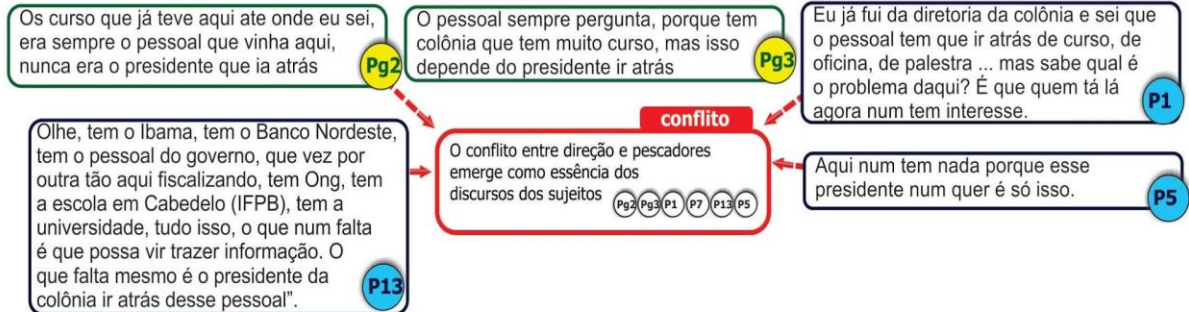


Figura 54 - Representação gráfica da segunda categoria

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Em virtude da constatação de que não são realizadas muitas práticas de informação pela colônia de pescadores, no sentido de compartilhar informações com seus associados, tentou-se identificar os caminhos que os pescadores trilham, para satisfazer suas necessidades de informação atentando para os fatores que poderiam se constituir em barreiras impositivas a essa ação. Assim, sobre a categoria, “**acesso à informação**”, obteve-se as respostas conforme **Quadro 18 e Quadro 19**.

Gestores	Narrativa
<i>PG1</i>	<i>Aqui a gente tem internet a menina que trabalha aqui, ela quem faz pesquisa de muitos assuntos da pesca e passa pra mim. Mas eu mesmo num pesquisei não, tudo é ela. E muita informação que eu traga é das reuniões que eu participo na federação, na secretária e conversando com presidente de outras colônias também.</i>
<i>PG2</i>	<i>Sobre a pesca eu sei do que acontece mas aqui na colônia mesmo, mas meu filho tá sempre por dentro das coisas e muito do que eu sei é ele que me diz, ele vê na internet.</i>
<i>PG3</i>	<i>Eu num sei mexer em nada de computador nem de internet, agora eu ando muito e converso com pescador de Cabedelo, de Barra, de Baía, os menino da praia de Touros vem muito aqui, vender peixe quando eles tão pescando aqui na costa, e eu converso com eles, também tem aquele menino que é de Jacumã. Eu conheço pescador de João Pessoa, e um vai falando uma coisa, outro fala outra coisa e a gente vai ficando sabendo. É assim.</i>

Quadro 18 - Categoria 3: Narrativa dos gestores

Fonte: Dados da Pesquisa

Pescadores	Narrativas
<i>P1</i>	<i>“Eu peço informação aos meus colegas, eu escuto rádio, veja televisão, só num sei nada de internet (risos)”.</i>
<i>P2</i>	<i>“Quando eu quero uma informação, eu procuro uma pessoa que possa me dizer certo, porque tem gente que num sabe e fica dizendo errado. Por isso que eu gosto de ir na pessoa certa”.</i>
<i>P3</i>	<i>“Eu tenho pouca leitura, mas num me complico não. Quando tem uma notícia no rádio, eu pergunto”.</i>
<i>P4</i>	<i>“Meu filho me ajuda e descobre tudo na internet, e eu assisto o jornal que eu gosto muito”.</i>
<i>P5</i>	<i>“Ah, eu vou atrás com quem sabe... falo com meus amigos de Cabedelo e num instante eu sei de tudo”.</i>
<i>P6</i>	<i>“Eu uso muito a internet, procuro me atualizar nos sites, todo dia eu entro na internet e tudo que eu preciso eu vou pesquisar lá”.</i>

P7	<i>“Toda vez que eu precise de uma informação, eu peço pra minha filha ou minha neta me ajudar. O cara que num tem estudo é cego de guia, (risos) eu sou, porque estudei pouco e já até esqueci o que aprendi (risos)”.</i>
P8	<i>“Eu vou na colônia, porque eles tem que dizer as coisas pra gente”</i>
P9	<i>“Por conta de briga de política, o pessoal aqui esconde muita informação que pode ajudar sabe, é uma tristeza”.</i>
P10	<i>“Se for alguma coisa sobre a pesca, eu prefiro ir perguntar na colônia, mas outra coisa assim, eu vejo na televisão, no rádio, na internet”.</i>
P11	<i>“Hoje tudo é na internet ne? Eu num sei mexer não, mas os menino sabe”</i>
P12	<i>“A melhor coisa do mundo é o cara saber ler, porque ai ele num sofre na hora que quer saber alguma coisa.(...) num fica como eu, dependendo dos outros até pra comprar um remédio. Eu num estudei (risos)”</i>
P13	<i>“Na praia a gente conversa muito e fica sabendo das coisas”.</i>
P14	<i>“Eu pesquiso na internet pra mim e pro outros. Tudo que eu sei eu aviso aqui a todo mundo”.</i>
PA15	<i>“Eu num estudei, e até hoje eu quando quero uma informação eu pergunto a quem sabe”.</i>
PA 17	<i>“Eu estudei muito pouco, quando foi pra eu me aposentar minha nora quem andou comigo, porque eu num sabia ler direito as coisas e até pra perguntar fica difícil de entender. Até hoje ela quem me explica as coisas”.</i>
PA 18	<i>“Quem tem pouca leitura, precisa sempre de alguém pra ajudar, eu peço ajuda quando não entendo e quando quero uma informação”.</i>

Quadro 19 - Categoria 3: Narrativa dos pescadores

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Na sociedade contemporânea, ter acesso à informação e ao conhecimento é o diferencial que justifica o bom desempenho de algumas pessoas, tanto na vida pessoal como na profissional, contudo, o que vai determinar o sucesso ou não, de cada uma delas, será o uso que ela fará, tanto da informação quanto do conhecimento. (SOUZA; AMARAL, 2012).

Nos diversos contextos sociais, as estruturas (de família, de amizades, profissionais e etc,) estão se modificando de modo muito rápido, no entanto, nem todas as pessoas estão conseguindo, adequar-se a essas mudanças com a mesma velocidade, em razão das desigualdades sociais que se enraizaram e que são determinantes em qualquer sociedade.

Desta forma, para essas pessoas muitas coisas ficam no campo dos desejos e o acesso à informação, por meio dos suportes tecnológicos digitais, pode ser uma delas. A comunicação da informação evolui devido à vasta gama de tecnologias criadas para esse fim. No entanto, fazer com que a grande quantidade de informação que está à disposição das pessoas circule de forma mais imediata, não garante que essa informação alcançará todas as pessoas, nem que ela possa se converter em conhecimento. Isso porque, mesmo que a sociedade da informação tenha contornos mais tecnológicos, ela ainda não conseguiu mudar

os parâmetros sociais.

Na análise das falas, tanto dos gestores quanto dos pescadores, verificou-se que pelo fato de muitos deles não terem tido acesso à educação, suas habilidades para utilizar tais suportes é limitada, no entanto, não é um impedimento para que eles tenham consciência de que existem além dos meios tradicionais, como rádio e televisão, novos meios por onde a informação pode ser compartilhada. As estratégias encontradas para o acesso e uso da informação têm a colaboração de outras pessoas (familiares ou amigos), que fazem o papel de mediadores, interagindo por outros meios onde a informação pode ser compartilhada, mas particularmente pelo contato pessoal. (FREIRE, 1991).

Percebeu-se ainda, que na comunidade as relações entre as pessoas são afetadas por questões de várias naturezas, principalmente de natureza política, como relata o pescador identificado como P9 *“Por conta de briga de política, o pessoal aqui esconde muita informação que pode ajudar, sabe, é uma tristeza”*, confirmando a percepção da pesquisadora sobre tal questão. Isso interfere na relação dos pescadores com colônia, porque os gestores não se mantêm a margem dessa questão, principalmente em ano eleitoral, quando o grupo gestor sempre declara apoio a algum candidato político.

Não há uma compreensão nem aceitação das escolhas políticas feitas o que acaba se tornando ponto de conflito entre esses sujeitos e uma barreira no acesso à informação. Nessas narrativas registradas e também no que não se pode registrar, acredita-se que das barreiras classificadas por Wersig (1970) na comunicação da informação e apresentadas por Freire (1991) estão presentes no campo onde a pesquisa se desenvolveu, a saber:

- **Barreiras** que ocorrem entre grupos sociais em uma mesma sociedade, mas que possuem ideologias diferentes. Os pescadores deixaram transparecer de modo muito claro em suas fala que se posicionam politicamente de forma diferente da gestão e que por isso sofrem sanções dos gestores;

- **Barreiras de tempo**, pelo fato de a informação “envelhecer”, tornar-se obsoleta como bem cultural ou de produção, o que obriga o usuário a estar atento à oferta de conhecimento, de modo a encontrar novos dados que complementam seu conjunto de informações; A Colônia não disponibiliza aos pescadores a informação em tempo como deveria ser e os pescadores procuram manter-se atualizados por outros caminhos e assim criam suas estratégias.

- **Barreiras de capacidade de leitura**, que diz respeito à capacidade de o usuário

selecionar o material informativo relevante para atender sua necessidade de informação. Os pescadores têm limitações, sobretudo do ponto de vista educacional, consequentemente sua capacidade de interpretação é limitada, mas, esta barreira pode ser superada pelo treinamento;

• **Barreira de consciência e conhecimento da informação**, o que significa para o agente atender à demanda apenas com informação conhecida ou ampliar suas fontes no limite da exaustividade; O comportamento dos gestores, enquanto agentes mediadores, não atendem às demandas informacionais dos pescadores e, a informação é veiculada de forma indireta.

A sugestão da pesquisadora é que a partir dessa realidade as práticas de informações ao serem pensadas e construídas devam considerar a situação educacional que impera entre esses sujeitos, pois esse pode ser o ponto principal para superar muitas dificuldades.

Os pescadores artesanais precisam de ações que os tornem capazes de saber matéria de informação, reconhecer aquelas que não são importantes às suas necessidades, o que já seria um grande avanço para os pescadores, pois muitas outras barreiras se constituem no campo onde eles atuam. O acesso às tecnologias também poderia ser fomentado nessas práticas e, não apenas tecnologias que compartilham informação, mas, as práticas devem focar também no sentido de capacitar o pescador para conhecer e saber utilizar tecnologias que dão subsídio à atividade pesqueira, como relatou um dos entrevistados, “*tem pescador aqui que nunca viu um GPS.*”. Em suma, toda ação de informação que puder promover mudanças na vida dos pescadores, serão sempre bem vindas, pois, existe uma demanda e uma necessidade informacional, como se pressupôs desde o início da pesquisa.

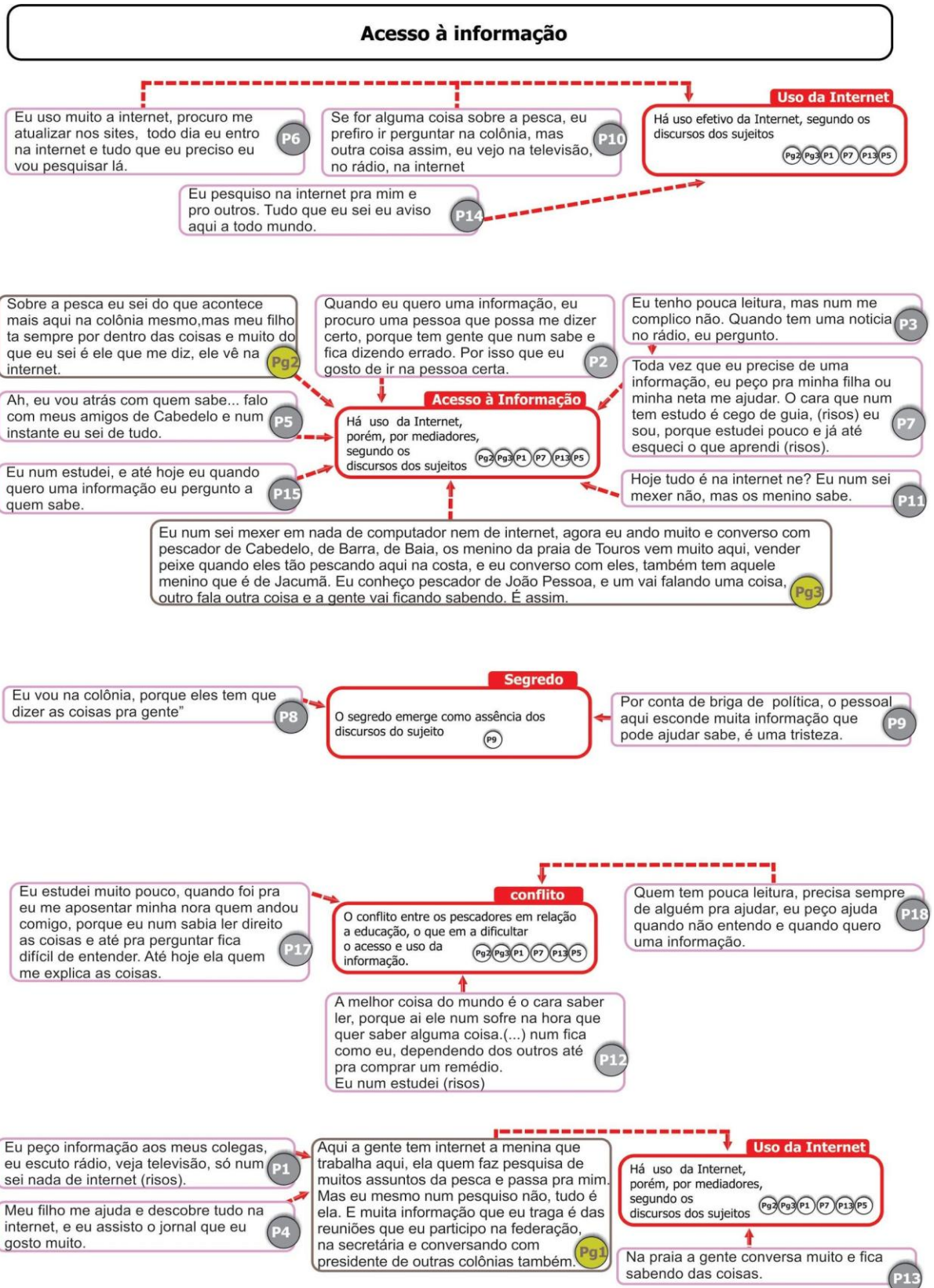


Figura 55 - Representação gráfica da terceira categoria

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contextos sociais são para o pesquisador um vasto campo de pesquisa e um escopo de oportunidades para a investigação acadêmica, permitindo desta forma, uma apreensão apropriada das temáticas trabalhadas a partir das áreas de conhecimento que a pesquisa envolve. Na trajetória desta pesquisa, já se tinha vivenciado a pesquisa em contextos complexos como comunidades urbanas (favelas) alicerçando as situações a enfrentar no campo da pesquisa e, apesar dela ter se desenvolvido em outro tipo de comunidade, não eram menos complexas as questões sociais ali existentes.

A comunidade de pescadores de Lucena, com certa frequência tem recebido pesquisadores de diferentes instituições interessados em estudar o comportamento das espécies marinhas, da fauna acompanhante, de questões de natureza ambiental com os estuários e manguezais que predominam na região, como verificado *in loco* e, também, em algumas bibliografias pesquisadas, durante o levantamento bibliográfico realizado para subsidiar a escrita da tese. Contudo, poucas pesquisas olharam a questão relacional entre os pescadores e foi por esse caminho que a pesquisadora saiu da sua zona de conforto e partiu para a ação.

A Colônia de pescadores tem uma importância social e histórica não apenas para a comunidade, mas, para a história da pesca no Brasil e na Paraíba, visto figurar entre as primeiras colônias de pescadores fundadas no país por iniciativa da marinha de guerra. Percebeu-se que esse é um motivo de orgulho para os pescadores de Lucena, sobretudo, àqueles profissionais mais experientes que vivenciaram a participação dos pescadores nos movimentos em defesa da costa brasileira, ocorridos ao longo dos anos. A pesca artesanal tem suas particularidades e uma delas é o fato de ser uma atividade que vem se mantendo pela tradição familiar, passando dos pais para filhos, além da profissão, um conhecimento tradicional adquirido a partir da experiência no cotidiano.

É uma atividade de muitos riscos e pouca rentabilidade, no entanto, encontrou-se no campo da pesquisa, muitos pescadores, que apesar das dificuldades enfrentadas, se mostram satisfeitos com a profissão, e que não cogitam a possibilidade de abandonar a pesca. Outros, no entanto, precisam complementar a renda com diferentes atividades profissionais, mas,

procuram sempre conciliar os horários de modo que possam continuar pescando. Também registrou-se a presença de familiares (esposas e filhos, inclusive crianças) ajudando na atividade, durante a pescaria que ocorre à beira mar.

Mesmo com o conhecimento prévio em relação à comunidade da Colônia de Pescadores “Benjamin Constant Z5” na praia de Lucena-Pb, jamais se esperou chegar e encontrar um problema de pesquisa pronto, mas, já se antevia que ele existia e que podia ser investigado pelo viés da Ciência da Informação (área de conhecimento na qual a pesquisadora está academicamente radicada) e, como todo pesquisador, seguiu-se adiante, de modo a analisar a forma como se constituíam as relações entre os pescadores e seus colegas, gestores da colônia de pescadores, em relação ao compartilhamento de informação. Com essa perspectiva, deu-se início à trajetória de investigação.

As primeiras investidas no campo da pesquisa já mostraram que as relações eram conflituosas, mas, também havia um respeito à hierarquia existente no universo do estudo, tal como descreve Maldonado (1983) em um de seus estudos sobre comunidades de pescadores. Procurou-se então, atentar a tais questões para não se correr risco de envolvimento e de emissão de juízo de valor e, sempre que, uma situação semelhante surgia com pedidos de opinião, a pesquisadora procurou manter a neutralidade usando o bom senso e a diplomacia conforme a situação.

O tempo dedicado a observar a dinâmica de trabalho dos pescadores deu o momento exato da abordagem e a confirmação de que havia a interferência dos aspectos de sociabilidades, silêncio, segredo e conflito nas práticas de mediação da informação que ocorrem na comunidade e muitas vezes são fomentadas pelas relações políticas e de poder que se constituem e colocam os pescadores em situações opostas. O momento que os pescadores estão vivendo não representa uma situação comum nem constante, mas, tem resultado no aumento de conflitos entre eles, impactando a relação ao ponto de muitos pescadores desistirem da sua filiação junto a colônia “Benjamin Constant Z5” e migrarem para outras colônias.

Todo momento compartilhado com os pescadores foi proveitoso e muito positivo para a pesquisa, à medida que se agregava informações, novas possibilidades de investigação se tornavam possíveis, no entanto, procurou-se manter o foco na questão de pesquisa proposta. O trabalho de campo foi exaustivo, mas, a receptividade demonstrada com a pesquisa tornou esse momento gratificante, sobretudo, porque oportunizou conhecer a história de vida desses

sujeitos que se permitiram remexer em suas lembranças para relatar fatos marcantes de suas vidas, como uma infância sofrida, uma aventura perigosa no mar ou a alegria de ter um ganho justo com o seu trabalho.

Do ponto de vista pessoal, a pesquisadora obteve dessa experiência muitas lições, especialmente pelos exemplos de solidariedade presenciados entre os pescadores. Em relação ao problema investigado, constatou-se que as práticas que são mediadoras de informação não são suficientes e não estão conseguindo suprir as necessidades de informação manifestadas pelos pescadores. Nesse sentido os gestores demonstraram falta de iniciativa reconhecendo que deveriam ter outro comportamento, já que, muito próximo da comunidade, existe a possibilidade de serem feitas parcerias com instituições de ensino e pesquisa no segmento da pesca.

Os pescadores expressaram ter necessidade de informação e enfrentam muitas barreiras nesse sentido, o fato de muitos não terem estudado, representa um entrave ao acesso à informação e para que eles possam assumir o cargo de gestor da associação. A interferência da política partidária na gestão da associação também é uma barreira, além de gerar situações conflituosas e de insatisfação com os gestores. Também se percebeu que a estrutura física mínima da colônia não é impedimento para a realização de práticas que envolvam um número maior de participantes. A prefeitura, quando requisitada, costuma disponibilizar seus equipamentos (prédios públicos como salas de aulas e ginásio) para a realização de eventos da colônia, assim como, de outros tipos de entidades que tenham necessidade similar.

Em geral, a situação socioeconômica dos pescadores é bem diferente da dos gestores aproximando-se da precariedade. Muitos precisam da ajuda de familiares para conseguir manter suas famílias e, do modo como se encontra a relação entre gestores e pescadores, não se identificou nenhuma ação sendo desenvolvida no sentido de melhorar tal quadro. Pareceu que da forma que está os pescadores estão entregues à própria sorte, tendo que buscar alternativas por iniciativas próprias para desenvolver ainda mais suas habilidades profissionais. Diante deste cenário, concorda-se com os pescadores quando estes afirmam que “a colônia não faz nada” por eles atualmente.

Assim, após a exposição feita nesta tese, atendendo ao último objetivo específico, apresentou-se a título de sugestão para os gestores e os pescadores, algumas considerações que se acredita, possam vir a melhorar a situação informacional de todos, bem com, a relação social entre a associação e os seus associados, a saber:

- Procurar estabelecer parcerias, com as instituições de ensino e pesquisa;
- Utilizar a internet para promover a colônia, criando no ciberespaço um canal de informação entre a colônia, seus associados e a sociedade em geral;
- Apoiar as iniciativas dos pescadores, no sentido de promover a pesca local;
- Promover regularmente práticas de informação com apoio das instituições parceiras, no sentido de orientar/informar com regularidade os pescadores em relação às mudanças na legislação marítima e ambiental, evitando assim que eles cometam alguma irregularidade dessa natureza, bem como, quanto a outras necessidades informacional;
- Criar ações que estimule a participação dos pescadores na colônia de pescadores;
- Criar mecanismos para que o pescador tenha melhores condições de venda de seu produto e conseqüentemente melhores lucros;
- Manter um bom relacionamento com os órgãos de fomento a pesca nas esferas federal, estadual e municipal.

Ao se chegar ao fim de pesquisa espera-se ter alcançado o que foi proposto na introdução da tese e, assim, tem-se a sensação do dever cumprido. Muitos problemas vividos por essa população saltaram aos olhos, no entanto, não era possível interferir na realidade dos pescadores. Em relação a outros aspectos procurou-se ouvi-los de modo imparcial, respeitando a dinâmica própria do campo da pesquisa e as limitações impostas por ela. Foi respeitando essas condições centradas na subjetividade do próprio campo que se conseguiu chegar a este momento.

Espera-se que essa não seja apenas mais uma pesquisa sobre populações que de certo modo, sofrem algum tipo de restrição, mas, que ela possa contribuir efetivamente, para uma mudança na realidade informacional desses pescadores e que os futuros gestores tenham um comprometimento maior com os pescadores aos quais representam. Os pescadores artesanais, assim como a população e seus familiares precisam ser estimulados a manter suas tradições, pois, são de grande importância social e econômica para o município, para o Estado da Paraíba e para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Berenice. **Jangadeiros**: uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Tradução de José Fonseca. Artmed, 2009. 130 p.

ARAGÃO, Adailton; FRANCH, Mônica. “Meu pedido foi válido” - uma etnografia no Santuário Nossa Senhora da Guia na cidade de Lucena – Pb. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/scholar>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p.192-201, set/dez, 2009.

_____, Carlos Alberto Ávila de. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 130, jan/abr. 2014.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não governamentais (ONG's) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 155-167, maio/ago. 1999.

_____. Informação, cidadania e sociedade no Brasil. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 42-49, jan./dez. 1992.

ARRUDA, Susana Margaret de. **Glossário de Biblioteconomia e ciências afins**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A Questão da Informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 4, 1994.

_____, Aldo de Albuquerque. A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 168-173, maio/ago. 1999.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1973.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; SANTOS, Camila Araújo dos; ALMEIDA JÚNIOR Oswaldo Francisco de. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 60 - 77, maio./ago. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informacao/>>. Acesso em: 28 maio 2015.

BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 03-05, 1968.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança dos velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011a.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.

_____. **O Senso Prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRAGA, Marco; GUERRA, Andreia; REIS, José Claudio. **Breve História da Ciência Moderna**: a belle-époque da ciência, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2015.

BRASIL. **Decreto n. 221/1967**, de 4 de janeiro de 1984. Determina a criação do Código Nacional de Pesca. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2015.

BRASIL. **Ministério da Pesca e Aquicultura**. Disponível em: www.presidencia.gov.br. Brasil. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2015.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Fontes de informação utilitária em bibliotecas públicas. Brasília, **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 22, n. 1, p. 35-46, jan/jun. 1998.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. 1 CD-ROM.

_____. HJORLAND, Birger. O Conceito de Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan/abr. 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangada**: uma pesquisa etnográfica. São Paulo: Global Editora, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. **Pescadores da Modernagem**: cultura, trabalho e memória em Tairu Bahia: 1960-1990. São Paulo: Anna-Blume, 2007.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CAUNE, Jean. **Cultura e Comunicação**: convergências teóricas e lugares de mediação. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHAUÍ, Marilena de S. **O Que é Ideologia?** 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CIBANGU, Sylvain K. Information science as a social science. **Information research**, [S.l.], v. 15, n. 3, 2010.

COULON, Alan. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Etnometodologia e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2005.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 51-66.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Entre o mar e a terra: tempo e espaço na pesca em Barra da Lagoa. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia). Departamento de Antropologia, PUC, São Paulo, 1987.

DELAIA, Claudia Regina; FREIRE, Isa Maria. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos – a luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 107-130, set./dez 2010.

_____. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos – a luz do regime de informação. 2008, 124f. **Dissertação** (Curso de mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

DE MASI, Domenico. **O Ócio Criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Informação Qualitativa**: aportes metodológicos. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

DENZIN, Norman K; LINCON, Ivonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS NETO, José Colaço. **Quanto Custa ser Pescador Artesanal?** etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro, Garamond, 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos. A sócioantropologia das comunidades de pescadores marítimos

no brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, 1999, pp. 361-375.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: Nupaub-USP, 2004.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Sociedade pós-capitalista**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, n. 115, p. 139-14, março/ 2002.

DURKHEIM Emile. **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Edipro, 2015.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em: <<http://www.embrapa.gov.br>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Análise da produção, implementação e avaliação de um modelo de mediação da informação no contexto de uma comunidade urbana. 2014, 283f. **Tese** (Curso de Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FRANCO, Maria Laura Puglise Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber livro, 2007.

FREIRE, Isa Maria. A responsabilidade social da Ciência da Informação na perspectiva da consciência possível. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 1, fev. 2004.

_____. Barreiras na comunicação da informação tecnológica. **Ciência da Informação**, DF, v. 20, n. 1, p. 51-54, jan./jun. 1991.

_____. O desafio da inclusão digital. **Transinformação**. Campinas, v. 16, n. 2, p. 189-194, 2004b.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006.

_____; SILVA, Jonathan Luiz Carvalho. A configuração do campo da ciência da informação: marca de uma identidade. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, p. 161-174, Numero Especial, 2012.

_____; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora Universitária, 2010.

_____. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 195-207,

set./dez. 2008.

FREITAS et al. Clodoaldo Oliveira. Gestão de Custos da Colônia de Pescadores Z-3 do Vale do Guaporé-RO. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, Porto de Galinhas, PE, 2016. **Anais eletrônico**. Disponível em: <<http://anaiscbc.emnuvens.com.br>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

GARCIA CANCLINI. Nestor. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 2014.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GONDAR, Jô. Quatro Proposições sobre Memória Social, in: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social ?** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GOMES, Henriette Ferreira. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 85-99, jan./dez. 2010.

_____. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46 - 59, maio./ago. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informacao/>>. Acesso em: 28 maio 2015.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n.1, p. 31-43, jan./abr. 2003.

_____. Da organização do conhecimento às políticas de informação. **Informare, Caderno da Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez. 1996.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

_____. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 57-93, abr. 1999.

GRIGOROWITSCHS, Tâmara. O conceito “socialização” caiu em desuso? uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead.

Educação & Sociedade, Campinas, vol. 29, n. 102, p. 33-54, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

HAGUETTI, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, Vozes, 2013.

HADDAD, Sérgio; SIQUEIRA, Filomena. Os desafios para garantir o direito à educação no mundo. **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/os-desafios-para-garantir-o-direito-a-educacao-na-agenda-pos-2015-4627.html>>. Acesso em: 18 out. 2015.

IBAMA. **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>> Acesso em: 2 jul. 2015.

IBGE. Censo Populacional – Lucena-PB, 2012. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250302>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

KAPLAN, Ann E. **O Mal-estar no Pós-modernismo: teorias, prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

KUHLTHAU, C. C. O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem. In: VIANNA, M. M.; CAMPELLO, B.; MOURA, V. H. V. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFGM, 1999. p. 9-14.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

LEVAI, Laerte Fernando; SOUZA, Verônica Martins de. Memórias de sangue: história da caça à baleia no litoral da Paraíba. **Revista Brasileira de Direito Animal**. Ano 4, n. 5, p. 269-291, jan- dez. 2009.

LIMA, Maria Alice Leite. DORIA, Carolina Rodrigues da Costa. FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho. Pescarias artesanais em comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira: perfil socioeconômico, conflitos e cenário da atividade. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 2, mai/Agos. 2012.

LOGAN, Robert K. **Que é Informação?** a propagação da organização na biosfera, na simbologosfera, na tecnosfera e na econosfera. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

LOURENÇO, Briggida Azevedo; FREIRE, Gustavo Henrique de Araujo. Construindo um mapa das políticas públicas para gestão e acesso à informação em comunidades carentes. **Biblionline**, João Pessoa, v. 4, n. 1/2. 2008.

LUCENA FILHO, Humberto Lima de. As teorias do conflito: contribuições doutrinárias para uma solução pacífica de litígios e promoção da cultura da consensualidade. In: **Anais do XXI Encontro Nacional do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação em Direito** – ‘Sistema Jurídico e Direitos Fundamentais e Coletivos’. 56 ed. Florianópolis: Boiteaux, 2012, v. 12, p. 14031 - 14060.

MALDONADO, Simone Carneiro. **George Simmel: sentidos e segredos**. Curitiba: Honoris Causa, 2011.

_____. **Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993.

MALINOWAKI, Bronis law. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1978.

MATTELARD, Armand. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MARTELETO, Regina Maria. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v14, n. especial, p.19-40, 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/915/605>>. Acesso em: 27 maio 2015.

MELUCCI, Alberto. Esfera pública y democratização de la informacion. **Metapolítica**, México, v. 3, n. 9, p. 57-67. 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **O Desafio do Conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MIRANDA, Antônio. **Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão**. Brasília: Thesaurus, 2003.

MORIN, Edgar. **O Método V: a humanidade da humanidade – a identidade humana**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.

MOSTAFA, Solange Puntel; MARANON, Eduardo Ismael Muguia. O segredo, a informação e a cidadania. **Revista de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 203-212, jul./dez. 1992.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação** - v.5, n.5, out/04.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

_____, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard, 1984. V. 1.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães de. (ENTRE)LINHAS DE UMA PESQUISA: o

Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, vol. 2, n. 4, 2014.

PAIVA, Eliane Bezerra. Narrativas indígenas: construindo identidades e constituindo-se em fontes de informação. 2013, 199f. **Tese** (Curso de Doutorado em Linguística). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PESSANHA, Eliana Gonçalves da Fonte. **Os Companheiros**: trabalho na pesca de Itaipu. Niterói: Eduff, 2003.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais da nova área. In: AQUINO, Miriam de Albuquerque. (Org.) **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p. 61-86.

_____, Lena Vania Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, jan./jun. 2005.

REBOUÇAS, Gabriel Nunesmaia; FILARDI, Ana Carla Leão; VIEIRA, Paulo Freire. Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 2 jul./dez. 2006.

REZENDE, Priscila Costa. OLIVEIRA, Igor da Mata. Descrição socioeconômica dos pescadores no baixo São Francisco, Nordeste-Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, BA, Ano 17, edição especial – Dez. 2015– p. 671.

RIVERO, Célia Maria da Luz. A Etnometodologia como prática de pesquisa qualitativa em educação. **Impulso**, Piracicaba, Editora UNIMEP, v. 9, n.19, p. 113-125, 1999.

RUSCHMANN, Doris V. D. M. Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. Disponível em: <file:///C:/Users/Deise-Note/Downloads/63069-82567-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

SANTOS, Márcia Mazo; CARDOSO FILHO, Jair Cunha. Informação e políticas públicas: responsabilidade social da Ciência da Informação. **Biblios**, n. 45, 2011, p. 28-39 Lima, Perú.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SILVA, Armando Malheiros da. **A Informação**: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr. 2012.

SILVA, Lucas Neiva; KOLLER, Helena. O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia. **Estudos em Psicologia**, Natal, v. 7, n. 2, p. 237-250, 2002.

SORJ, Bernardo. **Brasil @ povo: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação**. Brasília: UNESCO, 2003.

SOUZA, Edivanio Duarte de. A institucionalização da Ciência da informação no Brasil: elementos disciplinares do campo científico. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, p. 49-64, Numero Especial, 2012.

_____, Edivanio Duarte de. A Epistemologia Interdisciplinar na Ciência da Informação: Dos Índícios aos Efeitos de Sentido na Consolidação do Campo Disciplinar. 2011. 346f. **Tese** (Curso de Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SOUZA, Solange Jobim e. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. Campinas: Papirus, 1994.

SOUZA SANTOS, Boaventura (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2011.

VARELA, Aida. **Informação e Construção da Cidadania**. Brasília, Thesaurus, 2007.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (Org.) **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. Das fontes do passado à memória em construção. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 2012.

VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti; LANZI, Lucirene Andréa Catini; FERNEDA, Edberto. A mediação da informação aliada ao uso das tecnologias da informação e comunicação em uma biblioteca escolar. **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 117 - 127, maio./ago. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informacao/>>. Acesso em: 28 maio 2015.